

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA**

Emmanuelle Valeska Guimarães de Lima

**“NÃO TEMOS GOVERNO, NÃO TEMOS POLÍCIA...”:
OS JORNAIS E A CRÍTICA AOS APARATOS POLICIAIS NO RECIFE
OITOCENTISTA (1850-1874).**

Recife, 2013



"Não temos governo, não temos polícia..."

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874).

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social da Cultura do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva.

Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE

Recife

2013

Ficha catalográfica

L732n Lima, Emmanuelle Valeska Guimarães de
“Não temos governo, não temos polícia...”: os jornais
e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista
(1850-1874) / Emmanuelle Valeska Guimarães de Lima. –
Recife, 2013.
115 f. : il.

Orientador: Wellington Barbosa da Silva.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento
de História, Recife, 2013.
Referências.

1. História da polícia 2. História da cidade 3. Recife
oitocentista 4. História de Pernambuco 5. Periódicos do
Recife I. Silva, Wellington Barbosa da, orientador II. Título

CDD 981.34

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL

"NÃO TEMOS GOVERNO, NÃO TEMOS POLÍCIA..."
OS JORNAIS E A CRÍTICA AOS APARATOS POLICIAIS NO RECIFE
OITOCENTISTA (1850-1874).

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

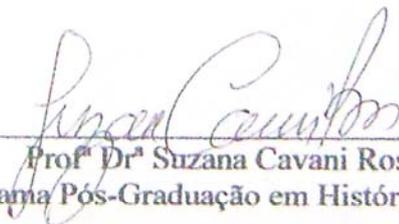
EMMANUELLE VALESKA GUIMARÃES DE LIMA

APROVADA EM 26/02/2013

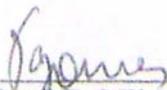
BANCA EXAMINADORA



Prof^o Dr^o Wellington Barbosa da Silva
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE



Prof^a Dr^a Suzana Cavani Rosas
Programa Pós-Graduação em História – UFPE



Prof^o Dr^o Tiago de Melo Gomes
Programa Pós-Graduação em História– UFRPE

Aos que, cada um a sua maneira, acreditaram em mim.
À felina Adely (*in memoriam*).

Agradecimentos

Agradecer... São tantas as contribuições, de tantas formas, num momento tão importante e marcante como este em minha vida acadêmica e pessoal. De início, agradeço a seres de extrema importância na minha formação como pessoa. Minha mãe, Maria do Socorro, mulher doce, sensível, com seu olhar que ler as entrelinhas das falas e expressões alheias. Diferente das mães, as que repreendem e tolhem a criatividade de suas crias, sempre nos estimulou (eu e minha irmã) a ultrapassar o senso comum, a sermos além. E com ela aprendi a minha primeira lição como futura historiadora, mesmo ainda sendo uma criança: “procure entender o lado do ‘bandido’, as pessoas geralmente dão rótulos a outros sem entender seus ‘porquês’”. Entender que toda história tem lados a serem contados. Minha base, a pessoa que sei que me defenderia como uma leoa, e me defende... Das minhas inseguranças e conflitos com suas conversas e conselhos.

Meu pai, José Francisco, sempre preocupado em nos dar a educação necessária para seguirmos de forma independente, e consciente, nossas escolhas. Culto, desde sempre traz a tona discussões sobre política e história nos nossos almoços em família. Nas minhas madrugadas de escrita, estava ele também acordado, com seus livros e filmes e, ajudando há refrescar um pouco minha mente, em meio ao trabalho, conversando sobre os assuntos mais variados, ou mesmo não conversando nada para não atrapalhar minha concentração. Agradeço sua parceria.

Minha avó, Maria Anunciada, preocupada por eu passar noites trabalhando ao computador, mas também orgulhosa ao comentar que a neta dela faz mestrado, me deu mais estímulo a seguir em frente. Minha irmã, Maria Emilia, minha querida, me fez crescer com o privilégio de ter já uma companhia de brincadeiras e aprendendo a dividir as coisas. Além disso, um ano antes deste percurso do mestrado nos deu a presença da pequena Sofia, esperta desde cedo (igual à tia) que anima e emociona meus dias. Meu cunhado, Hélio Santana, também formado em história na UFRPE, sempre procurou conversar comigo sobre livros e pesquisas acadêmicas.

Tenho a sorte de ter uma família que sempre acreditou em mim, e sempre esteve presente de alguma forma. Meu tio-padrinho Joaquim Humberto, minha tia-madrinha Maria da Graça, que expressa um carinho por mim que me abastece de confiança, minha

prima Accacya Rosa, minha irmãzinha, acompanhando meus estresses de prazos de entrega nas conversas pela internet. Minha prima Ana Claudia, que por um tempo acompanhou de perto minha rotina de pesquisa e transcrições de documentos digitalizados, agradeço as risadas que dávamos (algumas vezes extrapolavam a cota...) em meio à escrita. Minha prima Joanhyze, que em momentos de crise, me mandava mensagens de apoio, sendo ela uma “sobrevivente” de mestrado.

Minha tia Maria José, sempre me dando força com sua experiência de pós-graduação, meus primos Igor Vinícius, me divertindo muito com suas conversas, e Iago José, conversando sobre livros e planos interessantes no mundo intelectual. Também minha madrinha, Maria Aparecida, acompanhando de perto e acreditando no meu potencial para seguir adiante no meio acadêmico.

Sou grata também a minha outra família. Minha sogra, Sizalda, que sempre me acolheu de braços abertos na sua casa, em qualquer dia, a qualquer hora; meus cunhados Diego, Thiago e David, já considerados irmãos. E também àquele com quem quero formar uma nova família, Fernando Barcellos. Meu companheiro, parceiro, “brother”, meu crítico, com quem posso contar sempre, em qualquer situação das mais bobas às mais complexas. A pessoa com quem me sinto a vontade para falar os meus pensamentos mais infantis, mais revoltados, ou mais belos; a pessoa em que eu me vejo nos seus olhos. Em relação ao trabalho agradeço por ele ter feito o Abstract da dissertação e ter lido e corrigido umas partes do texto comigo.

Ainda falando de família, agradeço a seis pessoas sem as quais talvez eu não estivesse iniciado esta etapa acadêmica. São elas Bruno, Gustavo, Vittor, Josué, Elba e Wandoberto. Em um momento complicado, de correria do cotidiano, cada um com sua rotina apertada, nós fizemos um cronograma de estudo em grupo, procurando ajustar aos horários de cada um, até mesmo virando a madrugada com cachorro-quente (feito por mim) e sorvete como lanche. Sempre um apoiando o outro, acordando o que cochilava vencido pelo cansaço do dia. E conseguimos, todos. Meus amigos, que vou levar pelo resto da vida. Todos são frutos de uma turma que marcou uma geração do curso de licenciatura plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco e marcou a minha vida, a turma 2006.1. Mesmo os que não participaram da seleção do mestrado na época, formam esta família iniciada há 7 anos. E como disse a professora Giselda Brito, “é daqui para a vida, amor!”. Que toda a turma receba os meus agradecimentos, todos da turma, sem exceção, e aos agregados: namoradas de outros

curso, pessoas de outros períodos. Foi muito importante também as sessões de cinema, junto com Fernando, com Romerito e Paula, e as saídas para dançar com Vittor e Camila, além das saídas para comer, com a maior parte da turma.

Dentre outros amigos, agradeço a Sandro Mau, pela atenção e ótima recepção no arquivo do Museu da Cidade do Recife, me apresentando o acervo iconográfico no qual tive acesso às imagens, cujas representações foram utilizadas na dissertação. Grazi e Sandro Bom também estão na minha lista de pessoas que quero ter contato sempre, os três. Também Camyla, Rodrigo, Divany e Lenivaldo, pessoas que eu torcia para encontrar nos corredores do CEGOE para curtir as conversas bobas ou acadêmicas.

Alguns professores foram marcantes nesse processo até a conclusão do mestrado. Ao meu amantíssimo orientador, Wellington Barbosa da Silva agradeço de forma especial por todos esses anos de orientação e amizade, desde o PIBIC na graduação. Como eu sempre falei, ele é meu “pai acadêmico”, agindo com disciplina e cobrança, mas com muito respeito e carinho. A professora Giselda Brito sempre está em todos os meus agradecimentos de produção de texto. Ela que me “traumatizou” no primeiro período ao informar para nós, meros calouros, que “a história é escrita pelo presente”. Professor Girão, Professora Vicentina, Professor Robson – com o qual tive o prazer de cursar uma disciplina de mestrado/doutorado como colega de turma –, professor Tiago, meu vizinho e amigo. Agradeço com carinho à professora Suzana Cavani, que aceitou de forma muito gentil o nosso convite, meu e de Wellington, para fazer parte da qualificação do meu texto e da banca de defesa.

Sou muito grata aos meus ex-alunos do Pre-Acadêmico UFRPE, ao quais estão guardados no meu coração com muito carinho, incluindo o coordenador Valdemir, um amigo também. Os anos que eu ministrei aulas de história lá foram de extrema importância para a minha formação como professora. Daniel e Zéfa, da lanchonete Barriga Cheia, não podiam ficar de fora dos meus agradecimentos. Sempre muito carinhosos e torcendo pelo sucesso de todos da minha turma. Ed e Shirley, das xerox. Sem eles muitos textos teriam sido mais difíceis de ler. Agradeço a Alexandra, secretária do mestrado, muito prestativa e fazendo tudo que estava ao seu alcance para melhor nos atender.

Não posso deixar de mencionar as meninas do grupo de dança tribal fusion, Caio Pinheiro e minha professora, Alê Carvalho. Eles não têm a mínima ideia de como foram importantes para mim nesse percurso. E também os meus amigos virtuais, que nos

momentos de “travas” no texto, conversavam comigo (nem que fosse sobre o próprio texto). Dentre eles meus colegas historiadores, o professor Pedro Campos da UFRJ e Henry Albert, que estava no processo de término de mestrado; e mesmo um “vampiro”, Wladimir Gomide, que me apresentou em textos, imagens e músicas, a Bulgária, me fazendo esfriar a cabeça completamente para depois voltar a produzir. São muitos os perfis, cada um a sua maneira foi importante nessa trajetória.

Em particular, agradeço a minha amiga Janaina D’Assunção, que em meio ao inferno, seguramos uma na mão da outra. Obrigada eternamente.

Para finalizar, sabendo que infelizmente esquecerei-me de mencionar alguém, agradeço a CAPES/CNPq, por disponibilizar uma bolsa para a minha dedicação exclusiva ao mestrado; ao Programa de Pós-Graduação em Historia Social da Cultura Regional da UFRPE e aos professores que compõe este programa. Agradeço à Universidade Federal Rural de Pernambuco, lugar que eu desejei estudar mesmo antes de saber o que ia fazer no vestibular. O quintal da minha casa, meu refúgio, local onde fiz amigos verdadeiros e encontrei o meu amado. Lugar onde me encontrei. Espero voltar, não mais somente como aluna. Enfim dedico o meu trabalho a todas essas pessoas que confiaram em mim e acreditaram que eu fecharia bem esse ciclo. Obrigada.

A intriga supõe uma escolha arbitrária de dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente. Múltiplos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão escritos.

Maurice Mouillaud

Resumo

Esta pesquisa proporciona uma abordagem sobre como era percebido o trabalho da polícia do Recife, a partir das publicações de jornais, entre os anos de 1850 e 1874. Para o entendimento contextual do tema, foi feita uma trajetória, iniciada com a percepção da cidade pelos seus espaços de sociabilidades, em meio ao processo civilizador. Espaços como ruas, pontes, teatro, botequins, livrarias, biblioteca, montaram o panorama da urbe, a qual mesclava tipos comportamentais e sociais. E a polícia tem papel importante na contínua construção da cidade do “progresso”. A análise prossegue com o foco na polícia, apontando as dificuldades e melhorias – principalmente no Corpo de Polícia – nas décadas de 1850, 1860, seguindo até o ano de 1874. A partir desse entendimento, percebe-se o contexto que envolve as publicações em periódicos, destacando as relações políticas desses impressos. Entender a política da época é de grande importância para compreender as críticas à polícia, visto que esta era uma das agências estatais de maior visibilidade, pois, tinha contato direto e diário com a população.

Palavras-chave: História da Polícia, jornais do século XIX, história da política.

Abstract

This research provides an approach was noticed about police work in Recife, from newspaper publications between the years 1850 and 1874. For contextual understanding of the topic, there was a trend that began with the perception of the city by their sociability spaces amid the civilizing process. Spaces such as streets, bridges, theater, bars, bookstores, library, assembled the scenery of the town, which meclava behavioral and social types. And the police have an important role in the continuing construction of the city's "progress." The analysis continues with the focus on police, pointing out the difficulties and improvements - especially in the Police - in the 1850, 1860, followed by the year of 1874. Based on this understanding, we can see the context in which the publications in journals, highlighting the political relations of these journals. Understanding the politics of that time, represent great importance to understand the criticism to the police, since this was one of the most visible state agencies therefore had direct daily contact with the population.

Keywords: History of Police, newspapers of XIX, History of Politics.

Lista de Ilustrações

Imagem 01- Vendedora de doces (1858).....	10
Imagem 02- Ponte da Boa Vista (1863).....	14
Imagem 03- Teatro Santa Isabel (1855).....	18
Imagem 04- Dois modelos de fiscais (A Careta, 10 de agosto de 1869. p. 20).....	27
Imagem 05- Capa do periódico O Formigão (1850).....	56
Imagem 06- Capa do periódico A Careta (1870).....	58
Imagem 07- A Policia (A Crise, 08 de janeiro de 1864. p. 03).....	69

Lista de Tabelas

Tabela 01: Número de lampiões do Recife em 1864 – por localidades.....	04
Tabela 02: Descrição da situação do Corpo de Polícia em 1856 e 1857.....	38

Lista de Siglas

APEJE
FUNDAJ

Arquivo Público Jordão Emereciano.
Fundação Joaquim Nabuco.

Introdução

De forma geral, a seleção de um tema para a pesquisa histórica é o resultado do contexto anterior, composto por questionamento, curiosidade, disponibilidade (documental, de localidade, de tempo), o que resulta na escolha. Entretanto, por vezes o tema é quem escolhe o historiador, se apresenta de forma inusitada e ganha o espaço de objeto na trajetória acadêmica. O tema da polícia veio a mim nesse percurso inverso. Ainda no início da graduação eu já nutria o desejo pela investigação histórica. No segundo período de curso iniciei meu primeiro estágio, no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), e tive contato pela primeira vez com jornais da década de 1970, além de documentos manuscritos e impressos do período imperial.

Os jornais particularmente me encantavam: páginas inteiras de tirinhas e desenhos em quadrinhos ao invés de notícias objetivas sobre os acontecimentos em meio à ditadura militar era espetacularmente intrigante. Minha atenção se dividia somente com os manuscritos do século XIX, sendo restaurados com o apressado necessário para ficar em ótimo estado de leitura. Várias opções de temas vagavam minha mente, mas duas coisas já estavam definidas: Jornais e Brasil império. Bastava saber quem iria me guiar nessa empreitada e qual seria meu objeto de estudo. Nos corredores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) circulavam comentários sobre certo professor que era temido por vários pretensos alunos (pois os mesmo nem se matriculavam na disciplina ministrada por ele devido o medo da reprovação), por a sua rigidez nas avaliações e cobranças de participações nas aulas.

No quinto período eu paguei (a disciplina) para ver e constatei que era mesmo verdade no que se referia à exigência e aos mecanismos didáticos aplicados para os alunos inevitavelmente participarem das discussões. Além de super organizado, crítico e analítico, descobri que ele trabalhava com século XIX. Professor Dr. Wellington Barbosa da Silva, após meu eufórico pedido no término de uma das suas aulas, me aceitou no seu grupo de pesquisadores sobre a Polícia no início do Oitocentos. Tudo era novo, o tema era inusitado para mim, porém se mostrou super interessante.

Com o financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC trabalhamos a temática da Polícia no século XIX por dois anos. No primeiro ano como bolsista, desenvolvemos o trabalho “A infinita desobediência:

repressão policial e resistência popular no Recife no século XIX (1842 – 1850)”. Com a renovação da bolsa, iniciamos outra pesquisa, de título “Polícia, jornais e opinião pública: as percepções da sociedade sobre o trabalho policial no Recife oitocentista (1850-1870)”. Desta última investigação foi feito o projeto para o mestrado.

Nesta pesquisa de mestrado foi tomado como objetivo a análise das percepções sobre o trabalho da polícia do Recife, em meio às publicações de jornais, entre os anos de 1850 e 1874. O recorte temporal foi limitado com a formação da Guarda Cívica, visto que este aparato alterou a dinâmica de policiamento imperial, inclusive na Província de Pernambuco. Nosso cenário foi o Recife inserido num processo de modernização urbanística e comportamental, cidade com o intuito de se enquadrar nos moldes europeus de civilidade. No decorrer da segunda metade do Oitocentos, construções físicas e morais continuaram modificando a cidade, e os hábitos da população tendiam a mudar a partir dessas novas edificações e ambientes urbanos. Ainda na década de 1850 foi construídos o Teatro de Santa Isabel que juntamente com a Biblioteca Estadual e mesmo com as livrarias contribuíram ainda mais para o incremento da vida cultural de parte da elite letrada recifense. A iluminação pública, à base de gás, intensificou a vida noturna cidadina. O movimento na cidade se dinamizou, os mais abastados aumentaram as opções de divertimentos. Este panorama foi trabalhado no Capítulo I, de título “O Recife oitocentista e seus espaços de sociabilidades”. Foi apresentada a cidade a partir de alguns dos seus espaços de sociabilidades desde as ruas, ao luxuoso salão do Teatro de Santa Isabel. O passeio público, as lojas, as confeitarias, as livrarias, a biblioteca pública se mostravam locais de encontros e conversas entre cidadãos recifenses. Mas as tabernas e os botequins eram bastante frequentadas pelos mais populares, e frequentemente eram espaços para confusões e badernas. Não eram bem vistos pelas elites. Ainda neste primeiro capítulo, é feita uma discussão sobre a cidade, o “progresso” e a “civilização”, como o projeto civilizador norteou a mudança de concepções, de visão de mundo de parcela dos cidadãos, a partir da “estética as Luzes”.

Para nortear a investigação, trabalhamos bastante com a obra de Raimundo Arrais¹, “O pântano e o riacho”, por esta abordar de forma quase em manual a organização do espaço público do Recife no século XIX. Também guiando o estudo

¹ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

sobre espaço público, utilizamos a obra de Marco Morel², “As Transformações dos Espaços Públicos”, texto que trata desta temática no Rio de Janeiro imperial. Michel de Certeau³, em “A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer”, nos fez perceber a relação entre os viventes da cidade e suas relações com o espaço físico das ruas. Também foi lido Sandro Silva⁴, em sua dissertação de mestrado “O Costume da praça vai à casa” , na qual trata sobre as mudanças na cidade do Recife do oitocentos e sua relação com os costumes da burguesia. Além de outros títulos que auxiliaram na construção da narrativa histórica. A fonte que serviu com base à construção desse capítulo foram os Relatórios do presidente de província⁵, disponível online, além de imagens disponíveis no acervo do Museu da Cidade do Recife.

Nesse contexto de busca da “civildade”, onde se evidenciavam novos espaços de sociabilidade, já se divisava uma atuante opinião pública que se expressava nas conversas entabuladas nos salões aristocráticos, nas tabernas e botequins, nas praças e, principalmente, através dos jornais. Os posicionamentos dos periódicos muito se moldavam pelos grupos políticos os quais representavam. Acompanhando essa conjuntura urbana, o Corpo de Polícia também se desenvolveu, tornando-se mais burocratizado em sua administração. Entretanto, a instituição ainda apresentava deficiências no exercício de suas funções, assim como, suas práticas muitas vezes não eram bem vistas pelos cidadãos recifenses.

No Capítulo II, “Polícia no Recife do Oitocentos”, foi feita uma trajetória sobre o Corpo de Polícia entre os anos de 1850 e 1874, sendo o limite do recorte antes da formação da Guarda Cívica, força policial civil que, mudando a dinâmica do policiamento na capital, se estendeu até o final do império.

Os Relatórios de Presidente da Província foi a fonte para a construção desse capítulo, seguindo ano a ano de cada década o que foi descrito sobre o trabalho da polícia e sua estrutura. Sobre o tema, a tese de Wellington Barbosa da Silva “Entre a

²MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

³CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

⁴SILVA, Sandro Vasconcelos da. **O Costume da praça vai à casa**: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830 – 1880). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

⁵Relatório do presidente de província, Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>

liturgia e o salário”⁶ contribuiu para o entendimento sobre a composição da polícia no Oitocentos, além do livro “Polícia no Rio de Janeiro” de Thomas Holloway. A partir da análise dos documentos, foi possível entender parte das críticas relacionadas à polícia no período.

A polícia, a partir das críticas nos jornais, compõe o Capítulo III, de título “A Polícia e as críticas nos jornais e periódicos”. Como esta instituição e os seus agentes (os policiais) foram apresentados (em forma escrita e imagética) nos periódicos nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX (1850 a 1874), em que muitos periódicos de curta circulação foram espalhados pela cidade. Para se ter uma noção sobre os construtores dessa “opinião”, se tem como base a formação deste meio de comunicação, inclusive atentando para o contexto da criação dos jornais que serviram de fonte para a pesquisa, seus posicionamentos políticos e seus públicos alvos.

A fonte documental basilar que será utilizada nesta investigação constituir-se-á de alguns dos microfilmes do jornal “Diário de Pernambuco”, que estão sob a guarda da Fundação Joaquim Nabuco – Seção de Periódicos (FUNDAJ) e principalmente de outros periódicos que pertencem ao acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), sendo estes escolhidos devido ao perfil político-panfletário e suas críticas explícitas à polícia. Esses documentos propiciarão importantes subsídios para se perceber a visão que parte dos recifenses tinha da sua polícia.

Analizamos, inclusive, a opinião pública como espaço de representações, em forma de texto, nos impressos do Recife. Para o entendimento sobre essa questão, utilizamos como base as ideias de Habermas, particularmente as que estão contidas no seu livro “Mudança Estrutural na Esfera Pública”.⁷ Mesmo tratando de partes da Europa do século XVIII, Habermas proporciona um tipo de abordagem que nos ajuda, pelo prisma do nosso tema, a procurar entender a ideia da esfera pública como espaço de confronto entre alocações. Não se pode falar em “opinião” única, generalizante, mas sim diversas formas de discursos, alguns deles publicados ou não. O livro organizado por Renè Remond, “Por uma história política”⁸, mostrou-se como importante

⁶SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

⁷ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

⁸ RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

contribuição ao que se refere às ideias sobre partido político e suas bases de formação, além da abordagem sobre opinião pública.

Maurice Mouilland, através do seu livro “O Jornal”, auxiliou com a questão logística desse impresso; a estética e tipos de discurso empregados para persuadir o leitor, além do controle estratégico do que deveria ser publicado ou não. Olhando para os documentos da nossa investigação, vemos tipos de expressões que permeiam entre defender e acusar o governo, ou mesmo um posicionamento “neutro”, o qual permitia, em certa medida, a crítica a qualquer grupo político. Além das ilustrações dos periódicos apresentam críticas contra o governo e a polícia da cidade.

Ao trabalhar com discursos, temos que perceber o contexto de sua produção, os lugares de enunciação dos quais foram proferidos. A divulgação de ideias não é por acaso, é construída de forma seletiva e organizada, conduzida pelo seu meio contextual.

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia em topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas, se organizam.⁹

Assim como a produção histórica, a imprensa também se insere nessas delimitações que partem do lugar-social. A construção dos jornais, suas formas de “fala”, são frutos das articulações feitas para a formação consciente de uma opinião a ser difundida como “verdade”. Os impressos são reflexos de contextos e seus representantes escritores. Os outros jornais que foram e analisados, se inserem em seleções, cada um do seu lugar, que apresentaram o dito e o “não-dito”, o que devia ser divulgado e o que não devia.

Voltando-se para o contexto político apresentados nesses jornais e periódicos, percebemos de maneira geral as relações entre os conservadores, os liberais e os “ligueiros”, componentes da Liga Progressista. Esta produção inicial teve como norte o livro de Emília Viotti da Costa¹⁰, “Da Monarquia à República”, com a discussão basilar sobre política no império.

Ao mencionar o “fetichismo da polícia”, temos como base de leitura Robert Reiner¹¹, em “A política da polícia”. Seria, pois, a ideia de que a presença de homens da

⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária., 2006. p. 66.

¹⁰ COSTA Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

¹¹ REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

polícia nas localidades garantiria a ordem e o controle sobre a localidade. Mas nem sempre a presença da polícia transmitia essa segurança.

Constitui-se, assim, esta produção. Por meio desta pesquisa, serão apresentadas as críticas sobre a polícia, opiniões essas que faziam parte dos comentários cotidianos segundo os documentos analisados. Nossa pretensão é perceber a instituição policial através das páginas impressas, ou, dito de outro modo, através das visões de grupos estampadas nas páginas dos jornais, em meio a o processo de modernização da Província de Pernambuco; a instituição policial era parte importante para a o controle da ordem proposta pelo Estado. Embarquemos, então, nesta trajetória que procura compor um fragmento da história da polícia do Recife do Oitocentos.

Sumário

Resumo	VIII
Lista de Ilustração	X
Tabelas	XI
Lista de Abreviações	XII
Introdução	XIII
Capítulo I:	
O Recife oitocentista e seus espaços de sociabilidade	01
1.1.O Recife e a estética da civilização.....	01
1.2.A urbe e seus locais de passagem: ruas, pontes, passeio público.....	03
1.3.Espaços de portas a dentro: teatro, lojas e confeitarias, biblioteca e livrarias.....	15
Capítulo II:	
Polícia no Recife do Oitocentos	30
2.1. O Corpo de Polícia no início da segunda metade do Oitocentos.....	32
2.2. O Corpo de Polícia na década de 1860.....	41
2.3. O Corpo de Polícia entre os anos de 1870 a 1875.....	45
Capítulo III:	
A Polícia e as críticas nos jornais e periódicos	53
3.1.Entre críticas “jocossérias” e satíricas: debates políticos nos periódicos.....	56
3.2.“Dever (nem sempre) cumprido” e a ausência da autoridade policial.....	64
3.3.“Que polícia temos nós!”: críticas nos periódicos a ações policiais.....	73
3.3.1.Falhas de conduta.....	76
3.3.2.Policiais, escândalos e bebedeiras.....	80
Considerações Finais	84
Fontes e Referências	89

Capítulo I: O Recife oitocentista e seus espaços de sociabilidade

Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gestos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas.

João do Rio

Ruídos, vozerios, pessoas transitando de um lado para outro, escravos trabalhando e entoando cantos, deslizar metálico do bonde nos trilhos, vendedores negociando seus produtos, conversas nas ruas, pontes, praças, encontros barulhentos nas tabernas e botequins em meio ao tilintar de copos. Toda essa agitação gerando um som generalizante: o de um grande centro urbano. Uma forma de pensar o Recife na segunda metade do Oitocentos pode ser por meio dessa ideia de movimento constante, percebendo a capital da Província de Pernambuco para além das construções puramente físicas, mas também pelas construções dialéticas entre esse espaço urbano e suas apropriações pela população, como espaços de sociabilidades. Neste contexto, o projeto civilizador proposto pelo Estado se faz presente na constante tentativa de normatizar esses espaços.

1.1. O Recife e a estética da civilização

O Recife de meados do século XIX era vivenciado, sentido pelos seus moradores, cada um de uma forma. Seguindo os moldes da *estética das Luzes*¹, havia uma preocupação, principalmente por parte do governo, em difundir a beleza na cidade baseada na razão, com suas métricas e formas de convívio e comportamento de seus habitantes. Esse modelo começou a ganhar espaço no final do século XVIII, na arquitetura e literatura europeia. As construções arquitetônicas, dentro desse projeto de “estética”, deveriam tornar o espaço urbano amplo e bem recortado por ruas simétricas, com encontro formado pela praça, seguindo uma harmonia espacial².

A cidade, que se apresentava como um espaço de constante movimento terminar por dar ênfase à “circulação”. Tanto suas ruas, que deveriam ser recortadas de forma planejada, quanto seus lugares de lazer e sociabilidades, como as praças e os pátios, deveriam ter uma estrutura voltada para um melhor trânsito de pessoas e veículos, e de

¹ CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia ilustrada de cidade**: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821). Rio de Janeiro: Odisséia, 2008, p. 31.

² Idem, p.37.

ventilação. Mas também no espaço urbano condicionado pela razão circulariam as ideias ilustradas, havendo as trocas de informações e formação de opiniões. O belo passou a ser visto para além do material, perpassando também o mental. Aos habitantes caberia sentir, vivenciar a cidade, em todas as instâncias.

Os conceitos de civilização se aprimoram ao longo do tempo. O termo civilizar está tanto associado ao “tornar polidos”, brandos, os comportamentos em sociedade, como também relacionado à jurisprudência³. Mas, em relação ao primeiro conceito, “civilizado” inicialmente tem um contraponto de comparação: o “bárbaro”, o não-civilizado, o outro. O lugar de enunciação sempre é feito da sociedade civilizada, que percebe no outro a deficiência de polidez e vê-se na “missão” de salvá-los de suas vivências broncas e teoricamente sem regras convenientes a uma sociedade desenvolvida. Inclui-se a ideia de “progresso”, em que as civilizações deveriam aperfeiçoar suas relações pessoais, de trabalho e tecnológicas.

Civilização e progresso estão bastante próximos. Entretanto o questionamento é até onde o progresso e a civilização seria algo positivo. Visto que ser civilizado inclui desenvolver também as formas de pensar enquanto indivíduo, a sociedade civilizada – tomando como referência a ocidental – tinha na questão moral um problema. A corrupção é intrínseca ao convívio humano e a civilidade não conseguiu extirpá-la, pelo contrário, ela apresentou mais mecanismos de disfarces, de falsa polidez, criando as “máscaras da civilização”⁴.

Em meio às interações sociais da população, a civilidade deveria estar diluída nas formas de vestir, comer, andar e se portar, ou pelo menos era essa a proposta da civilização ligada ao progresso. Este, podendo ser percebido no âmbito técnico e no moral, caracterizava o desenvolvimento da sociedade. E o controle social permeava as relações entre os indivíduos na cidade, sendo estas policiadas por instituições diversas, inclusive a polícia.⁵ O Recife do século XIX estava envolvido nesse processo civilizador, e os representantes do Estado procuraram aplicar esse projeto de inspiração européia.

³ STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 11.

⁴ Op. Cit.

⁵ Para Robert Reiner “polícia” é a instituição social, diferenciando de “policiamento”, o conjunto de processos com funções sociais específicas em que se insere a instituição. Ver em REINER, Robert A **política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 20. Disponível em: <http://books.google.com.br/>

1.2. A urbe e seus locais de passagem: ruas, pontes, passeio público

As ruas se constituem em um ambiente mesclado de tipos sociais: das pessoas mais humildes às mais abastadas circulam por elas diariamente. No ano de 1859, o Recife adotou um importante melhoramento material, capaz de aumentar o tempo de convivência da população com as ruas da sua cidade: a iluminação a gás, que substituiu a velha e bruxuleante luminosidade dos lampiões acesos com azeite. Entretanto, deve-se ressaltar que o sistema a gás não transformou o Recife na *Ville-Lumière* dos trópicos, pois o mesmo não se espalhou rapidamente por toda a cidade – alcançando, inicialmente, apenas as ruas mais importantes do ponto de vista socioeconômico. A Rua Nova, uma via pública voltada para o comércio de produtos elegantes, foi justamente a primeira a receber este novo tipo de iluminação.⁶

Porém, vários locais da cidade continuavam às escuras ou parcamente iluminados. O que acontecia mesmo nas áreas que contavam com o novo sistema de lampiões a gás – conforme indicam as críticas e reclamações deferidas por parte da população. Críticas e reclamações que os governantes, por vezes, consideravam infundadas. Em 1864, aproximadamente cinco anos depois de sua inauguração do serviço, o presidente da província informava em relatório apresentado à Assembleia Legislativa que “o serviço da iluminação [era] feito regularmente, e algumas queixas que contra ele [tinham] aparecido, [eram] infundadas no entender do predito gerente fiscal.”⁷ E, para reforçar o que havia dito, estampou no mesmo relatório uma relação das localidades já clareadas pelos novos lampiões

⁶ SILVA, Sandro Vasconcelos da. **O Costume da praça vai à casa: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830 – 1880)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011, p. 91.

⁷ Relatório do presidente de província, 1864, p.18. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: 05 ago. 2012.

TABELA 1

Número de lampiões do Recife em 1864 – por localidades

LOCALIDADES DO RECIFE	LAMPIÕES A GÁS
Freguesia do Recife	197
Freguesia de Santo Antônio	263
Freguesia de São José	234
Freguesia da Boa Vista	282
Freguesia dos Afogados inclusive a ponte.	34
Passadiço do Recife	4
Ponte provisória	8
Ponte Santa Isabel	20
Ponte da Boa Vista	5
Bairro da Madalena	20
TOTAL	1.067

Fonte: Relatório do presidente da província, 1864, p. 18.

Por meio desta tabela é possível ter uma ideia da distribuição dos lampiões a gás pela cidade do Recife – salientando-se que, neste ano, previa-se a instalação de 1.100 lampiões, faltando ainda 33 para completar este número. Dentre as freguesias, a da Boa Vista era a mais beneficiada pelo governo provincial, contando, então, com 282 lampiões (ou 26,4% do total). Mas, proporcionalmente, talvez fosse a menos iluminada, pois, das freguesias centrais era a única que não possuía um caráter insular – sendo, portanto, a de maior extensão territorial. Ela era chamada por muitos como “o continente”. A de Santo Antonio, que ocupava a metade da ilha homônima e, portanto, possuía um perímetro muito menor que o da Boa Vista, tinha quase o mesmo número de lampiões (263 luminárias ou 24,6% do total). O mesmo acontecia com a freguesia de São José, que compreendia a outra metade da referida ilha⁸ e contava com 234 lampiões, ou seja, apenas 48 a menos que a Boa Vista. Mesmo o bairro portuário do Recife, o menor de todos do ponto de vista territorial, possuía mais da metade do número de lampiões instalados desta última freguesia (ao todo eram 141 pontos de iluminação). Computando-se os lampiões localizados nas três freguesias citadas (694 ao

⁸ Até 1844, a ilha de Santo Antonio compreendia apenas a freguesia homônima. Naquele ano, esta última foi desmembrada em duas, dando origem à vizinha freguesia de São José.

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

todo), veremos que elas concentravam 65% de todos os lampiões que iluminavam a capital pernambucana.

A maior quantidade de lampiões concentrada nestas três freguesias da cidade tem explicações plausíveis. A de Santo Antonio era um centro de confluência de pessoas influentes da província, o lugar onde se estavam instalados o Palácio do Governo o teatro de Santa Isabel e seu jardim – que servia de ponto de reunião para os mais abastados. Eram também neste bairro onde se concentravam algumas residências de grande porte e as lojas de artigos importados da Europa – um chamariz para as senhoras ricas.

Nos limites dessa freguesia, mas com aspectos socioeconômicos praticamente avessos, estava a de São José, considerada um espaço-problema para a polícia da época, devido ao fato de ser habitada predominantemente por pessoas com poucos recursos financeiros, geralmente pretas ou mestiças, que trabalhavam principalmente nas ruas e no porto; mas também por uma massa de indivíduos considerados potencialmente criminógenos: homens e mulheres sem ocupação (“vadios” aos olhos da polícia), libertos e escravos fugidos – que faziam deste bairro não apenas um esconderijo, mas também o lugar por excelência para divertimentos (como os batuques e maracatus) e práticas religiosas de matriz africana. A iluminação pública desse espaço seria de grande importância para ajudar o trabalho dos policiais, pelo menos no que se refere a uma melhor visualização de becos e ruas no período noturno.

A freguesia do Recife era a área portuária, local de intensa movimentação de pessoas e mercadorias. Entrada de ideias, expectativas e novidades, o porto era a via de comunicação exterior-capital-província – ocorrendo também o sentido oposto – e tinha uma agitação peculiar. Estivadores, livres ou escravos, andando de um lado para outro transportando produtos para os armazéns e depósitos; navios atracando, outros zarpando; botequins exalando cheiro de fritura e bebidas baratas, estrangeiros chegando, filhos de senhores de terra indo estudar na Europa. Tudo isso em meio a uma mescla de conversas, risos, gritos e cânticos dos transeuntes. Com o cair da noite, a vida social se tornava mais intensa nas suas tabernas e botequins de beira de cais. E nos seus diversos lugares, onde as “mulheres públicas” satisfaziam os desejos dos marinheiros e cidadãos sedentos de carícias. Nestes lugares, as confusões, brigas e vandalismo eram recorrentes

e a escuridão de algumas de suas áreas (como o da povoação de Fora de Portas⁹) dificultava o trabalho da polícia.

Em um espaço diferenciado, estava a freguesia da Boa Vista, caracterizada por ser muito mais residencial e envolta por um clima um tanto bucólico, com suas áreas verdes e casas com quintais cheios de hortas e pomares; as três freguesias citadas acima concentravam a vida socioeconômica e política da cidade – e mesmo da província. Sem falar no número de pessoas que residiam dentro desses limites. Uma contagem de 1856 mostra-nos que, entre livres e escravos, a Boa Vista possuía uma população estimada em 10.651 habitantes. Por sua vez, nas freguesias do Recife, de Santo Antônio e de São José moravam 30.326 pessoas, ou seja, as três possuíam aproximadamente três vezes mais moradores que a Boa Vista. Isso sem falar na população flutuante que transitava todos os dias pelas suas ruas, becos e praças. Por isso, sem dúvida, elas monopolizavam a maior parte dos lampiões colocados pela empresa concessionária.¹⁰

Um dado interessante sobre a distribuição/concentração dos lampiões. Olhando isoladamente, vemos que somente a ponte Santa Isabel era guarnecida por 20 lampiões – quatro vezes mais do que a ponte da Boa Vista, que lhe era contígua. É o mesmo número de lampiões que servia para espantar a escuridão de todo o bairro da Madalena. Isto se deve, certamente, ao fato de que a ponte Santa Isabel era uma passagem muito utilizada para os que iam da freguesia da Boa Vista em direção ao teatro ou ao passeio público. Talvez o fato de ser bastante transitada à noite pelos que se dirigiam aos eventos realizados nesta casa de espetáculos tenha contribuído para sua melhor iluminação. Até porque era uma das principais via de acesso dos moradores daquela freguesia para o palácio do governo, que fazia vizinhança ao referido teatro. O número de lampiões das outras pontes somado com o do passadiço (17 ao todo) não chega a ser utilizado para clarear apenas a ponte Santa Isabel. (Tabela 1)

O melhoramento da iluminação pública se deu ao ser parte importante da estética esperada por uma capital de grande relevância, como já se constituía o Recife. Ao passo que procurava enfatizar o embelezamento da cidade, também auxiliava na

⁹ Istmo localizado após a porta norte da cidade limitada pelo arco do Bom Jesus, por isso o termo “fora de portas”. Até 1850 era utilizado para o sepultamento de escravos pagãos, os não-católicos e servia de lugar de execução de militares condenados à pena capital. Ver ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 132.

¹⁰ Relação numérica da população livre e escrava do 1.º Distrito do Termo do Recife. In: Relatório do presidente de província, 21 de abril de 1856. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 04 ago. 2012.

questão da segurança pública, relacionando o espaço urbano iluminado a uma inibição mais eficaz das ações de malfeitores. Uma rua iluminada à noite gera – ou pelo menos deveria gerar – um ambiente coibente para a ação de sujeitos que transgredissem a ordem pública. O projeto era controlar o Recife de becos e ruas às escuras, seguindo a trilha do “progresso” urbano. Entretanto, além do número limitado de lampiões, pesava a má qualidade dos serviços prestados pela empresa concessionária. Com o passar do tempo, as queixas anteriormente vistas como infundadas passaram a aparecer nos próprios relatórios dos governantes provinciais. Em 1867, o vice-presidente da província, Domingos Souza Leão, reclamava em um desses relatórios:

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O serviço desta companhia não tem sido feito com a regularidade que é para desejar, segundo informa o Chefe da Repartição das Obras Públicas.

O gás, que se consome, é de má qualidade, e a luz que fornece atualmente não tem a intensidade nem brilho, que apresentava a princípio.

Os particulares queixam-se, além disto, de que em as noites de luar, em que não há iluminação pública, das 10 horas em diante, a luz diminui tanto, que se torna amortecida chegando muitas vezes até apagar-se.¹¹

E as reclamações continuaram nos anos seguintes, tanto pela falta do serviço, como pela sua má qualidade. A cidade passou por um processo gradativo de adaptação e ajustes até que essa nova forma de iluminar a cidade se tornasse eficiente. No entanto, é válido ressaltar que a iluminação pública trouxe mudanças significativas, mesmo com tantos problemas para serem corrigidos ou ajustados. Nas áreas alcançadas por este benefício, a sensação de uma maior segurança propiciou o aumento da vida social após o cair da noite – fazendo com que as pessoas vencessem a rotina até então condicionada pela escuridão de vários pontos da cidade e passassem a passear com mais desenvoltura pelas ruas clareadas ou, então, a frequentar não apenas as missas, mas também o teatro, os cafés e as confeitarias a noite.

E aqui nos interessa sobremaneira o universo das ruas, bem como os sentidos construídos pelas pessoas que transitavam cotidianamente por elas – em um ir e vir

¹¹ Relatório do presidente de província, 1867. p. 32. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>
Acesso em: 05 ago. 2012.

incessante. Deve-se ver a rua não somente como passagem, como apenas um caminho para o trânsito diário das pessoas, mas também como espaço de vivências. E o ato de caminhar pode ser configurado como um movimento intrínseco à construção do não arquitetado da cidade, da espontaneidade dos pedestres em suas passadas diárias pelos logradouros. Certeau, em obra clássica, expressa essa ação do caminhar da seguinte maneira:

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que “fala”. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os movimentos, os percursos, os caminhantes. Indefinida diversidade dessas operações enunciadas. Não seria, portanto, possível reduzi-las ao seu traçado gráfico.¹²

Os pedestres excedem o traçado gráfico da cidade. E nas novas e constantes mudanças e criações de novos percursos, outros fatores se agregam. Conforme se muda a trajetória, se tem contato com outros espaços, outras pessoas e suas respectivas rotinas, lojas comerciais e trabalhadores de determinada rua, moradores de determinadas casas. Ao seguir pelas ruas, os transeuntes encontravam vendedores, com a algaravia característica dos mascates, trazendo quitutes como doces, bolos, cuscuz e mungunzá. A propaganda entoada em voz alta pelos vendedores e vendedoras, cuja maioria era composta por negras de ganho¹³, para chamar a atenção dos clientes fazia parte da bricolagem de sons da cidade, empregando ritmo e unindo-se à dinâmica sonora do Recife da segunda metade do oitocentos.

Certamente essas relações entre a população do Recife do século XIX geraram uma interação “itinerante”, onde o “lugar”¹⁴, o lugar para se expressarem por meio do diálogo, seria o próprio desenrolar da caminhada. Para Certeau, “caminhar é ter falta de lugar”. Entretanto, vimos a caminhada também como um possível “lugar” de enunciação e interação entre as pessoas. Importantes conversas poderiam se desenrolar em uma caminhada, tornando-a, em alguns casos, até mais importante que o próprio lugar de destino previamente planejado.

¹² CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 166.

¹³ Escravas que trabalhavam nas ruas vendendo produtos, principalmente gêneros alimentícios, sendo o valor recebido nessas vendas dividido com seus senhores, ou mesmo dado integralmente a esses.

¹⁴ CERTEAU, op. cit., p. 170.

A imagem seguinte retrata em instantâneo uma negra vendedora de doces com seu produto transportado em uma caixa de vidro e madeira colocada sobre a cabeça, ao lado de uma menina. Partindo deste indício podemos refletir sobre as possibilidades que as ruas apresentavam principalmente aos trabalhadores mais humildes, que necessitavam diariamente enfrentá-las a fim de conseguirem seus sustentos.

Atentamos, inclusive, para as mulheres, as quais se expunham a qualquer tipo de sorte para alimentar as suas famílias, ou cumprir ordens dos seus senhores, quando escravas. No caso das mulheres pobres livres, a situação era ainda mais complicada. Por serem obrigadas a frequentar as ruas, em busca dos poucos recursos com os quais garantiam a sobrevivência, as mulheres mais humildes ficavam expostas no ambiente urbano. As pretas vendeiras, escravas, em muito eram mal vistas pelas famílias “honradas” por estarem nas ruas em constante contato com o “mundo da rua”¹⁵, podendo mesmo serem percebidas como um fator que ia de encontro ao “embelezamento” da cidade. Entretanto muitos consumiam os produtos vendidos em seus tabuleiros.

¹⁵ SILVA, Maciel Henrique. No tabuleiro das escravas: trabalho e resistência no Recife (1840-1870). *In*. SILVA, Wellington Barbosa da. (Org.) **Uma Cidade, várias histórias: O Recife no século XIX**. Recife: Bagaço, 2012. p.153.

IMAGEM 01



Título: Vendedora de doces (1858) – **Autor:** Augusto Sthal; **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.¹⁶

Em meio às ruas, circulando por entre vendedores e compradores, transeuntes de modo geral, estavam os policiais quase como parte implícita da composição da cidade do progresso. Ou deveriam estar. Nos anos entre 1850 e 1874, recorte da nossa pesquisa, a ausência de guardas de polícia nas ruas foi uma questão que incomodou bastante parte da população recifense, principalmente as elites. Mesmo tratando de períodos com contextos específicos, principalmente no que se refere à política, o número insuficiente de policiais do Corpo de Polícia para fazer a guarda nas ruas era um problema constante, o que veremos mais adiante, nos capítulos seguintes.

A ausência da vigilância efetiva nos espaços de trânsito da cidade era criticada em periódicos, principalmente no que se refere à falta de polícia ou a carência de soldados suficientes para fazerem as rondas. Foi o caso de uma publicação de carta do leitor no jornal Diário de Pernambuco no ano de 1850:

¹⁶ Ressaltamos que a fotografia é mais uma fonte histórica. Assim como as outras fontes, ela não deve ser vista como uma descrição da verdade, mas sim como uma representação contextual. Cf. BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

Ilm. Sr. - Por muitas e repetidas exigências, que os moradores do Aterro de Afogados me tem feito, e considerando que eles tem suma justiça em suas pretensões, e querem ser garantidos em suas vidas e propriedades, porquanto, estando ameaçadas por pessoas suspeitas que efetivamente estão aparecer já atacando os viajantes que por ali transitam, e já também o fazendo a diversas pessoas que ali moram, devendo a polícia estar munida dos necessários meios para prevenir os delitos, e capturar os criminosos garantindo a pessoa e vida dos cidadãos.

[...]

Convindo remediar tudo isso e remover esses obstáculos que impedem o curso ordinário da marcha regular da polícia; eu vou requisitar ao Exm. Sr. presidente da província por intermédio de V. S. um patrulha de três homens de cavalaria para rondar de dez horas da noite até as cinco da madrugada o sobredito lugar do Aterro de Afogados

[...]

Deus guarde a V.S. subdelegacia de S. José do Recife, 8 de outubro de 1850 – Exm. Sr. tenente-coronel Rodolpho João Barata de Almeida, delegado suplente em exercício do termo – (Assinado) O subdelegado suplente em exercício, *Francisco Batista de Almeida*.¹⁷

Em outros trechos da publicação percebemos que existiam apenas duas patrulhas para rondar o aterro, o qual era extenso em aproximadamente uma légua. Os três homens a cavalo seriam necessários para percorrer essa distância com mais rapidez, podendo haver a vigilância de forma mais eficaz. Tratando do Corpo de Polícia, percebe-se a falta de pessoal para suprir as necessidades da população, pois esta corporação tinha um limitado número de praças. Mesmo sendo limitado, este efetivo por vezes era diminuído de acordo com as necessidades públicas ou a estreiteza orçamentária do governo provincial. Como se deu nos idos de 1850, quando o presidente da província do ano de 1853, Francisco Antonio Ribeiro, expôs que a Assembleia não investiu dinheiro no aumento do efetivo policial com o propósito de economizar e aplicar “as sobras” na construção de obras públicas – mesmo sabendo que isso contribuiria para tornar ainda mais precário o serviço de policiamento:

Em virtude da Lei Provincial n. 298 de 6 de maio do ano passado mandei organizar o Corpo de Polícia pela maneira que consta do plano junto n.1, e o mapa n.2 mostra o seu pessoal. Com o intuito de economizar essa parte da despesa pública para aplicar as sobras à abertura e melhoramento de estradas, como queria a Assembléia Provincial, deixei de admitir praças desde que cheguei a esta Província, e fui facilitando as dispensas ou baixas do serviço. A

¹⁷ Diário de Pernambuco. Recife, 12 de outubro de 1850, capa (Publicação a Pedido)

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

redução do número de praças ao fixado pela citada Lei tem sido feita gradualmente, como era necessário, e da quantia votada para se manter a força neste exercício devem remanescer mais de 30,000,000 que terão sua aplicação, assim como as sobras de outra consignações na conformidade do artigo 38 da Lei n. 300.

E continua:

Mas o Corpo de Polícia não pode preencher bem o seu fim com 400 praças. As diligências a que se destina pelo que pertence a prevenção dos crimes e prisão de malfeitores, a necessidade de escoltar presos para diversos pontos da Província, e o serviço de destacamentos que em parte é feito por ele, exigem um estado completo mais elevado, para que o efetivo e disponível possa satisfazer as importantes aplicações de sua criação.¹⁸

A construção de estradas, para o transporte de produtos, como o açúcar, com mais segurança e rapidez foi priorizado em detrimento do aumento de policiais nas ruas.¹⁹ Isso reflete em reclamações nos jornais sobre a falta de policiamento no Recife. Saliente-se que, neste ano de 1853, o Corpo de Polícia contava com apenas 400 praças para policiar toda a província – sendo insuficiente este número de praças distribuídos em destacamentos pelo interior “de acordo com a necessidade de se prevenir e/ou reprimir graves violações da ordem pública, mas, nem sempre por conta da criminalidade de todos os dias que grassava nas diferentes comarcas.”²⁰ Era visível a deficiência de pessoal para um trabalho efetivo de vigilância. Para minorar o problema, as autoridades tinham frequentemente de recorrer ao auxílio das forças de 1ª Linha, da Guarda Nacional e até mesmo de “paisanos”, ou seja, dos cidadãos comuns – que eram obrigados a prestar este “dever cívico” sob a ameaça de prisão. Muito ainda tinha que ser investido na admissão de praças para o corpo policial entre os anos nos anos de 1850 a 1872. Esta problemática sobre a polícia será mais bem trabalhada no capítulo dois deste trabalho.

Ainda “caminhando”, chegamos às pontes recifenses. Enquanto uniam as ilhas ao continente (a freguesia da Boa Vista). Os banquinhos da ponte da Boa Vista eram

¹⁸ Relatório do presidente de província, 1853. p. 03. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: 12 set. 2012.

¹⁹ Segundo Miriam Dolhnikoff, a construção e melhoramento de estradas foi uma preocupação constante dos presidentes de outras províncias durante todo o Segundo Reinado. Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

²⁰ SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 92.

bastante frequentados pelos moradores do Recife, entretanto, afirma Raimundo Arrais, “estavam longe de servir de lugar de elegância, em perfeita conformidade com os valores proclamados por aquela sociedade que tomava forma na segunda metade do século.”²¹

Em 1817, o viajante francês Tollenare percebeu a ponte da Boa Vista como um local de interações entre recifenses, principalmente por ser a única passagem na época entre o bairro de Santo Antônio e o aterro da Boa Vista – ressaltando, inclusive, a presença feminina:

[...] à tarde é o ponto de reunião dos homens que vão ali respirar o ar fresco; as jovens e bonitas mulatas, ricamente adornadas sob a capa negra que lhes agasalha a cabeça, mas que tem a habilidade de deixar cair de tempos em tempos “por acaso”, vem ali atirar as redes da sedução [...]. Não vi ainda ali senhoras da sociedade; dizem-me que aparecem algumas vezes em noites de luar.²²

A presença feminina se restringia às “mulheres públicas”, as que se expunham, muitas aproveitando o intenso movimento de homens que passavam, ou se deixavam ficar nos banquinhos da ponte. Alguns anos mais tarde, outro espectador coevo escreveu que a referida ponte era “um teatro talvez mais divertido do que o chamado teatro público”. Mas ainda continuava um espaço de sociabilidades impróprio para o *footing* das mulheres da boa sociedade, caracterizando-se como um espaço essencialmente masculino – aonde os homens não iam apenas para “respirar o ar fresco” ou para namorar as prostitutas; mas também para jogar, tratar de negócios, jogar conversa fora ou, simplesmente, para ficar de olho na vida alheia.²³

Semelhante juízo de valor foi proferido pelo jornalista Antonio Pedro de Figueiredo. Em 1857, ele publicou vários artigos sobre a cidade do Recife nas páginas do Diário de Pernambuco. Na parte referente à freguesia da Boa Vista, ele deixou um relato sobre as belezas da paisagem que podiam ser divisadas da ponte da Boa Vista e, também, dos variados focos de reunião existentes naquele local, classificado por ele como “o teatro dos cancãs de todo o gênero”. Um local onde, das cinco horas e meia da

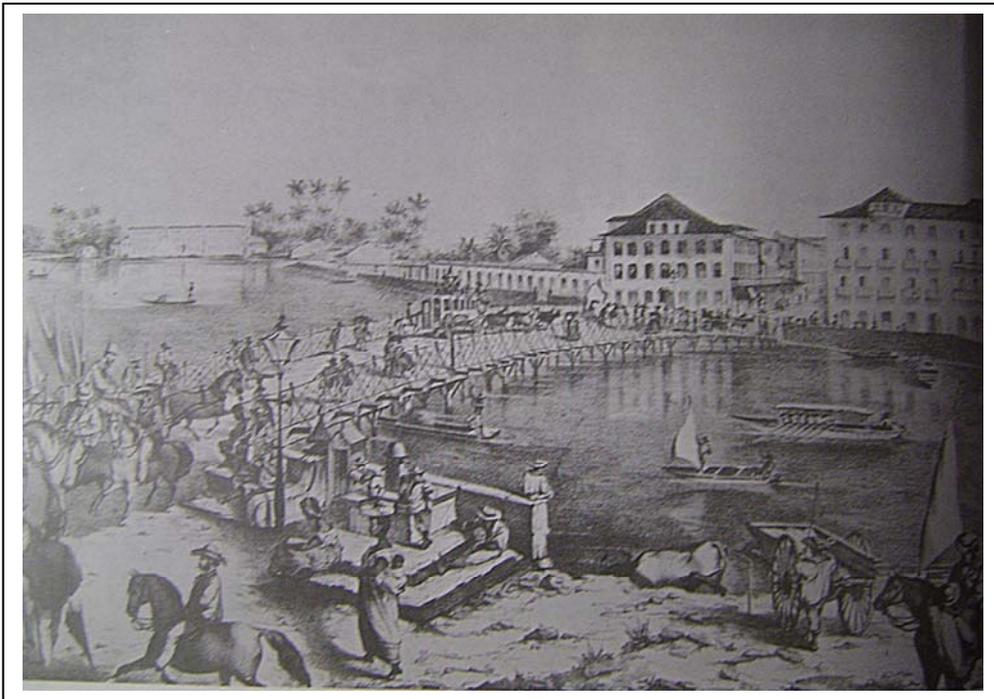
²¹ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. P 240.

²² TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 23.

²³ GAMA, Lopes. **O Carapuço**: crônicas de costumes. Organização de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 174.

tarde até dez ou onze horas da noite, se discutia “questões de ciência, de literatura, de história, os altos problemas de política”. Não obstante, ele também não deixou de caracterizá-la como um lugar de maledicências, onde se discutia os segredos da vida íntima, “onde [davam-se] e [tiravam-se] reputações”.²⁴

IMAGEM 02



Título: Ponte da Boa Vista – **Autor:** Louis Schlappriz (1863); **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

A imagem 02 representa o “burburinho” da ponte da Boa Vista naquela época. Nela, podemos perceber pessoas transitando para lá e para cá, o tropel de cavalos sobre a ponte, as negras de ganho nos seus afazeres cotidianos, as conversas nos banquinhos. É possível ter uma ideia das pessoas sentadas próximas à passagem e à margem do rio, entre homens e mulheres, fazendo de uma via de trânsito um “lugar onde se ir”. Era um ambiente popular, mesmo sendo frequentado por pessoas de posse, pois acima de tudo era um ponto de passagem necessário para ir-se de uma margem a outra do Capibaribe com os pés enxutos. No entanto, como afirmou o moralista padre Carapuço deveria

²⁴ *Apud* MELLO, José Antonio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste**. Recife: [s. e.], 1975, v. 2, p. 849.

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

ser evitado pelas moçoilas casadoiras e pelas senhoras da boa sociedade – fossem elas casadas ou viúvas.²⁵

Ainda observando a imagem da página anterior, percebesse a presença de meios de transporte cruzando a ponte. No ano de 1850 vários transportes urbanos já circulavam pelo Recife, fazendo com que a população precisasse mudar o hábito de andar pelas passagens de rua, sendo conduzida a andar pelas calçadas a fim de evitar atropelamentos e acidentes diversos. Os “ônibus”, maxambomba e bonde as poucos foram sendo incorporados e utilizados no cotidiano principalmente dos que moravam nos arredores mais distantes do centro da cidade.²⁶ A velocidade de grande centro urbano, comparada às décadas anteriores, se apresentava de forma intensa nos idos da segunda metade do século XIX, sendo uma característica da cidade envolta no projeto de progresso.

Se configurando em um ambiente mais voltado para os cidadãos recifenses, o Passeio Público, que consistia em um espaço no cais do Colégio com bancos enfileirados, colocados pela Câmara Municipal no ano de 1857, foi uma alternativa para os que, rezando pela cartilha do padre Lopes Gama, achavam a ponte da Boa Vista um lugar inadequado para realizar o *footing* diário. As plantas, além de tornarem o local aprazível, também emprestavam uma aura de modernidade ao referido Passeio. Era, pois, uma alternativa para os que quisessem desfrutar das sombras de árvores para conversas tranquilas ou mesmo encontros com teor político.

1.3. Espaços de portas a dentro: teatro, lojas e confeitarias, biblioteca e livrarias

Deixando um pouco de lado os espaços de sociabilidades abertos, ao ar livre, percebemos os locais fechados de encontros da elite que cada vez mais procurava se moldar à estética das Luzes: os teatros, as livrarias, as lojas de produtos importados da Europa. As lojas de artigos de luxo da Rua Nova eram as mais requisitadas pelas mulheres abastadas, que, nesse contexto já deixavam com mais desenvoltura o ambiente das casas para passear pela cidade – não tendo mais que esperar, como escreveu Gilberto Freyre, pela visita inconstante dos mascates para adquirir peças do vestuário, perfumes e adornos variados.

²⁵ GAMA, 1996, p. 174.

²⁶ LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. Transportes Urbanos no Recife (1850-1870). In. SILVA, 2012, p. 273.

Outro atrativo para o público em geral eram as confeitarias – onde, além dos doces e outras guloseimas, serviam também sorvetes. Como essa que anunciou seus serviços por meio de um dos principais periódicos da cidade:

SORVETES BEM FEITOS

O proprietário da confeitaria cearense da rua estreita do Rozario n. 43, faz ciente ao respeitável publico amante do que é bom, que no dia 6 de janeiro, das 6 horas da tarde em diante, haverá na confeitaria sorvetes, bem feitos e com asseio, a 230 reis o cálice.²⁷

Os sorvetes e os doces eram muitas vezes pretextos para um bom passeio e conversa nas horas de lazer dos recifenses. Com hora marcada para o início da preparação da mistura do gelo com o suco e calda de fruta, devido à impossibilidade de conservá-lo depois de pronto, a sobremesa era esperada com ansiedade pelos cidadãos.

Os recifenses de algumas posses, ou que simulavam tê-las, podiam contar ainda com o teatro, um espaço que não se restringia a ser um lugar para a apresentação de espetáculos – em particular de companhias estrangeiras. No decênio de 1850 foi construído o Teatro de Santa Isabel, na freguesia de Santo Antônio, local de moradia e negócios da maior parte da elite recifense. Era um local pensado para as famílias aristocráticas, para os letrados, ou seja, para quem possuía *status*. O seu interior era um recinto apropriado para o encontro entre os integrantes da boa sociedade local e, como o descreveu Alberto da Costa e Silva, para as senhoras desfilarem “os novos penteados e os vestidos de seda, organza, musselina ou tafetá conforme os últimos figurinos, e os homens, as casacas bem cortadas, com a condecoração na capela.”²⁸ O teatro era, acima de tudo, um local onde as pessoas iam para verem e serem vistas.

Antes da construção do Teatro de Santa Isabel, havia outro, mais acanhado, popular e mal-afamado – cujos espetáculos eram tidos como pouco recomendáveis para as famílias da “boa sociedade”. Tratava-se do Teatro de São Francisco – conhecido também como a Casa de Ópera ou simplesmente como “o Capoeira”.²⁹ Apesar de sua reputação nada edificante (uma reputação, diga-se de passagem, construída pelas elites locais), este teatro possuía uma assídua clientela, formada por pessoas simples, “menos

²⁷ Diário de Pernambuco, 04 de janeiro de 1851. Recife . Pag. 3.

²⁸ SILVA, Alberto da Costa e. **Castro Alves**: um poeta sempre jovem. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 47-48.

²⁹ SILVA, José Amaro Santos da. **Música e ópera no Santa Isabel**: subsídio para a história e o ensino da música no Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 46.

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

exigente de representações clássicas, mas ávida de diversão, de caráter circense”.³⁰ No decênio de 1850, aparentemente sua má fama começava a se tornar coisa do passado. Pelo menos é o que sugere o testemunho de um dos seus frequentadores registrado nas páginas de um jornal coevo:

Sr. redator. – Fui à representação pastoril que teve lugar, na noite de 8 do corrente, no Teatro de San-Francisco: muito me agradou a execução do drama sacro *O Nascimento do Messias*; e sobre tudo maravilhou-me o arranjo e desempenho do penúltimo ato, dito da *Mamãe vovó* [...].

Igualmente ocupou a minha atenção a boa ordem que reinava em todo o espetáculo, graças à moralidade dos expectadores e à vigilância que a polícia tem exercido sobre alguns espíritos turbulentos que eram causa para que muitas famílias e pessoas honestas fugissem outr’ora do teatro público! Deus louvado, já não estamos hoje em tão miserável estado!

Prossiga o senhor Santa Rosa no empenho de ministrar-nos tão gratos passatempos, e conte com a assistência do público apreciador do belo e administrador do seu bom gosto e perícia dramática.

Publique, Sr. Redator, essas linhas como um tributo que pague o mérito.

*O Expectador da Platéia.*³¹ (Grifos nossos)

A correspondência acima pode ser percebida como um elogio de forma geral ao ambiente. Inclusive, no que diz respeito à segurança dos espectadores. Note-se que o missivista fez alusão de um tempo em que as encenações teatrais eram perturbadas por “espíritos turbulentos”, o que fazia com que “muitas famílias e pessoas honestas” deixassem de frequentar o teatro público. Mas que a atuação da polícia teria trazido a tranquilidade para aquele local de divertimentos. Percebemos, pois, que a polícia não se encontrava somente nos logradouros, mas também nos espaços fechados, de lazer público. Um maior policiamento – em termos de vigilância – como já foi mencionado anteriormente, fazia parte do roteiro de modernização do Brasil. E a polícia era um dos principais instrumentos de controle em favor dessa organização, acompanhando os hábitos da população que deveriam se moldar ao “progresso”.

A imagem abaixo mostra simbolicamente um pouco do universo do Teatro de Santa Isabel. Um grupo de pessoas conversa no *hall* do teatro; as duas senhoras e o cavalheiro estão elegantemente vestidos e uma criança negra, mantida a certa distância,

³⁰ Idem, p. 47.

³¹ Diário de Pernambuco. Recife, 12 de janeiro de 1850, capa (Correspondência).

“Não temos governo, não temos polícia...”

com os braços cruzados para trás. Mesmo a criança negra estando nas dependências do teatro, aparecia em distância dos abastados, demarcando simbolicamente, então, o distanciamento social entre eles. Uma das mulheres está com a visão voltada para o movimento na ponte que ligava Santo Antonio à freguesia do Recife, na outra margem do rio. Ver o bairro portuário deste ponto de vista era um privilégio para poucos. Assim como o passeio público, o teatro tinha como foco o divertimento das elites recifenses. Sua construção pomposa e elegante até mesmo poderia inibir os mais humildes que, com esforço, eventualmente pudessem pagar as entradas para as apresentações. As vestimentas, a forma de se portar, de falar, andar e agir estavam além do valor do ingresso.

IMAGEM 03



Título: Teatro Santa Isabel (1855) – **Autor:** Augusto Sthal; **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Devemos levar em consideração, inclusive, as pessoas que, por não terem condições de desfrutarem dessas relações dentro do teatro, ficavam do lado de fora, apenas olhando e comentando sobre os homens e mulheres da boa sociedade que entravam e saíam, com suas roupas vistosas e gestos “civilizados”. Mesmo excluídas, estas pessoas criavam outro espaço de sociabilidade, que possibilitava igualmente as trocas de informações e opiniões sobre as elites políticas e, conseqüentemente, suas ações como autoridades.

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

E o teatro também poderia ser espaço para discussões políticas. O historiador Marco Morel, ao estudar o contexto do Rio de Janeiro, percebeu que “a sala de espetáculos foi tornando-se um canal da expressão de diferentes vontades coletivas. Muitas vezes indiferentes à peça teatral representada, os espectadores podiam chamar mais atenção do que os atores no palco”.³² No Recife, o Teatro de Santa Isabel foi um grande foco de propaganda abolicionista: o público era atraído para as peças teatrais e nos intervalos vinham à cena Castro Alves, Tobias Barreto, Joaquim Nabuco e outros abolicionistas discursando pela liberdade dos escravos.

Foi no Santa Isabel, como nos informa Alberto da Costa e Silva, que Castro Alves leu “Gonzaga” para um grupo de amigos, artistas e admiradores deste drama: uma peça “de cunho político e intenção republicana, [...] abertamente abolicionista [que] apresentava um exemplo claro de como a escravidão deformava as criaturas e abalava os valores humanos”.³³ Mesmo excedendo o recorte da pesquisa, é válido mencionar que, como um espaço de liberdade incrustado em uma cidade escravista, o mesmo teatro abriu as suas portas, em 25 de março de 1884, para festejar a abolição da escravidão na província do Ceará.

Além dos *meetings* realizados nas praças, das apresentações de peças teatrais e recitais de poesias os discursos dos abolicionistas tomaram o palco do teatro de Santa Isabel. Joaquim Nabuco, em campanha política nesse mesmo ano, juntamente com José Mariano e André Rebouças, formaram o movimento abolicionista no Recife. E seus discursos ficaram marcados por atraírem grande número de ouvintes:

Sabia-se que os discursos de Nabuco, traço central e inovador da campanha, atraíam centenas e às vezes até milhares de pessoas a várias praças da cidade e ao Teatro Santa Isabel. No interior do teatro, de fato, ainda hoje há uma placa que diz: "Aqui ganhamos a causa abolicionista".³⁴

As falas dos abolicionistas causaram frisson no meio letrado, gerando desassossego entre os escravocratas. Em carta enviada ao Diário de Pernambuco, alguns meses depois desta comemoração, um cidadão indignado afirmava:

³² MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p. 233.

³³ SILVA, Alberto da Costa e. Op. cit., p. 67

³⁴ CASTILHO, Celso. O “25 de março” e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife, p. 02. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/recursos/anais/14/1300628970_ARQUIVO_Castilho.ANPUH.25demarco.pdf Acesso em: 05 Ago. de 2012.

As conferências no [Teatro] Santa Isabel, as doutrinas enunciadas, provam a evidência, que os candidatos abolicionistas querem a ruína do país, a miséria para numerosas famílias; o estabelecimento da república, ou melhor, o comunismo com a democratização da propriedade.³⁵

Tratando-se de uma carta publicada no jornal Diário de Pernambuco, impresso “porta voz” oficial do governo, os abolicionistas foram tratados como prejudiciais ao país. A base econômica ainda se sustentava na escravidão, por mais que o trabalho escravo estivesse sendo gradualmente substituído pelo trabalho livre. Ainda havia resistência ao projeto abolicionista. Entretanto deve-se considerar que estas conferências certamente contribuíram para a formação de uma opinião pública favorável à libertação dos escravos. Juntamente com a aceitação dos populares e ações de resistências de escravos, os discursos compunham o clima geral de abolição do período.

A Biblioteca Provincial, inaugurada em 1852, também era um espaço de interação, pelo menos do público letrado. O seu acervo não era grande. Uma década depois após sua abertura, ele era composto por “apenas 2.542 volumes, sendo 118 de teologia, 284 de jurisprudência, 824 de ciências e artes, 645 de belas letras e 671 de história.” O presidente da província concordava que o estabelecimento necessitava “de prover-se de grande número de obras de merecimento que lhe [faltavam], entre as quais [...] a legislação brasileira, as obras históricas do país, e máxime as que [diziam] respeito especialmente a esta província”. No entanto, mesmo quando se destinava no orçamento uma verba específica para a aquisição de novos livros, nem sempre o dinheiro era aplicado neste fim, como lamentou o padre Lino do Monte Carmelo Luna – a cujo cargo ficava a biblioteca. Apesar de suas deficiências, este espaço de leitura foi visitado neste mesmo ano “por 442 pessoas, que consultaram 491 volumes”.³⁶

Apesar do pouco investimento, a biblioteca era um ambiente rico por lidar diretamente com cultura literária, possuindo um público leitor pequeno, mas não desprezível para os padrões da época: em média quatrocentas pessoas ao ano consultavam o seu acervo e faziam empréstimos de livros. Conversas regadas a análises sobre a política vigente e citações de autores possivelmente aconteciam nos espaços da biblioteca provincial. E, se isso não se dava, pelo menos seus livros podiam contribuir

³⁵ *Apud* CASTILHO, Celso. 2011, p.01.

³⁶ Relatório do presidente da província, em 1.º de março de 1863, p. 16-17. Disponível em: <http://www.brasil.crl.edu/bsd/bsd/678/>. Acesso em: 19 set. 2012.

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

para que seus quatrocentos ou pouco mais leitores anuais pudessem ampliar a sua visão de mundo, bem como uma opinião mais elaborada sobre os problemas políticos e econômicos enfrentados pela província.

As livrarias também desempenhavam o papel de ponto de encontro para troca de informações sobre leituras e o contexto político e social do Recife. Além de servirem para abastecer as bibliotecas particulares dos abastados recifenses – que compravam livros nem que fosse apenas para impressionar os visitantes da casa. Os volumes em prateleiras, mesmo se fossem nunca lidos ou com a pretensão de o serem em algum momento, transpassavam a ideia de erudição, de “civildade”. Em uma sociedade hierarquizada como a do Recife oitocentista, o livro (mesmo sem ser lido) era um importante capital simbólico.

Na livraria da Rua do Crespo³⁷, por exemplo, eram vendidas obras como a Galeria Universal, ou seja, uma “coleção de belas estampas coloridas representando os trajes de todos os povos do mundo, as quais [podiam] servir de figurinos para os bailes de máscaras do próximo carnaval”, atraindo as senhoras, modistas e clientes para a aquisição da coleção. “O Recopilador”, uma “publicação enciclopédica por uma sociedade de literatos, contendo excelentes romances dos melhores autores, poesias, biografias, etc.”³⁸ dispostos em quatro volumes encadernados, era mais um título à venda nas prateleiras da livraria. As enciclopédias tinham uma aceitação peculiar nas bibliotecas pessoais. Por tratar de temas variados, contribuía para um conhecimento, mesmo que superficial, sobre assuntos diversos. Ou, talvez esta fosse a sua maior utilidade, para ornamentar as prateleiras com suas espessura e capas duras.

Os livros em língua francesa eram outro atrativo para as elites recifenses. “Historie de Napoléon”³⁹, com encadernação dourada e preenchido por imagens, ou mesmo o “Histoire de la revolution française”⁴⁰ do autor Thiers, com dez volumes, são exemplos dos títulos comercializados nessa mesma livraria. O francês era considerado o idioma da “civildade”, indo além dos livros, como mostra Marco Morel:

Não só o francês tornara-se como que um idioma das *Luzes*,
linguagem internacionalizada das elites culturais ocidentais, como

³⁷ A Rua do Crespo, no bairro de Santo Antônio, teve seu nome modificado, a partir de 1870, para Rua Marquês do Recife. Cf. ARRAIS, 2004, p. 344.

³⁸ Diário de Pernambuco, 09 de janeiro de 1851. Recife. Pag. 4.

³⁹ Diário de Pernambuco, 09 de janeiro de 1851. Recife. Pag. 4.

⁴⁰ Diário de Pernambuco, 11 de janeiro de 1851. Recife. Pag. 3.

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

também, por outro lado, fazia que a França funcionasse como uma espécie de “metrópole cultural” para estes mesmos grupos letrados que constituíam, também, os quadros dirigentes de cada país.⁴¹

Tanto era assim que o autor supracitado, ao analisar o acervo da livraria “Plancher”, localizada na corte do Rio de Janeiro, concluiu que 81% das obras postas à venda nesta livraria eram publicações em francês, 10% em inglês e apenas 6% em português⁴² – o que demonstra a hegemonia da língua francesa no meio letrado brasileiro. As elites se apropriaram e resignificaram hábitos franceses: a forma de vestir, a literatura, os cafés e confeitarias como locais de lazer, o piano na sala das casas das famílias mais ricas.

Também havia uma significativa influência inglesa na vida dos recifenses abastados, como percebeu Gilberto Freyre. O consumo de alguns alimentos, como manteiga, bolacha, alpiste, painço, presunto, toucinho, cerveja era de inspiração inglesa. Com o decorrer da década de 1870, este gosto pela moda inglesa se intensificou nos trajes de homens e mulheres.⁴³ E os membros das elites locais procuravam se vestir, comer e se comportar de acordo com os modos e modas europeus para demonstrar *status* e requinte. Esses modos geravam, pois, formas de sociabilidade e espaços de vivências, criando possibilidade de interações entre os abastados, com reuniões e conversas sobre assuntos diversos, incluindo o contexto socioeconômico e político da cidade, da província e, por extensão, do Brasil. Comportamento e consumo, aos moldes europeus demonstravam a aceitação de grande parte da elite bem relação às formas de se portarem em meio ao “progresso” da cidade do Recife.

1.4. Outros espaços: botequins, tabernas

Com um público predominantemente mais humilde, os botequins e as tabernas eram locais propícios para confusões, desordens, mas também efervescentes em críticas e discussões políticas. Um artigo publicado no periódico de nome A Crise, que circulou no ano de 1865 no Recife, mostra-nos como opiniões diversas podiam conviver nestes lugares. Antecipadamente, nos desculpamos pela extensa citação, porém a mesma precisa ser colocada na íntegra para ser melhor compreendida pelo leitor:

⁴¹ MOREL, 2005, p. 37.

⁴² Idem.

⁴³ FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. 2ª. ed. rev. São Paulo: Global, 2009, p. 199.

Meia-hora no botequim “Água D’Ouro”, à Rua do Rosário Estreita

Nunca tinha entrado em semelhantes casas; porém, não sei se atraído pelo cheiro dos bifés que ai se preparava, resolvi-me pela primeira vez entrar em um botequim.

Depois que entrei, fiquei arrependido, achava-me acanhado, o que me obrigou a pedir ao caixeiro que me desse um lugar mais oculto às vistas dos que passavam pela rua. Satisfeito o meu pedido, fiquei otimamente colocado, mas que testemunhava o que se passava na sala. Quando principiava saborear um bocado de bife, que tinha mandado vir, entra um taful já velho mal trajado; e uma madura *jaca* encapelada na cabeça, cobria-lhe parte da enrugada caratonha. Assentou-se ante uma das mesinhas do lado direito, pedindo logo um café.

Minutos depois, entrou outro, porém: o seu todo demonstrava pretensão. Trajava calça à balão, colete de gola em pé, sobre-casaca, e chapéu de *Pinaud*: era um Parisiense. O seu ar meditativo bem demonstrava que grande preocupação o absorvia. Não errei. Este assentou-se ante outra mesinha do lado esquerdo, dando as costas para o primeiro. Ambos estavam tão preocupados, que cada um se julgava só. Prorrompeu o primeiro:

– É uma completa desgraça! Pois como não há de aparecer a cólera, tifo, febre amarela, *cinzenta, verde, cor-de-rosa, roxa*, e finalmente de todas as cores!? Ah, se me fizessem deputado... eu havia de pôr esta província direitinha como um fuso.

– Estou com as eleições ganhas, dizia o segundo, graças à minha diligência e às libras esterlinas.

– Ora, na verdade, dizia o primeiro, a câmara municipal ninguém a entende. Os vereadores fazem uma coisa, e a polícia faz outra em contradição. Não sei o que fazem os homens que se dizem políticos, enganam o povo fazendo-lhe trinta mil promessas e logo que se pilham encarapitados, só tratam do *venha a nós* e nada mais.

– Logo que chegue ao Rio, dizia o segundo, a primeira coisa que farei, é arranjar um ossozinho para meu amigo Juca, e em segundo lugar tratarei de arranjar para mim, tal melgueira, que os cofres da nação são quem venham pagar as favas. Porém...que figura farei ante tantas capacidades? Falhar não sei...ah! feliz lembrança: apoiados e mais apoiados, é a teia de aranha a que se agarram todos os deputados eleitos è força de vapor.

– Nada, nada, dizia o primeiro, isto como vai, breve teremos *angusó* muito malfeito. Os homens da atualidade entendem que a política é um negócio como é uma loja de fazendas, uma taberna, um armazém, etc. etc. e não uma base para segurança d’um estado. (Falando com arrogância). Eu quisera encontrar-me agora com algum deputado, que havia de derramar-lhe esta xícara de café pela cabeça a baixo.

(O outro que também se julgava só, ouvindo falar-se tão alto junto de si, levanta-se espantado e diz muito cheio de ufanía:)

– Sr. André!.. Olhe que eu sou um deputado!

– Ah! É V. S. Sr. Dr.? Um deputado da atualidade, que tem de representar no parlamento uma província como esta!!!.. Virgem Maria! Quem eleger V. S. para deputado tem cabeça de camarão.

– Por quê? Não seria capaz de cumprir o mandato?

– É tão capaz de cumpri-lo como outros tem cumprido. Mas Sr. Dr., V. S. quer que eu lhe diga que papel vai fazer? Vai fazer o papel de

“Não temos governo, não temos polícia...”

ção de caça. Os jubilados quando quiserem caçar, V. S. será quem desencovará a paca. E com esta, adeus.⁴⁴

O periódico *A Crise*, era impresso na Tipografia Commercial, sob a responsabilidade de José Soares Pinto Corrêa Junior. Possivelmente fictícia, essa narrativa mostra três personagens que se enunciam: por trás dos personagens seguintes, o observador e narrador das falas e diálogos entre os dois, o jornalista; o segundo, homem mais humilde, podendo simbolizar as camadas subalternas da população; o terceiro, representando o político da situação, um deputado, com vestimentas à francesa, emprestando-lhe uma aura de “parisiense”

O botequim foi indicado pelo narrador como um local não frequentado pelo mesmo, inclusive tendo ele que procurar um lugar mais discreto para se sentar; procurando, dessa maneira, ficar “oculto às vistas dos que passavam na rua”. Mesmo com esta resistência em relação ao ambiente, o narrador descreve questões importantes levantadas pelos dois personagens. Dentre elas estavam a problemática da febre amarela que tanto acometia a população recifense, a corrupção na política, o nepotismo político, a crítica em relação ao discurso da polícia que se contradizia com a prática dos políticos e mesmo o posicionamento crítico que circulava por grande parte da população.

Além da febre amarela, outras enfermidades foram relacionadas na narrativa acima. Entre elas, uma que muito preocupou os recifenses foi a cólera. No ano de 1856 foi registrada a maior epidemia da doença de Recife, principalmente pela falta ou precariedade da higiene urbana e pessoal. Navios vindos de locais infectados ficavam de quarentena para averiguação.⁴⁵ Outras medidas (algumas delas bem impopulares) para tentar controlar a infecção foram propostas pelo Conselho Geral de Salubridade. Entre elas, a de suspender as apresentações no Teatro de Santa Isabel naquele ano com o argumento científico de que o choque térmico resultante do fato dos frequentadores se exporem à noite fria durante o percurso e, logo em seguida, entrarem em contato com o calor do teatro lotado de pessoas, poderia facilitar a propagação da moléstia.⁴⁶

⁴⁴ *A Crise*: periódico caricato, crítico, faceto e literário. Ano I, nº 4. Recife: Tipografia Commercial. 8 de janeiro de 1865, p. 04. APEJE.

⁴⁵ FARIAS, Rosilene Gomes. Recife nos tempos do cólera *In*. **Revista de História.com.br**, 01/07/2012. Acessado em 15/09/2012, as 23:37, <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/recife-nos-tempos-do-colera>.

⁴⁶ ARRAIS, 2004. p. 368.

As críticas à situação da saúde pública estavam relacionadas com as queixas ao governo e, por extensão, a crítica também sobre a polícia. A cidade fervia em debates sobre os partidos políticos, uns entre defesa e oposição e outros se considerando “neutros” nas discussões. Os jornais, lidos e debatidos nas tabernas e botequins, alavancavam críticas e comentários sobre a administração da província. E com as conversas e leituras em voz alta, se ampliava a participação dos analfabetos na formação das opiniões, visto que esses estabelecimentos eram frequentados por vários sujeitos, entre letrados e iletrados. O próprio texto d’A Crise aqui analisado deve ter sido lido e discutido, ao sabor das “bebidas espirituosas”, pelos frequentadores das tabernas e botequins recifenses.

A cidade se apresenta nesse movimento de troca e ressignificação de ideias. Como bem afirmou Sandra Pesavento, “a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.”⁴⁷ Para além das construções arquitetônicas, as formas de expressões e as relações interpessoais entre os cidadãos dão movimento e compõem a peculiaridade de cada urbe e dão identidade ao projeto civilizador em construção. E parte crucial desse projeto era composta pela higiene pública, ponto de grande preocupação entre os moradores do Recife.

1.5. Higiene e civilização

O discurso médico formou a base para essa nova forma de se lidar com a saúde e a beleza. Esta volta-se para o estado de ser saudável, organizado e racional. A impureza, antes vista, no entender religioso, como a característica da alma pecadora, passará a ter um sentido ligado à falta de higiene do corpo, a sujeira⁴⁸. Nas construções arquitetônicas, esse discurso higienista defendia a existência de mais janelas nas casas e prédios para facilitar a circulação de ar impedindo a formação de umidade e mofos nos ambientes, o que causaria doenças; o saneamento e esgotamento sanitário das ruas, a

⁴⁷ PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In. **Rev. Bras. Hist.** vol. 27, n. 53. São Paulo, Jan./Jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext&tlng=esja.org
Acesso em: 05 de agosto de 2012.

⁴⁸ CARVALHO, 2008, p. 35.

arborização, as casas de banhos, recomendadas pelos médicos, encontradas inclusive no Recife do século XIX.

O nivelamento da cidade e a construção de rede de esgotamento ainda no ano de 1850 faziam parte de discursos veiculados nos jornais, também como medidas que deveriam estar associadas à mudança de algumas práticas populares. Os moradores da cidade precisariam respeitar, por exemplo, os locais de despejo de dejetos; as formas de condução de carnes – em carroças forradas com panos brancos limpos; a limpeza com cloro das casas de salgar etc.⁴⁹.

Por essas orientações de higiene estar em destaque nas publicações, se tem ideia de que essas medidas encontravam dificuldades para serem seguidas. E mesmo a função do governo em relação às obras de saneamento não era praticada. Os fiscais eram responsáveis pelo controle das ações daqueles insistentes em não seguir as orientações do Conselho. A polícia nesse contexto tinha por sua parte o auxílio como instrumento controlador dos populares.

O progresso aos moldes da burguesia europeia, que sustentava as políticas higienistas, teve de ser adaptado à “Veneza” dos trópicos. O contexto físico e social do Recife ditou a flexibilidade daquela regras. Por mais que se tivesse como base as cidades europeias, principalmente a França e a Inglaterra, para a organização urbana, física e comportamental, o contexto tropical e social recifense era peculiar e moldaram essas mudanças.

No ano de 1869, o periódico *A Careta* mesclou charges caricatas com poemas, artigos e narrativas para tratar dos assuntos do governo. Um dos temas de críticas recaiu sobre os fiscais da Câmara Municipal:

NÃO É GRAÇA

- *Quem tem casa tem nariz*, é a regra; mas como toda a regra tem exceção, deve haver cara sem nariz.

Nestas exceções estão os fiscais; eles certamente não tem narizes, porque, se os tivessem, sentiriam o mau cheiro que exalam às praias desta cidade.

Não é crível que esses senhores, a força de terem o nariz nas imundices, se tenham familiarizado com o mau cheiro delas: é coisa com que ninguém se familiariza.

A conclusão é, que os nossos fiscais são *desnarigados*.

⁴⁹ Diário de Pernambuco. Recife, 04 de fevereiro de 1850, capa. [Higiene Pública]

“Não temos governo, não temos polícia...”

Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874)

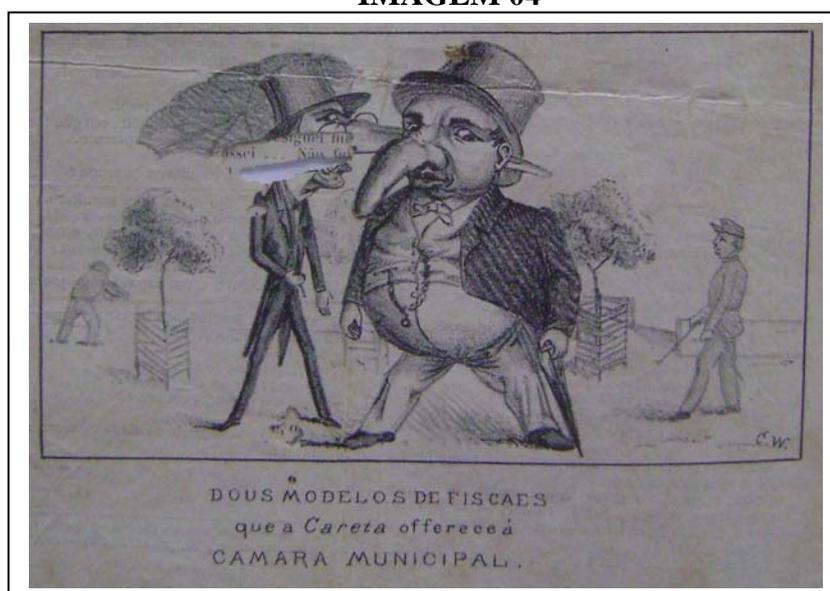
Por esta razão, pois, não é fora de propósito *requerer* a câmara municipal que, nas suas nomeações de fiscais, não atenda a outras habilitações que não seja a *habilitação do nariz*.

Procure em cada freguesia o sujeito de maior nariz, e, se no país não há *narigudos*, mande-os buscar nos *Estados Unidos*, onde há os maiores narizes do mundo, e engaje-os como fiscais. Ponha em cada freguesia um fiscal a quem possa dizer:

Tens um nariz estupendo.
Que sendo a caso de pau
Bem podia aparelhado
Servir de casco a uma nau.

Só assim chegaria esta cidade as desejáveis condições de salubridade, e poderiam os seus habitantes transitar a noite isentos do insulto que as praias fazem-lhe aos narizes.⁵⁰

IMAGEM 04



Fonte: A Careta. Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife. Ano segundo, nº 03. 10 de agosto de 1869. p. 20. APEJE.

Sarcasticamente, este periódico critica a incompetência dos fiscais da Câmara Municipal em relação à vigilância das praias do Recife, que exalavam mau cheiro possivelmente por lixos e dejetos jogados a esmo. As práticas da população fugiam da “ordem” estabelecida pelo Estado. Porém, os que deveriam estar fiscalizando muitas vezes não davam conta da sua função de forma eficaz. E no campo da opinião pública circulava a desaprovação de muitos leitores.

⁵⁰ A Careta. Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife. Ano segundo, nº 03. 10 de agosto de 1869. p. 19.

Por isso, o referido jornal, atuando como se fosse o porta-voz da população recifense, sugeria aos vereadores que os “fiscais ideais” para a Câmara deveriam ser aqueles que tivessem os maiores narizes. (Imagem 04) Caso os narigudos não fossem encontrados no país, eles poderiam ser “importados” dos Estados Unidos. Os fiscais “desnarigados”, como aqueles que a Câmara possuía, não serviam para o trabalho. Essa cobrança nos mostra que o discurso higienista havia produzido um efeito de verdade pelo menos para parte da sociedade e que novos padrões de sensibilidade iam sendo construídos no Recife daquela época.

Porém, o caminho neste sentido ainda era longo e incerto. Por mais que o projeto civilizador europeu norteasse as ideias propostas pelo governo provincial e pelas elites locais, em muito estava distante da realidade do Recife dos anos de 1850 a 1874. Os comportamentos dos cidadãos, incluindo as autoridades, tinham um contexto peculiar. A capital da Província de Pernambuco, com seus espaços de sociabilidades, refletia a mescla entre construções próprias de uma cidade da razão, como biblioteca, teatro, livrarias e os arraigados comportamentos considerados como grosseiros, rústicos; em suma, como “incivilizados”.

Nas entrelinhas de vivências na cidade e a busca pela criação de um espaço urbano civilizado, a polícia desempenharia um papel importante – pelo menos ao tentar controlar o que Ilmar Mattos denominou de mundo da desordem, ou seja, o universo formado por homens e mulheres pobres e livres. Justamente as pessoas sobre quem, segundo o olhar dos “civilizados”, se constituía no depositário de tudo o que era avesso à civilização dos costumes.

E em meio a esse projeto civilizador no Recife, seguindo pela segunda metade do século XIX, críticas ao trabalho policial foram proferidas e mesmo publicadas nos jornais e periódicos da época. As relações entre a cidade em constante modificação – inclusive no que tange a reorganização político-partidária – e os aparatos policiais foram percebidas. Uma parcela da população, que consumiam esses impressos, expressava suas opiniões sobre a instituição e os seus representantes, sendo uma forma de opinar sobre o governo vigente.

Entretanto, antes de perceber as críticas publicadas nos periódicos recifenses, é preciso entender a organização e atuação da polícia no Recife entre os anos de 1850 e 1874 – sendo este último ano antes da inserção de um novo aparato policial, a Guarda

Cívica, constituindo o limite da nossa investigação – suas dificuldades e falhas e mesmo seus melhoramentos nesse recorte temporal.

No capítulo seguinte será feita essa panorâmica sobre como o Corpo de Polícia se apresentava na cidade, tendo como base os relatórios anuais do presidente de província. Em que medida a instituição policial se organizou frente às questões de infraestrutura, material de uso cotidiano pelos soldados, como fardamentos e armamento, questão de pessoal entre outros pontos relatados ano a ano nos relatórios provinciais.

Capítulo II: Polícia no Recife do Oitocentos

Entre nós a polícia não é ainda o que deve ser. Se uma boa polícia moraliza e dá garantias à sociedade, ela a corrompe e prostitui, se limita sua missão a lutar com os partidos políticos e espiar e perseguir aos que supõe inimigos do governo.

Francisco de Farias Lemos
Presidente da província de Pernambuco
1872.

No processo de construção do Recife como cidade do “progresso” era necessário ter estrutura física e comportamental envoltas em disciplina e normatização. A polícia deveria desempenhar a dupla função de vigiar e reprimir as más condutas no meio urbano. Afinal, como aponta Holloway, é através dela que “o Estado invadiu o espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas.”¹ Em suma, a instituição policial seria a força, que, com homens armados, garantiria (ou deveria garantir) a paz e a ordem – contribuindo para a “civilização” das pessoas que transitavam pelo ambiente cidadão.

Mas, antes de prosseguirmos, façamos uma ressalva. É necessário diferenciar os termos “polícia” e “policimento”; Segundo Robert Reiner, “‘polícia’ se refere a um certo tipo de instituição social, enquanto ‘policimento’ implica um conjunto de processos com funções sociais específicas.”² Isso implica dizer que nem toda sociedade necessariamente tem “polícia”, organizada de forma institucional; entretanto, qualquer ordem social desenvolve formas de “policimento” que se traduzem no controle exercido por instituições como a família, a escola, ou mesmo o discurso médico.

A “polícia” enquanto instituição moderna, burocrática, uniformizada e dedicada ao policiamento do espaço público em tempo integral está relacionada ao surgimento dos Estados nacionais. Mas, neste contexto, a mesma possuía uma ampla conotação semântica que ia além do seu sentido contemporâneo. Em verbetes de dicionários do século XVIII, pode se perceber a ideia que se tinha da polícia. Em 1728, Bluteau a definiu dessa maneira:

¹ HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 19.

² REINER, Robert A **política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 20. Disponível em: <http://books.google.com.br/> Acesso em: 14 de jun. de 2012.

Polícia. A boa ordem que se observa, e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Repúblicas, & c. Dividi-se em Polícia civil e militar. Com a primeira se governam os Cidadãos, e com a segunda os Soldados. Nem uma, nem outra policia se acha nos povos, a que chamamos Bárbaros.³

A policia é composta por cidadãos (não bárbaros) que devem trabalhar em prol da boa ordem ditada pelo Estado, fazendo com que as leis sejam cumpridas, mas também trabalhando para a civilização dos espaços e dos costumes. De maneira semelhante, Antonio Silva, em 1789, assim a descreveu: “POLÍCIA, s.f. O governo, e administração interna da República, principalmente no que respeita as comodidades, i.e é, limpeza, asseio, fartura de víveres, e vestiária, e a segurança dos Cidadãos”.⁴ No século XIX, em 1832, o mesmo verbete ainda remetia às mesmas características: “Polícia, s. f. Governo, e administração interna: a limpeza, fartura, segurança, etc. Fig. Cultura, urbanidade.”⁵ O termo “policar”, estaria associado a “polir”, “moldar”. Portanto, entre outras coisas, caberia à polícia assegurar a harmonia na urbe, o bom comportamento das pessoas circulantes no espaço urbano.

No período aqui estudado, a polícia já começava, embora lentamente, a se especializar na contenção dos desvios, ou em outras palavras, no controle do crime, mas ainda exercia funções mais sociais do que policiais (como ajudar os fiscais da Câmara a perseguir “animais daninhos” no espaço público, construir cemitérios improvisados em épocas de epidemias etc.). A atuação da polícia, segundo a análise de Robert Pechman, se expressava em três instâncias: o mundo do governo (os que possuem direitos); o mundo do trabalho (universo da produção e do trabalho escravo, sem direitos); e o mundo da desordem (homens livres e pobres, geralmente classificados como vadios). Seria preciso, pois, “conter, subjugar, civilizar”⁶, nessa ordem verbal, os três grupos descritos. A instituição policial teria, pois, formas de ação diferenciadas para cada grupo social, a fim de montar um cenário equilibrado, ou seja, uma cidade civilizada como queriam as elites governantes.

³ BLUTEAU, Raphael. Dicionário da Língua Portuguesa, 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/Pol%C3%ADcia>. Acesso em: 05 de set. de 2012.

⁴ SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa, 1789. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/Pol%C3%ADcia>. Acesso em: 05 de set. de 2012.

⁵ PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Portuguesa, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/3/Pol%C3%ADcia>. Acesso em: 05 de set. de 2012.

⁶ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 89.

No entanto, a polícia não se converteu, no período em tela, em uma espécie de paladino da civilização. O nível de organização das instituições policiais coevas era mínimo. O Corpo de Polícia necessitava constantemente de investimentos – tanto para o aumento do seu contingente quanto para a compra de armamento e munição. Sem contar, como apareciam nas páginas dos jornais do Recife, os desajustes nos comportamentos e a indisciplina dos seus integrantes – que resultavam na ineficiência do seu trabalho nas ruas. As críticas à polícia apareciam aqui e ali nas páginas dos jornais – que, mesmo alimentadas por posicionamentos políticos, denunciavam a deficiência estrutural e de pessoal da instituição. Mas apareciam igualmente nas correspondências trocadas entre o Chefe de Polícia e seus subordinados e nos relatórios anuais do Presidente da Província de Pernambuco. Estes últimos no servirão, doravante, para analisarmos estas deficiências da força pública.

2.1. O Corpo de Polícia no início da segunda metade do Oitocentos

Instituição voltada para a mediação da ordem social, o Corpo de Polícia, antes de qualquer coisa, deveria ter estabelecida a sua ordenação interna, o equilíbrio da própria corporação. Em suma, uma instituição normatizadora não pode prescindir da sua própria normatização. Os relatórios trabalhados a seguir são anexos aos relatórios dos presidentes da província e tratam anualmente das questões da corporação: suas necessidades, falhas e melhorias.

A década de 1850, período no qual ainda ressoavam os ecos da Revolução Praieira, mostrou-se como um período em que a polícia ainda se ajustava burocraticamente e encontrava-se envolta na prevenção de possíveis agitações sociais. Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente da província de Pernambuco no ano de 1850, descreveu no seu relatório que o Corpo de Polícia seguia prestando seus serviços de forma regular e esperada, entretanto observou:

Não posso deixar de reclamar a conservação do estado completo atual, que é indispensável, atentar as recentes ocorrências da guerra civil. Visto o pequeno número e praças aquarteladas nesta cidade, creio que seria medida econômica fazer curar as praças doentes no hospital militar, mediante indenização, extinguindo-se o hospital do corpo.⁷

⁷ Relatório do presidente de província, 1850, p.23. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 17 de ago. 2012.

O número de soldados de polícia existentes na capital pernambucana seria tão diminuto que o referido presidente aconselhou os deputados provinciais a extinguirem o hospital do corpo e “fazer curar as praças doentes no hospital militar, mediante indenização”. Com tão poucos soldados, não convinha financeiramente custear a manutenção de um nosocômio específico para o atendimento aos policiais enfermos. Mas não deixou de reclamar pelo menos que o Corpo de Polícia conservasse o seu estado completo (que era de quase 600 praças).⁸

Além disso, as despesas com o Corpo de Polícia não estavam sendo supridas. Faltava investimento para uma melhor rotina de trabalho dos policiais como, por exemplo, a aquisição de armamento “visto que parte [do mesmo havia sido arruinada] durante a rebelião passada, e uma parte [tinha] sido perdida por alguns destacamentos que foram desarmados nos meses de dezembro do ano passado e janeiro do corrente ano.”⁹ No ano seguinte, este problema foi amenizado com os dispêndios das cotas consignadas para armamento e equipamento, entretanto os mesmos foram insuficientes para suprir as necessidades da corporação.¹⁰

Outros problemas foram relatados no ano de 1851 por José Ildefonso de Souza Ramos, que, na ocasião, ocupava a presidência da província. A força policial contava com 593 praças, “ainda assim se [reconhecia] sua insuficiência, principalmente porque em vista do péssimo estado das cadeias¹¹, se [fazia] necessário um destacamento em cada vila que exclusivamente se [ocupasse] no serviço da guarda dos presos.”¹² O que, conseqüentemente, reduzia o número de soldados por patrulhas ou mesmo inviabilizava a sua saída às ruas em alguns momentos. E essa situação não iria mudar de imediato, visto que “o estado dos cofres públicos não [permitiam] o aumento desta força”. Um discurso (e uma situação) sempre presente no contexto aqui estudado.

Uma questão de ordem burocrática também foi abordada no relatório de 1851:

⁸ A lei provincial n.º 235, de 22 de maio de 1849, fixou o contingente do Corpo Policial para o ano financeiro de julho de 1849 a junho de 1850, em 594 praças. Para o ano financeiro seguinte, de julho de 1850 a junho de 1851, outra lei provincial manteve praticamente o mesmo efetivo: 593 soldados. Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco, APEJE.

⁹ Relatório do presidente de província, 1850, p.23. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 17 de ago. 2012.

¹⁰ Relatório do presidente de província, 1851, p. 8. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: 17 de ago. 2012.

¹¹ As cadeias da província apresentavam problemas estruturais e de higiene, sendo inclusive percebidas como um “cemitério de vivos”. Ver SILVA, Wellington Barbosa da. “Um cemitério de vivos”: as prisões recifenses na primeira metade do oitocentos (1830 -1850). In. SILVA, Wellington Barbosa da. (Org.) **Uma Cidade, várias histórias: o Recife no século XIX**. Recife: Bagaço, 2012, p. 40-70.

¹² Relatório do presidente de província, 1851 p.09. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: 17 de ago. 2012.

O comandante do corpo no relatório que me dirigiu, e que ofereço a vossa consideração, lembra a necessidade de garantir-se aos oficiais, depois de certo tempo de serviço, o direito à reforma com soldo. Reconheço os bons serviços destes empregados, nutro mesmo a melhor vontade de contribuir para o melhoramento de sua sorte, duvido porém da competência da Assembleia Provincial para decretar tais reformas, e sobre tudo sou oposto ao sistema que (se é lícita a expressão) denominarei de - pensões; sistema que uma vez alimentado e desenvolvido, absorverá os recursos da província, inabilitando-a para os melhoramentos materiais de que tanto necessita.¹³

Percebe-se, pois, que o Corpo de Polícia ainda não possuía uma organização eminentemente burocrática no tocante ao pagamento de aposentadorias. As praças e a oficialidade do Corpo de Polícia trabalhavam por contrato – geralmente de dois anos prorrogáveis por mais dois, caso assim quisesse o soldado ou oficial após o término do contrato. E se uns ou outros não tivessem cometido atos desabonadores de suas condutas na corporação ou de fora dela. Em suma, eles não eram vistos como “empregados públicos”, mas apenas como contratados. Daí a solicitação de comandante de se conceder reformas com direito ao soldo aos oficiais da corporação “depois de certo tempo de serviço”.

O presidente da província não concordou com esse pedido do comandante da corporação, argumentando que os recursos que fossem destinados para os pagamentos dessas “pensões” fariam falta aos investimentos da província. Nesta época, como demonstra Miriam Dolhnikoff,¹⁴ a abertura de estradas era uma plataforma política da maioria dos governos provinciais – entre eles, o de Pernambuco. A necessidade de se abrir estradas (e também melhorar as existentes) para facilitar o escoamento da produção do algodão e do açúcar para o porto da cidade ou mesmo o estabelecimento de comunicações mais rápidas entre o centro administrativo, o Recife, e as cidades mais distantes, impossibilitava a adoção de medidas voltadas para o pagamento de pensões por tempo de serviço aos oficiais do Corpo de Polícia.

Aliás, em nome da abertura e melhoramento de estradas, até mesmo o aumento do contingente do Corpo de Polícia ficava em segundo plano. Em 1852, o Corpo de Polícia contava com 568 praças efetivas – faltando 25 para formar o estado completo.¹⁵

¹³ Relatório do presidente de província, 1851, p. 8. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 17 de ago. 2012.

¹⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 175.

¹⁵ Relatório do presidente de província, 1852, p. 9. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 17 de ago. 2012.

Este número diminuiu ainda mais no ano seguinte, chegando a apenas 400 homens efetivos. Como já foi mencionado no capítulo anterior, sobre o relatório do presidente da província Francisco Antonio Ribeiro, a diminuição se deu pela utilização da verba para obras públicas:

Com o intuito de economizar essa parte da despesa pública para aplicar as sobras à abertura e melhoramento de estradas, como queria a Assembléia Provincial, deixei de admitir praças desde que cheguei a esta Província, e fui facilitando as dispensas ou baixas do serviço.¹⁶

Devido a essa crônica falta de investimentos, o Corpo de Polícia não possuía sequer um espaço adequado para o aquartelamento da tropa. Da mesma maneira que continuava com armamento insuficiente, sendo este em sua maioria emprestado e em mau estado de conservação. Em um orçamento, feito no ano de 1854, a presidência da província fez uma projeção de que, “aplicando-se anualmente a quantia de 300\$000 reis, com a qual se comprariam 15 armas, e respectivos equipamentos, em poucos anos ficaria o Corpo de Polícia armado e equipado.” No entanto, não havia de fato melhoria, não por falta de projetos que visassem o aperfeiçoamento da guarnição, mas pela real ausência de investimentos. No mesmo documento segue:

Pela dificuldade em obter sustento para as cavalgaduras, não tem sido ainda possível aproveitar-se da autorização, que Presidência concedeu a Lei Provincial n. 277 de 16 de Abril do ano passado, de aumentar o Corpo de Polícia com 10 praças a cavalo, sendo, aliás, de esperar grande vantagem do serviço que prestariam.¹⁷

Sem contar, os baixos soldos pagos aos soldados de polícia. Uma situação que um ou outro presidente de província fez questão de ressaltar em seus relatórios anuais. Ainda no ano de 1854, o presidente José Bento da Cunha e Figueiredo sugeriu à Assembleia que o soldo das praças deveria ser aumentado, pois as mesmas recebiam “500 reis diários, quando a qualquer servente de obras se [pagava] de jornal¹⁸ 640 reais, e mais, tendo aliás as noites livres, como nem sempre [podia] ter o soldado.”¹⁹ O baixo valor pago pelo trabalho do policial se somaria aos vários entraves, já mencionados, pelos quais passava o Corpo de Polícia.

¹⁶ Relatório do presidente de província, 1853, p. 3. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

¹⁷ Fala do presidente da província, 1854, p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: 12 set. 2012.

¹⁸ Pagamento “de jornal” seria o pagamento por um dia de serviços.

¹⁹ Relatório do presidente de província, 1854, p. 12. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

No ano de 1855, o Corpo de Polícia recebeu alguns investimentos voltados para a sua organização. O governo da província despendeu a quantia de 5:316\$088 reis no pagamento atrasado de fardamentos novos, item de importância, visto que uma polícia uniformizada, com o fardamento limpo, sem puídos de uso constante, daria maior credibilidade a uma instituição responsável pela manutenção da ordem. Neste mesmo ano, o presidente apontou que a disciplina dos seus integrantes era mais satisfatória, embora possamos desconfiar desta sua assertiva. A indisciplina, uma característica das instituições militarizadas, era algo constante no Corpo de Polícia. Saliente-se que mesmo os oficiais não escapavam da indisciplina. No ano de 1852, por exemplo, foi demitido um oficial acusado de cometer abuso de poder, e dois foram processados por mau comportamento nas vilas de Limoeiro e Pau D’Alho.

Porém, ainda nos referindo ao ano de 1855, e apesar dos investimentos supracitados, a corporação ainda fazia o trabalho de policiamento do cotidiano com armamento insuficiente e/ou inadequado. Armas novas já haviam sido encomendadas na Europa, mas não haviam ainda chegado – uma demora explicada pelo fato de que o fornecedor não possuía o adarme²⁰ solicitado. E assim, o corpo policial continuava a utilizar suas armas antigas, do adarme 17.²¹ Mas não era incomum que, apesar de armados, com adarme inadequado ou não, as patrulhas não possuíssem munição suficiente para enfrentar grupos de “facinorosos” melhor armados e municidados. Houve registro de casos nos quais algumas patrulhas de polícia tiveram de recuar diante do maior poder de fogo dos seus oponentes, deixando para eles o campo livre.

Nos anos seguintes, devido à existência de relatórios mais definidos e detalhados, foi-nos possível acompanhar o maior grau de burocratização do Corpo de Polícia, percebendo as suas melhorias ou ainda o que faltava para o desempenho satisfatório do seu trabalho. Em 1856, por exemplo, na ocasião de passar o comando geral do Corpo de Polícia para o seu sucessor, o, coronel Luiz Antonio Favilla pintou um quadro geral da força policial. O seu relatório, anexado ao relatório do presidente da província daquele mesmo ano, foi dividido em vários itens: “do pessoal”, “do material”, “do quartel”, “da caixa de administração do fardamento e música”, “do fardamento” e

²⁰Adarme - unidade de peso arcaica, equivalente a meia oitava, ou seja, 1,793 gramas. Em armas de fogo portáteis, o termo era usado para indicar o calibre da arma em relação ao número de projéteis esféricos de chumbo que podiam ser fabricados por cada libra de chumbo. Disponível em: <http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/Pagdiversas/glossario.htm>. Acesso em: 18 nov. 2012.

²¹ Relatório do presidente de província, 1855, p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

“da escrituração”²². Analisemos com mais vagar este documento e o comparemos com outro relatório, produzido no ano de 1857 e assinado pelo tenente-coronel Sebastião Lopes Guimarães, então comandante da corporação – o que nos permitirá perceber as mudanças entre um ano de gestão e outro. (Tabela 2)

O relatório de José Bento da Cunha e Figueiredo, no ano de 1856, repetia uma velha cantilena: a constante dificuldade enfrentada pelo governo provincial para aumentar o contingente da corporação. Em 21 de abril deste mesmo ano ele afirmou que ainda faltavam 34 homens para o Corpo de Polícia chegar ao total de 400 soldados²³. Mas havia um agravante: a epidemia do cólera que, nesta época, ceifou milhares de vidas na capital pernambucana.²⁴ E deu muito trabalho aos soldados de polícia, pois, coube aos mesmos, entre outras funções de cunho social, fiscalizar o sepultamento das vítimas e carregar à força os doentes para os hospitais. Diante disso, a assembleia legislativa provincial autorizou o presidente a abrir o engajamento para mais 100 praças, o que deixaria a força pública com um contingente de 500 homens.

Pouco mais de sete meses depois, no dia 27 de novembro de 1856, os deputados provinciais autorizaram a abertura de mais 100 vagas para o corpo policial – que chegaria, assim, ao patamar dos 600 soldados. No entanto, uma coisa era autorizar tal aumento e outra, totalmente distinta, era efetivar tal autorização. De fato, embora a assembleia provincial assim o autorizasse, o presidente da província, sempre às voltas com as estreitezas orçamentárias que cercavam a sua administração, se viu impossibilitado de abrir o engajamento para aumentar o contingente do Corpo de Polícia.²⁵ Mesmo no ano seguinte, 1857, quando a epidemia do cólera já havia arrefecido e o contingente estipulado para a corporação diminuiu para 480 praças, o problema persistiu, pois, mesmo assim, ainda faltavam 138 homens para a formação do seu estado completo. (Tabela 2)

Como podemos ver nos dois anos acima coligidos, uma amostra do que acontecia em outros lugares nesta mesma época, o Corpo de Polícia, mesmo sendo diminuto, não conseguia atingir o seu estado completo. E isto se devia, em grande parte,

²² Relatório do presidente de província, 1856, p.S1-1. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

²³ Relatório do presidente de província, 1856, p. 9. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

²⁴ Cf. FARIAS, Rosilene Gomes. “O Khamsin do Deserto” – cólera e cotidiano no Recife (1856). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

²⁵ Relatório do presidente de província, 1856, p. 10. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

à aversão de parte da população masculina ao engajamento no Corpo de Polícia. As raízes destas aversão podem ser buscadas, de certa forma, na própria rejeição dos homens recifenses (algo que pode ser extensivo a todo o Império brasileiro) à vida militar: cheia de percalços, castigos físicos e soldos baixos (sem contar os atrasos no seu recebimento). Na verdade, a maior parte dos homens recrutáveis da província fugia do recrutamento como o diabo foge da cruz. O que era justificável. O recrutamento era feito à força, com os recrutas sendo caçados nas ruas e levados, de mãos amarradas, para a cadeia – onde ficavam á espera de serem engajados no exército ou na marinha. Embora o Corpo de Polícia não se utilizasse de tais estratégias para alistar novos recrutas, a vida militar que era inerente à esta corporação, não animava muito os recifenses aptos ao engajamento na polícia.

Porém, como os soldados de polícia não sofriam castigos físicos e a sua entrada na polícia se dava de maneira voluntária (ao contrário das tropas de linhas, onde os castigos eram frequentes e o recrutamento era forçado), podemos supor que o principal óbice era mesmo a questão salarial. Uma possibilidade que alguns presidentes de província assumiam como principal causa desta rejeição à atividade policial. Alguns anos depois, já em 1860, um deles deixou estampado no seu relatório a seguinte e categórica assertiva:

A elevação do salário em consequência da carestia dos gêneros de primeira necessidade, e de todos os outros do cômodo da vida, e a desproporção com os vencimentos dos soldados de polícia é a principal causa de não poder chegar o corpo ao seu estado completo, sendo o seu serviço muito mais rigoroso do que o do geral das indústrias: para poder-se obter os bons soldados de polícia, o contrato, mediante um prêmio por número de anos determinados, podendo ser renovado com o mesmo prêmio, será o meio mais conveniente.²⁶

²⁶ Relatório do presidente de província, 1860, p. 6. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 20 set. 2012.

TABELA 2

Descrição da situação do Corpo de Polícia em 1856 e 1857

ANO TÓPICOS	1856	1857
Do Pessoal	A força do corpo era composta de 371 praças, inclusive os oficiais, faltando 229 para a formação do seu estado completo ²⁷ .	A força do corpo era composta de 342, inclusive os oficiais, faltando 138 para a formação do seu estado completo.
Do Material	O armamento e correame se achavam em bom estado, visto que o equipamento era novo.	O equipamento permanecia em bom estado de conservação, ainda prevalecendo o uso de armamentos novos
Do Quartel	O edifício que servia de quartel não tinha as precisas comodidades. As divisões do pavimento inferior, onde existiam as cochias e prisões, além de não terem os precisos cômodos, estavam fora dos padrões de higiene da época pela falta de ventilação, acanhamento, e constante umidade das paredes. O pavimento superior, porém, ocupado pelas reservas das companhias, secretaria, casa da ordem, arrecadação, estado maior, etc., estavam em melhor condição.	O quartel do Paraizo onde se achava alojado o corpo, mesmo precisando de alguns reparos, estava em melhor condição que o das Cinco Pontas, inclusive por ser no centro da cidade onde pode com presteza acudir as necessidades do serviço público, e não é úmido, e insalubre como aquele em que se achava.
Da caixa de administração do fardamento e música	Da conta corrente sob nº3, referida do 1º de fevereiro de 1854 a 2 de novembro corrente, resultou o saldo da quantia de 7:599\$540 reis, entrando em moeda no respectivo cofre, além da de 1:144\$800 reis que fora adiantada aos destacamentos do Cabo, Vitoria e Poço da Panela para pagamento dos soldos do mês de novembro corrente das praças ali destacadas, cuja quantia tem de reverter ao mesmo cofre, logo que for recebida da tesouraria, conforme as disposições dos artigos 49, 50, e 51, do regulamento em vigor.	Dos balanços da receita e despesas do 1º de janeiro de 1856, ao último de dezembro do mesmo ano, sob nº 3 resultou do fardamento um saldo da quantia de 6:476\$067 e da música o de 448\$570 reis .
Do Fardamento	Além do uniforme de quartel com que as praças se achavam fardada, existiam em arrecadação nas companhias 240 fardamentos de grande gala em bom uso.	Além do uniforme do quartel com que as praças se achavam fardadas existia mais na arrecadação geral 103 bonetes de pano azul, 72 jaquetas, 189 capotes, 56 calças brancas, 3 bandas de lã, 192 pares de polainas e 4 pares de sapatos: existia igualmente em ser 24 covados de pano fino azul para inferiores, 256 covados de platilha, 80 covados de baêta verde, 222 varas de madapolão, 8 grozas de botões grandes de massa, e 9 ditos de ditos pequenos.
Da Escrituração	A secretaria do corpo estava escriturada em dia e com asseio. A escrituração das companhias também se achava em dia e limpa. Cada companhia possuía 8 livros que são os marcados pelo regulamento. Os 5 livros pertencentes a casa da ordem estavam escriturados debaixo das mesmas condições, assim como os outros 5 que pertencem ao quartel mestre.	_____

Fonte: Relatórios sobre o Corpo de Polícia, anexos aos Relatórios de Presidente da Província, 1856 e 1857.

²⁷ “Estado completo” seria o número total anual de soldados no Corpo de Polícia, decido pela Assembleia Legislativa a partir da quantidade populacional da província.

Os soldos pagos eram baixos, mas, segundo os comandantes gerais da corporação que elaboraram os relatórios dos anos de 1856 e 1857, o armamento novo estava em uso nos dois anos comparados e os uniformes em boas condições e completos – inclusive, com fardamento de gala, no primeiro ano analisado, e a vestimenta completa no ano seguinte, com o saldo de 6:476\$067 réis. Porém, o mesmo não podia ser dito no tocante ao seu quartel, localizado na fortaleza das Cinco pontas, na freguesia de São José. Em 1856, foi visto que ele continuava em péssimo estado, principalmente em relação à estrutura das celas e coxias, comprometidas pela falta de salubridade, salvando-se apenas setores localizados no andar superior²⁸. Em 1857, o Corpo de Polícia foi transferido das Cinco Pontas para o quartel do Paraíso, o qual, mesmo necessitando de alguns reparos possuía melhores condições de salubridade. Além de ser localizado no centro do Recife, e isso, em tese, faria com que os policiais acudissem com mais presteza “as necessidades do serviço público”. (Tabela 2)

Ainda sobre a organização do Corpo de polícia, na perspectiva do coronel Luiz Antonio Favilla, o setor burocrático da corporação comandada por ele seguia organizado, com “a escrituração em dia e limpa”, mesmo se evidenciando o acúmulo de trabalho, motivado pela falta de funcionários. O decreto n.º 1.827 de 21 de fevereiro de 1857 se insere dentro dessa perspectiva de se dotar a Repartição de Polícia de uma estrutura mais burocratizada. Este decreto apontou para a necessidade de se “estabelecer o grande livro dos culpados, ou um registro de [em tese] todos os criminosos da Província” – o que facilitaria a pesquisa e o controle dos nomes desses rotulados como infratores.²⁹ Neste ano de 1857 havia na província 27 delegacias e 90 subdelegacias, 5 delegados e 3 subdelegados militares, oficiais do exército, sendo todos reputados como cidadãos “ilustrados e de reconhecida idoneidade”³⁰.

Se a força policial, mesmo de maneira lenta, se estruturava burocraticamente, ele continuava a enfrentar um problema tão velho quanto renitente: a escassez de soldados. Tanto que, em 1858, o governo da província reiterou a necessidade da Guarda Nacional auxiliar o Corpo de Polícia na sua faina diária, principalmente no tocante ao

²⁸ Relatório do presidente de província, 1856, p. S1-1. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

²⁹ Relatório do presidente de província, 1857, p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

³⁰ Relatório do presidente de província, 1857, p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

patrulhamento dos municípios mais afastados – uma prática, nós devemos enfatizar, que foi recorrente em todo o Império pelo menos até o ano de 1873, quando uma lei geral retirou da milícia cidadã as funções de polícia.³¹

Além da escassez de homens e de financiamento público, dos soldos baixos, da rejeição ao engajamento de considerável parcela dos homens considerados aptos ao serviço policial, o Corpo de Polícia de Pernambuco (enquanto instituição de vertente militar) ressentia-se de uma prática onipresente nos meios militares: a indisciplina. Por mais que em relatórios anteriores a mesma tenha sido vista como sob controle, ainda assim estava diluída no cotidiano dos policiais – tanto dentro dos quartéis quanto nas ruas. Em 1859, um destes relatórios de presidente, nos legou este pequeno inventário das transgressões cometidas pelas praças policiais:

73 crimes cometidos por praças da polícia, compreendendo-se nesse número de tentativa de furto, 5 de embriaguez, 1 de ferimento e 5 de morte. Quanto a este último, consta que fora corpulento contra um preso que vindo de Caruaru à disposição do chefe de polícia, largara mão da baioneta de uma das praças da escolta e tentara a força evadir-se.³²

A crítica ou a desaprovação a comportamentos considerados impróprios aos representantes da ordem também apareciam nas páginas de vários jornais publicados no decorrer da segunda metade do Oitocentos. Em particular, nos periódicos oposicionistas. Mesmo assim, embora eivadas de teor político, estas críticas não eram invencionices dos redatores, ou seja, fatos criados com o fim precípuo de atacar e desestabilizar o grupo político que estava dando as cartas na administração provincial. Como a citação acima nos deixa entrever, esses “deslizes” dos policiais, embora servissem como pretextos para os redatores da oposição atacarem o grupo político governista, eram assunto constante nos próprios documentos legados pela burocracia policial da época.

2.2. O Corpo de Polícia na década de 1860

Nos anos seguintes de 1860, o palco da política pernambucana ganhou “novos” personagens. Dentre *saquaremas* e *luzias*, saíam moderados formadores da Liga

³¹ Relatório do presidente de província, 1858, p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 12 set. 2012.

³² Relatório do presidente de província, 1859, p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 13 set. 2012.

Progressista, um grupo composto por dissidentes dos dois partidos.³³ Em meio a esse contexto, o Corpo de Polícia se ajustava às mudanças políticas e suas nomeações de autoridades. No primeiro ano da década, a polícia apresentou melhoria em relação ao fardamento, sendo investida verba para a aquisição de uniformes novos e armamento adequado. No entanto, a falta de soldados nas ruas ainda prevalecia, sendo preciso recorrer aos destacamentos da Guarda Nacional.

Se o contingente do Corpo de Polícia era pequeno e, na maior parte das vezes, não atingia o seu estado completo (pelas razões já apontadas nesta dissertação), outros fatores de ordem interna contribuía para deixá-lo ainda mais minguado: prisões disciplinares, demissões, enfermidades e as deserções. No ano de 1859, dos 111 crimes cometidos pelas praças, 29 deles foram de deserção – o equivalente a 26,1% do total.³⁴ Não foi à toa que os seus regulamentos disciplinares, elaborados a partir dos regulamentos das tropas de linha, sempre dedicavam um capítulo para a definição do crime de deserção e suas respectivas penalidades.

O número insuficiente de soldados era, pois, uma preocupação constante. Para compensar esta insuficiência e garantir pelo menos certa visibilidade da polícia no espaço público, as autoridades administrativas procuravam modificar a estrutura organizacional da corporação. Sendo assim, no ano de 1862, o Corpo de Polícia foi reorganizado e as suas praças foram divididas entre “urbanas” e “volantes” – a primeira com 150 e a segunda com 250 praças. As urbanas, compostas por três grupos, eram destinadas exclusivamente ao policiamento da capital, ou melhor, das freguesias centrais e dos seus subúrbios. As volantes ficavam a cargo das localidades mais afastadas, do interior da província. Essa estratégia de divisão tinha o objetivo de equilibrar o número de soldados entre a capital e o interior.

Entretanto, o fato de as praças de polícia terem de ser distribuídas por toda a província (o Corpo de Polícia era provincial, e não municipal) dificultava bastante a sua instrução – principalmente para os soldados “volantes”, que seguiam para o serviço sem a devida preparação e treinamento.³⁵ Inclusive, os presidentes de província costumavam reclamar que o envio constante de soldados de polícia para as cidades do interior, na forma de destacamentos, comprometia a instrução dos mesmos – além de dificultar a

³³ A Liga Progressista será analisada no capítulo seguinte.

³⁴ Relatório do presidente de província, 1860, p.06. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 20 set. 2012.

³⁵ Relatório do presidente de província, 1862, p.40. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 03 out. 2012.

formação de um espírito de corpo ou, podemos acrescentar, aquilo que se convencionou chamar de “cultura policial”.

Mas um acontecimento importante desregulou ainda mais o trabalho da polícia. O Império brasileiro entrou em conflito com o Paraguai e isso atingiu diretamente as forças policiais de cada província, incluindo as da de Pernambuco. Se o Corpo de Polícia já necessitava fortemente do auxílio da Guarda Nacional, isso seria ainda mais necessário, porém com um agravante: os efetivos da “milícia cidadã”, como determinou o Decreto n.º 3.383, de 21 de janeiro do ano de 1865, tiveram de ser mobilizados para o esforço de guerra no Paraguai e Uruguai. Isso dificultou ainda mais o serviço de patrulhamento diário na província. O Corpo de Polícia também precisaria enviar praças para a guerra. No entanto, houve resistência da maioria dos policiais em seguir para o *front*, mesmo sendo oferecidos benefícios:

Sendo as praças contratadas para o serviço da província, entendeu a Assembléia que não podiam ser constrangidas a servirem fora dela, e que era necessário oferecer-lhes vantagens que influíssem sobre a vontade daquelas, cujo patriotismo não fosse móvel bastante, ou cujas circunstâncias fossem embaraçosas, sendo que muitas eram casadas e oneradas de família.

Torna-se interessante perceber a questão do “patriotismo” e como a não aceitação do serviço de guerra pode representar a falta de sentimento de pertencimento a essa “nação”. Entretanto, uma parte dos soldados de polícia não aceitou marchar para a guerra e, por Lei, eles não podiam mesmo ser obrigados a sair da província, já que foram recrutados inicialmente para realizarem um trabalho interno. Apesar de concessões feitas pelos legisladores provinciais, apenas 188 praças se declararam prontas para seguirem e 140 se recusaram a guerrear:

Nestas circunstâncias, como haveria a Presidência de fazer seguir imediatamente o Corpo de Polícia?
Empregaria a violência contra as que se recusavam, violando assim seus engajamentos respeitados pelos Legisladores Provinciais, e a mesma Lei que no art. 8 autoriza as praças que não quiseram partir para a guerra e completarem seu tempo no Corpo provisório?³⁶

Fez-se o impasse. Seria ilegal agir com violência, mas era preciso enviar soldados para a guerra. Percebendo a dificuldade em convencer as praças a irem ao

³⁶ Relatório do presidente de província, 1865, p.12. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 03 out. 2012.

combate, apenas duas companhias com a soma de 148 voluntários foram organizadas e, no dia 20 de julho de 1865, enviadas no vapor Paraná para o teatro da guerra. Dos 140 guardas que negaram o serviço da guerra, 10 foram aposentados e 70 pediram para deixar a corporação.

Durante o período da Guerra do Paraguai (1865-1870), o policiamento do cotidiano na capital pernambucana e, mais ainda, nas cidades do interior tendeu a se tornar mais difícil e complicado, pois, com parte dos efetivos da força policial voltada para o esforço bélico e outra parte aposentada ou dispensada dos seus serviços, apenas restaram cerca de 60 praças na corporação. Em meio a esse contexto, por portaria do dia 25 de abril de 1865, foi criado o Corpo Provisório de Polícia, com 197 praças³⁷ para reforço do policiamento em toda a província.

No ano de 1867, este Corpo seria composto por 300 praças distribuídas em três companhias³⁸. Os policiais provisórios permaneceram ativos até o término do conflito, quando o Corpo oficial retornou; mas esta nova corporação repetiu os mesmos erros e problemas da força policial ausente. Além de ser igualmente diminuto, ela foi formada às pressas, com homens que, certamente, não tinham o mesmo traquejo das praças mais antigas. Em 1869, aproximadamente quatro anos após a sua criação, o secretário do Governo de Pernambuco, Manuel do Nascimento Machado Portella, expunha em um relatório o seu desagrado com a corporação:

A sua organização não me parece a mais conveniente. O número de oficiais é superior ao que faz-se preciso para as praças do que ele deve comporta-se. Muito mais comodamente se fará o serviço, e sem maior dispêndio para os cofres provinciais reduzindo-se o numero de oficiais e elevando-se o das praças.

[...]

Em 21 de junho mandei recolher ao quartel do corpo algumas praças que estavam servindo em repartições públicas, com prejuízos do serviço a que eram destinados.³⁹

Para minorar os problemas com a rarefação de recursos humanos, as autoridades adotaram uma estratégia lógica e racional: engrossar as patrulhas rondantes com as praças “que estavam servindo em repartições públicas”, ou seja, realizando atividades burocráticas. Nesse mesmo ano de 1869, o Corpo Provisório contava efetivamente com

³⁷ Relatório do presidente de província, 1866, p. 16. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 3 out. 2012.

³⁸ Relatório do presidente de província, 1867, p. 17. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 3 out. 2012.

³⁹ Relatório do presidente de província, 1869, p. 8. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 3 out. 2012.

466 guardas, mas mesmo diminuta, era uma força policial de tempo integral e, por isso, tendia a realizar um trabalho de policiamento senão mais eficaz, pelo menos de maior visibilidade que o da Guarda Nacional. Razão pela qual foi proposto o aumento do seu contingente de 300 para 600 praças e a consequente dispensa da Guarda Nacional destes encargos policiais. Porém, a história se repetia, pois não se tinha recrutas suficientes para por em prática esse projeto.

Percebendo a organização da polícia na década de 1860 se observa que os relatórios presidenciais deixavam entrever (e em alguns momentos chegavam mesmo a afirmar) a ineficiência do trabalho do Corpo de Polícia, principalmente no período em que o Brasil esteve em guerra contra o Paraguai. Associado à situação externa, a política imperial passava por mudanças e a Liga Progressista ganhava espaço no cenário público recifense. Periódicos variados, fundamentados no ideário oposicionista, aproveitavam as constantes falhas no policiamento para utilizá-las como munição nos seus ataques panfletários ao governo. E, ao mesmo tempo, para formar uma opinião pública sobre a necessidade de mudanças políticas.

2.3. O Corpo de Polícia entre os anos de 1870 a 1875

Em 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, ocorreu a dissolução do Corpo Provisório de Polícia e a reestruturação da força pública – que, em seu estado completo deveria contar com 800 praças. Porém, na prática, isso não aconteceu: naquele ano, ela possuía 503 homens e, portanto, faltavam ainda 297 praças para se alcançar o seu estado completo.⁴⁰ No ano seguinte, o presidente da província Diogo Velho Cavalcanti e Albuquerque deixou um relato cru e seco como poeira sobre o Corpo de Polícia e o trabalho desempenhado por esta instituição:

Este ramo do serviço público ressentia-se dos vícios de organização e falta de meios de ação que já é banal repetir. Entre nós a prevenção dos delitos, missão da polícia, é quase nula, e a perseguição aos criminosos faz-se de modo pouco eficaz. As causas são conhecidas, atuando especialmente a deficiência de pessoal habilitado e força pública de acordo com as exigências do serviço em um país vasto, pouco populoso, baldo de vias de comunicação.⁴¹

⁴⁰ Relatório do presidente de província, 1870, p. 8. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012.

⁴¹ Relatório do presidente de província, 1871, p. 8. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012.

A polícia foi definida como ineficiente e desorganizada para uma efetiva melhoria nos serviços de policiamento. E sua principal missão, ou seja, a prevenção dos delitos, foi definida como sendo “quase nula” e a “perseguição aos criminosos [fazia-se] de modo pouco eficaz”.⁴² um fator que contribuiu pra essa ineficiência, como descreveu o presidente no mesmo documento, foi a falta de comprometimento com as funções por parte de vários funcionários de cargos importantes na polícia, principalmente nos destacamentos do interior da Província. Segundo ele, estes funcionários “ou não [davam] sinal de vida no exercício dos cargos, ou os [convertiam] em arma de opressão para fins políticos – a inércia, ou o desmando”.

Aqui entramos em um terreno que não tinha relação direta com o Corpo de Polícia, mas com outra vertente do sistema de policiamento provincial: o que chamamos de polícia judiciária, ou seja, o aparato policial formado por delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão, sob a subordinação direta do chefe de polícia. Na condição de policiais civis, eles eram figuras exponenciais nas disputas eleitorais travadas pelos grupos políticos. E viviam se metendo e/ou iniciando confusões e escaramuças políticas, pois, a linha que separava o desejo de se manter a ordem e o de ganhar a eleição para seus correligionários era muito tênue.

Por esta razão, eles também estavam quase sempre na linha de frente dos jornais da oposição, que faziam questão de denunciar suas (possíveis) arbitrariedades ou o desleixo no desempenho de suas funções. Tais críticas, quase sempre muito ácidas, fizeram por vezes um ou outro presidente partirem em sua defesa nos seus relatórios anuais, acentuando a árdua missão que eles desempenhavam diariamente, mesmo correndo risco de vida. Como fez João José de Oliveira Junqueira em seu relatório de 1872:

Os cidadãos incumbidos da árdua missão da polícia procuram nesta Província desempenhar, em geral, os seus deveres, apesar da deficiência de meios de que se resente a organização desse importante serviço.

É um cargo gratuito e muito trabalhoso. Às vezes traz comprometimentos sérios e risco de vida para os funcionários.

Por isso sempre que eu sei de algum ato de maior dedicação por delegado de polícia, subdelegado, ou outro empregado público em relação à punição dos crimes e prisão de delinquentes, eu apresso-me

⁴² Relatório do presidente de província, 1871, p. 8. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012.

em reconhecer solenemente a relevância de tais serviços e mesmo em recomendá-los à munificência imperial.⁴³

Além de ressaltar a relevância dos serviços prestados pelos cidadãos incumbidos do serviço de polícia, em um contexto tão adverso, de muito trabalho e de nenhuma remuneração, ele também criticou a publicação de textos e artigos sobre a sua atuação (policial e/ou política) nos jornais da cidade, geralmente sob a égide da oposição. Em sua opinião, eles degradavam a imagem desta instituição:

Não me parece de boa política estar constantemente deprimindo o caráter e as tendências desses funcionários, como soem fazer aqueles, que apresentam o nosso país e o seu funcionalismo no último grau de desmoralização.

Há nisso grande injustiça – própria de panfletos, mas imprópria a seriedade e imparcialidade com que se devem emitir esses juízos.⁴⁴

Efetivamente, como será analisado no capítulo seguinte, por meio dos jornais os funcionários da polícia recebiam rotineiramente críticas e acusações das mais variadas. A imprensa era um instrumento de divulgação sobre a situação do país e o seu funcionamento público; e em muito estava imbricada com grupos políticos e partidários, os quais, muitas vezes, os financiavam para divulgar suas opiniões e ataques aos adversários. Ao atacar com palavras os funcionários da polícia, criticando-os de maneira aberta ou velada, os jornais atacavam o próprio governo provincial. Em suma, denunciar os erros, as omissões ou as arbitrariedades dos funcionários da polícia (a principal agência estatal que atuava no espaço público), era uma maneira de mostrar a incompetência administrativa do presidente da província – e, por consequência, de todo o grupo político que lhe dava sustentação.

O teor panfletário desse meio de comunicação foi criticado pelo presidente. Em sua opinião, ao invés de críticas, ele deveria divulgar os bons feitos desses funcionários, até mesmo para passar uma boa imagem do funcionamento da província e, conseqüentemente, do país. No mesmo ano de 1872, outro presidente, Francisco de Farias Lemos, afirmou que “o mérito de uma boa administração se revela mais em saber prevenir os males do que castigá-los; este é o objetivo da instituição da polícia”, e não “[limitar] sua missão à lutar com partidos políticos e espiar e perseguir aos que supõe

⁴³ Relatório do presidente de província, 1872, p. 12. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012.

⁴⁴ Relatório do presidente de província, 1872, p. 12. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 08 out. 2012.

inimigos do governo.”⁴⁵ Mas esse tom de legalidade contido no seu discurso, de aversão à utilização política dos aparatos policiais, não escondia o fato de que tais aparatos volta e meia eram utilizados de maneira instrumental para influir nos resultados das eleições e favorecer o partido da situação. Efetivamente, este era um procedimento corriqueiro utilizado pelo grupo político que estivesse à frente da administração provincial – fosse ele liberal ou conservador.

Em 1873, seguia no Relatório a ênfase na importância da instituição policial para a sociedade, apesar de suas dificuldades, como remeteu a fala do presidente Henrique Pereira de Lucena:

Não conheço uma classe de funcionários mais digna de louvor e de gratidão nacional. Quem sabe o como se acha constituída a polícia entre nós: os mil embaraços em que ela luta, sendo d’entre todos o menor – a falta de força pública, não pode deixar de pensar do mesmo modo.⁴⁶

Essa defesa elogiosa da força pública nos relatórios presidenciais era uma resposta oficial às críticas desfechadas nos jornais da oposição sobre a ineficiência do trabalho da polícia e as arbitrariedades dos policiais – algo que, no período em tela, talvez já produzisse algum efeito negativo na opinião pública recifense.

Enquanto isso, o Corpo de Polícia contava neste ano de 1873 com 745 praças, um número considerável em relação aos anos anteriores. Mas este contingente não era suficiente, pois, faltavam 35 soldados para seu estado completo. E, segundo o presidente, mesmo que estivesse completo, ainda assim continuaria insuficiente para policiar uma província extensa e populosa como era a de Pernambuco. Na ótica do presidente seria necessário mais que o dobro do número de policiais engajados para realizar o serviço de polícia sem muitos atropelos.⁴⁷ Uma perspectiva bem distante, que a precária situação das receitas provinciais tornava ainda mais longínqua.

No ano seguinte, o comendador Henrique Pereira de Lucena (que administrou a Província de Pernambuco nos três últimos anos do recorte da nossa pesquisa) continuou com o discurso de valorização do trabalho dos policiais, ao mesmo tempo em que se ressaltava as dificuldades enfrentadas pelos mesmos no dia a dia. O referido presidente

⁴⁵ Relatório do presidente de província, 1872, p. 6. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 08 out. 2012.

⁴⁶ Relatório do presidente de província, 1873, p.8. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 08 out. 2012.

⁴⁷ Relatório do presidente de província, 1873, p. 9. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012.

registrou em um dos seus relatórios: “[...] não dispondo de meios para desempenhar a árdua tarefa de prevenir os crimes, e tendo poucos para perseguir os criminosos, [causava] verdadeira admiração os resultados que sob um e outro ponto de vista se há obtido”. Ele também ressaltou o trabalho litúrgico desenvolvido por delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão que cumpriam “só pelo amor do dever, difíceis encargos, não recebendo retribuição alguma, muitas vezes expondo a vida para realizar esta ou aquela diligência perigosa, [sendo] por certo dignos de louvor àqueles que aceitam tais comissões!”⁴⁸

Ainda em 1874, Henrique Pereira de Lucena viu-se diante de um problema que urgia ser solucionado: a cessação do apoio prestado pela Guarda Nacional ao serviço de polícia como havia sido determinado por lei do ano anterior. O presidente foi enfático: “Se não obstante o auxílio que a Guarda Nacional e a força de linha prestavam, considerava-se insuficiente a força policial, é de fácil intuição o que não sucederá quando a primeira deixar de prestar aquele auxílio.”⁴⁹ Com isso, a necessidade de se aumentar o contingente do Corpo de Polícia ganhou ainda mais força nos discursos oficiais. Em contrapartida, isso despenderia mais despesas para os cofres públicos, mas essa reforma policial era uma necessidade que não podia ser adiada.

A solução encontrada para se obter mais verbas foi tão velha quanto o ato de governar: o aumento de impostos. Mas não apenas isso. Recomendou-se também o corte de benefícios auferidos aos policiais em outros momentos. Como as aposentadorias, concedidas às praças do Corpo de Polícia conforme deliberação do art. 3.º da Lei n.º 436 de 26 de maio de 1858. Argumentando que as praças eram engajadas, ou seja, “não [poderiam] ser consideradas como emprego público”, o presidente da Província aconselhou os deputados a extinguirem esse benefício, pois o mesmo se constituía em um gasto enorme para os cofres provinciais. Em sua opinião, apenas os soldados inabilitados por ferimentos no exercício de suas funções é que deveriam ter o direito de aposentadoria⁵⁰.

Em meados da década de 1870, o governo provincial pernambucano, seguindo o exemplo de outras províncias, criou mecanismos legais que pudessem minimizar o

⁴⁸ Relatório do presidente de província, 1874, p. 11. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012.

⁴⁹ Relatório do presidente de província, 1874, p. 17. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012

⁵⁰ Relatório do presidente de província, 1874, p. 18. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012

problema da falta de efetivos para o serviço de policiamento. Neste contexto foi criada, em 1874, a Guarda Local. Este aparato policial, de vertente civil, se organizou sob o formato de companhias, distribuídas pelas cidades interioranas. Seus integrantes seriam escolhidos entre os homens aptos que morassem nestas mesmas cidades. Com isso, esperava-se diminuir o envio de destacamentos formados por soldados de polícia para estas cidades, uma prática que desfalcava o contingente policial que deveria se concentrar na capital pernambucana. Em outras palavras, com a criação deste aparato policial, distribuído por companhias pelas cidades interioranas, se esperava, na verdade, dotar o Recife de um policiamento mais efetivo, posto que o Corpo de Polícia, desobrigado de enviar parte do seu contingente para aquelas cidades, poderia disponibilizar mais soldados para policiar a capital da província. Esta experiência de um aparato policial mais civil do que militar, um modelo organizativo reclamado há muito tempo por alguns políticos brasileiros, não teve longevidade e a Guarda Local foi extinta antes mesmo de completar os seus primeiros cinco anos de existência⁵¹.

Dois anos depois, o governo provincial fez outra tentativa neste sentido, mas, dessa vez, preferiu criar uma força policial que se preocupasse exclusivamente com o policiamento das quatro principais freguesias do Recife: São Frei Pedro Gonçalves (conhecida atualmente como o bairro do Recife Antigo), Santo Antonio, São José e Boa Vista. Esta nova corporação, intitulada Guarda Cívica, foi organizada à imagem e semelhança de uma instituição criada dez anos antes na Corte do Rio de Janeiro. E se diferenciava das suas congêneres militares por ser composta de guardas civis ou paisanos, que apesar de trabalharem uniformizados e serem igualmente submetidos aos rigores da disciplina, não se subordinavam aos princípios militares que norteavam o Corpo de Polícia. Assim como ocorreu com a Guarda Local, esta corporação também foi criada com a intenção de dar suporte ao Corpo de Polícia. Mas a lógica foi invertida: em vez de concentrar um aparato policial nas cidades do interior, liberando o Corpo de Polícia para se dedicar integralmente ao policiamento do Recife, as autoridades provinciais resolveram criar um aparato exclusivo para a capital pernambucana, liberando o Corpo de Polícia para atuar com mais desenvoltura nas localidades mais afastadas do centro. Diferentemente da Guarda Local, a Guarda Cívica existiu durante o

⁵¹ Relatório do presidente de província, 1874, p.17. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 8 out. 2012

restante do período imperial, sendo extinta somente nos primeiros anos do regime republicano instaurado em 1889.⁵²

O nosso recorte temporal limitou-se, entretanto, a este ano de 1874, visto que, caso o mesmo fosse estendido, implicaria na análise das novas estruturas policiais e, conseqüentemente, no exame mais acurado de outros documentos. Além da necessidade de se desenvolver estudos comparativos sobre o desempenho do Corpo de Polícia antes e depois desta data – quando estas corporações passaram a fazer parte do sistema de policiamento da província. Infelizmente não dispomos de tempo necessário para realizarmos esta investigação, cujo marco cronológico final teria que se estender até o ocaso do Império, ficando esta possibilidade de pesquisa reservada para uma próxima oportunidade.

A polícia, como afirma Holloway, é a principal instituição através da qual o Estado se intromete no espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas⁵³, mas, no caso do Recife oitocentista, ela enfrentou inúmeras dificuldades para se organizar e, efetivamente, se constituir como agência responsável pelo controle e manutenção da ordem pública. A falta de investimentos do governo provincial permeou regularmente o Corpo de Polícia, nos anos entre 1850 e 1874 – embora esta ausência de investimentos possa ser notada da mesma forma na primeira metade do século XIX.⁵⁴ Vimos que a infraestrutura dos quartéis, a questão dos fardamentos, a insuficiência das armas e da munição se notabilizaram pela precariedade, tendo alguma melhoria mínima no decorrer dos anos pesquisados.

A análise dos relatórios dos presidentes e seus anexos, tal como aqui foi empreendida, procurou apresentar uma visão geral sobre o trabalho da polícia no Recife. e discutir o seu alcance e eficácia. O Corpo de Polícia, cuja estruturação se dava lentamente, se mostrou ainda com muitos desajustes e falta de pessoal para o trabalho diário nas ruas, em particular para realizar o policiamento da cidade do Recife – que, devido à sua condição de capital provincial, com seu movimentado porto, grande

⁵² Para maiores informações sobre a Guarda Cívica do Recife ver SILVA, Wellington Barbosa da. A Guarda Urbana no Brasil Império: o caso do Recife (1876-1889). **Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos**, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299111845_ARQUIVO_AGuardaUrbananoBrasilImperio.pdf. Acesso em: 8 out. 2012.

⁵³ HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 19.

⁵⁴ Cf. SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

número de casas comerciais, maior número de habitantes (e de pessoas escravizadas), concentrava grande parte dos problemas sociais vivenciados pela província.

Visto esse panorama da instituição policial no recorte temporal proposto, perceberemos o quanto as notícias recheadas de críticas sobre a atuação da polícia, publicadas nos jornais pernambucanos da época, não eram invenções dos grupos políticos opositores com o propósito de enfraquecer o partido da situação. Mesmo que tais grupos tenham se utilizado de tais notícias com este objetivo, elas falavam de acontecimentos reais, que permeavam o cotidiano da capital pernambucana. Em outras palavras, por mais que os acontecimentos publicados tivessem uma conotação política, não se pode negar a veracidade dos problemas enfrentados pelos aparatos policiais, e principalmente, pelo Corpo de Polícia. No capítulo seguinte, veremos com mais detalhes essas críticas sobre a instituição policial e seus representantes.

Capítulo III: A Polícia e as críticas nos jornais e periódicos

A primeira necessidade dos governos é governar com o progresso.

A Opinião, 1862.

Periódicos e panfletos circulavam, de mãos em mãos, entre uma conversa e outra, trazendo posicionamentos, ideias, informações, se constituindo em um meio de comunicar o que se desejava tornar público. Notícias da Corte e de outros reinos, produtos de luxo, escravos, apresentações teatrais, leilões, charges, contos, xaropes milagrosos, posturas comportamentais, política, críticas, esses eram alguns dos variados assuntos com os quais se deparava o leitor ao folhear os diversos jornais publicados no Recife na segunda metade do século XIX. A imprensa jornalística era uma maneira das mais rápidas de se difundir conhecimentos sobre o contexto da cidade, do Império e mesmo sobre assuntos externos. A citação seguinte expressa a ideia sobre o jornalismo naquela época:

O jornalismo em todos os tempos tem sido o meio mais eficaz para a propagação das luzes, ilustração e desenvolvimento da inteligência, e aperfeiçoamento das artes; o progresso da civilização dos povos é todo filho do jornalismo: por ele o homem comunica os seus mais recônditos pensamentos ao seu semelhante na maior distância: por ele o homem recolhido em seu gabinete viaja até as regiões mais distantes da terra: é o jornalismo enfim a via de comunicação mais direta, e fácil de todas essas mutuas combinações do espírito humano¹.

A citação d'O Expectador, do ano de 1851, estabelece uma conexão do jornalismo com o mundo das letras e das ideias, em que “o progresso da civilização dos povos” tinha como espaço primordial de discussão a imprensa. E as formas de pensar dos homens poderiam ser compartilhadas e publicadas em qualquer parte do mundo por meio dos jornais. Gerariam, pois, opiniões em comum apresentadas de forma pública. Em contrapartida, o mesmo periódico apresenta o outro lado da moeda:

Muitas vezes, é verdade, tem ele sido o estímulo poderoso de paixões desordenadas, a mola real de ruínas caprichos, e então grandes calamidades tem trazido a esta ou àquela porção da sociedade, mas isto é uma aberração das leis da natureza e dos princípios sociais, por que se deve regular todo homem honesto, que só ambiciona o bem

¹ O Espectador: publicação teatral, crítica e literária. Pernambuco Tipografia; de M.F. Farias. Recife, 14 de setembro de 1851, p. 1. APEJE.

geral da sociedade, que não sacrifica este ao seu próprio e exclusivo conforto.²

A imprensa, quando não censurada, é um espaço plural de posicionamentos. O periódico supracitado procurava estampar em suas páginas apenas notícias referentes à arte, literatura, teatro e afins. Ele pretendia se mostrar ausente das disputas partidárias, inclusive criticando as “paixões desordenadas” produzidas pelos discursos políticos inflamados (como se este procedimento já não o incluísse no torvelinho das discussões políticas). Em suma, ele intencionava se mostrar neutro em contraposição aos periódicos de objetivo estritamente partidário.

Mas, como afirmamos esta era uma pseudoneutralidade, pois, neste contexto, a sua crítica aos “discursos inflamados” tinha como foco as publicações dos impressos oposicionistas, ou seja, os que estavam ligados ao Partido Liberal. Por esta época, a imprensa já se constituía em instrumento de extrema importância para a difusão de pensamentos e argumentos em prol de interesses, em particular dos interesses partidários. Isso estimulava o debate entre os moradores sobre a situação do governo da cidade. Dizendo-se neutros, os redatores d’O Espectador podiam questionar o discurso dos opositores, marcando presença, de maneira sob-reptícia, nos acalorados debates políticos da província.

Utilizando os jornais como fonte principal da nossa investigação sobre as opiniões em relação ao trabalho da polícia no Recife, temos o cuidado de percebê-los como indicativos das discussões políticas que permeavam o espaço público da cidade. Sobre o jornal, concordamos com Maurice Moullaud ao indicar que:

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural.³

As publicações geravam interpretações e apropriações em meio à população, causando identificação ou mesmo discordância com as ideias divulgadas. O jornal é tido como um espaço de difusão (e formação) de opiniões, as quais são dependentes de cada redator, da funcionalidade político-social de cada impresso. A partir da definição do sentido que será atribuído, são feitas as escolhas, pois “dizer ‘o que ocorreu’ obriga

² O Espectador: publicação teatral, crítica e literária. Pernambuco Tipografia; de M. F. Farias. Recife, 14 de setembro de 1851, p. 1. APEJE.

³ MOUILLAUD, Maurice. **O Jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 51.

selecionar certos dados e ligá-los entre si, para formar um fio”⁴, criando lógicas bem argumentadas.

Deveria, então, ter a aceitação do público ao qual era direcionado, posicionando suas ideias com esta intenção. Estas ganhavam “publicidade” por serem expostas ao “julgamento do público”⁵. A “opinião pública” formada pelos seus leitores seria o respaldo para a continuação do impresso. Tratando um pouco sobre a ideia de “público”, Habermas apresenta alguns sentidos para o termo. Pode ser espaço acessível a todos, designando os “locais públicos”, ou mesmo não tão abertos à população, como os “prédios públicos”, sendo este relacionado ao “poder público”, ou seja, o Estado; também pode designar fama, quando se fala de “renome público”; e, o que se destaca nesta discussão, “o público”, o sujeito da esfera pública.

Este público, sendo o emissário da opinião pública, tem funcionalidade crítica, gerando a “publicidade”. E esta, “de uma função da opinião pública, tornou-se também um atributo de quem desperta a opinião pública”, formando, pois, as “relações públicas”⁶. Daí pode ser pensar a via de mão dupla no que se refere à imprensa: enquanto imprime as insatisfações ou posicionamentos do público leitor, são direcionadas outras questões a serem interpretadas e discutidas, gerando opiniões, produzindo, então, base para a crítica a ser construída por este público. .

Uma característica primordial da imprensa é a de constituir-se em uma ponte entre os órgãos estatais e a comunicação do público⁷, sendo um espaço de mediação na esfera pública. É o instrumento de expressão entre o poder público e o público (sujeito na esfera pública), onde as coisas do Estado estariam apresentadas, mesmo que parcialmente, sendo expostas a críticas. Isso pode ser visto nos periódicos recifenses do século XIX. No recorte cronológico aqui proposto, a segunda metade dos oitocentos, os jornais eram um palco privilegiado de opiniões sobre os órgãos estatais e suas atuações perante os cidadãos. O grupo político ao qual eles estavam vinculados indicaria qual opinião seria defendida em suas páginas.

Nesse locus (os impressos), as opiniões deixavam a singularidade privada para encorpar opiniões coletivas, de grupos de leitores que concordavam com seus

⁴ MOUILLAUD, 1997, p. 42.

⁵ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 41.

⁶ Ibid., p. 14.

⁷ Ibid., p. 15.

argumentos. Ainda procurando entender a opinião enquanto pública partimos para a reflexão de Carlos Matheus:

Em todo grupo, as opiniões circulam de modo tácito ou explícito gerando uma circulação constante. Nesse movimento interno, a multiplicidade é o fator que aproxima pessoas e as integra em um conjunto no qual as individualidades se dispersam. Foi dessa multiplicidade de opiniões que se formaram as grandes coletividades que permitiram que esse plural – *opiniões* – se convertesse em um coletivo – “*opinião pública*” – no qual as opiniões perdem seu caráter individual e assumem o significado próprio da palavra *público*.⁸

As opiniões, antes resguardadas nas suas individualidades, ganham delineações comuns, identificações de forma coletiva, produzindo uma crítica-base integradora de caráter público. E no Recife da segunda metade do século XIX, a “opinião pública”, enquanto termo, já tinha seu espaço nos impressos. No periódico O Capão, de 1866, críticas foram dirigidas ao governo provincial, inclusive sobre a atuação da polícia, onde se afirmava que a opinião pública estava com aversão à situação política da época: “A opinião pública bem indignada se acha contra a governança da província e a intendência de polícia”. Mais à frente, na mesma página, o redator lembrou que “a opinião é a rainha do mundo: e a filha de uma tal qual persuasão e nunca da força”⁹, embora os governantes tivessem encontrado maneiras de forçar a construção de uma “opinião” do povo favorável às suas ações. Com isso ele reconhecia que o governo provincial havia produzido um efeito de verdade para o seu discurso.

A “opinião pública” deve ser vista de forma pluralizada, principalmente levando em consideração os impressos jornalísticos como fonte de investigação histórica. Cada impresso vai utilizar os fatos a favor da sua argumentação, podendo, inclusive, anunciar a adesão da “opinião pública” para, só assim, chamar atenção para um maior público. Seria a dialética presente na publicidade, com a relação entre a produção da informação e a aceitação da mesma.

3.1. Entre críticas “jocossérias” e satíricas: debates políticos nos periódicos.

Eram variados os periódicos que circulavam no Recife. Cada um com ideias diferentes a serem divulgadas e posicionamentos políticos a serem defendidos. Na segunda metade do século XIX foram publicados muitos jornais na capital

⁸ MATHEUS, Carlos. *As opiniões se movem nas sombras*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 136.

⁹ O Capão: político e noticioso. n.º 1. Recife, Tipografia Popular, 06 de outubro de 1866, p.1. APEJE.

pernambucana, aumentando as fontes de leituras diárias dos cidadãos letrados. E mesmo das pessoas iletradas, pois, a leitura em voz alta dos impressos nas praças, mercados e tabernas, por exemplo, deixava fluir as notícias veiculadas pelos mesmos – abrindo espaço para que estas pessoas pudessem interpretar à sua maneira as notícias e informações assim divulgadas. Alguns periódicos serão analisados para tentarmos entender o que e como se divulgavam as relações políticas na cidade do Recife, para compreendermos um pouco mais as críticas sobre a polícia e seus membros.

No início da segunda metade dos oitocentos, em 1850, o jornal *Diário do Povo*, dirigido por Inácio Bento de Loyola, com tipografia situada na Rua da Praia, se justificava como uma alternativa jornalística oficial. Entretanto, publicou apenas três edições, nos dias 2, 3 e 4 de janeiro. Suas páginas traziam anúncios, leilões, atos oficiais, folhetins e “em suas colunas não [se admitia] artigos que [envolvessem] as querelas políticas da província; salvo quando a ordem pública de todo se [achasse] restabelecida, e a província restituída ao seu estado normal”¹⁰. Sua posição era o silêncio, o não pronunciamento de qualquer notícia sobre a política vigente na época, embora isto demonstrasse uma carga de posicionamento político em um período muito próximo ao fim do movimento praieiro.

O jornal de orientação liberal não teve a aceitação esperada, até mesmo por suas páginas conterem apenas notícias e tópicos curtos e lacônicos.¹¹ Em sua terceira e última publicação, o *Diário do Povo* explicou os motivos por estar em circulação e o porquê das ideias políticas não estarem estampadas de forma combativa:

Quando nos propusemos a redigir este jornal, procuramos em primeiro lugar conciliar o nosso interesse com a nossa segurança individual, que por tantas vezes tem sido assaltada pelo poder; e não possível fazer essa conciliação sem modificar nossas ideias, ou mesmo abafar no nosso comprimido coração certos sentimentos nobres, que na atualidade são mais que suficientes títulos para um desterro, ou para uma prisão, não podia, pois, ter o *Diário do Povo* outra redação se não a do – *silêncio* – nos negócios de Pernambuco. Este silêncio que guardamos à política da nossa província é aconselhável por nosso bem estar, por nossa segurança individual e de propriedade.

Talvez alguém nos diga que seria melhor calar, que escrever tão constrangido; porém nós respondemos a isso – que ninguém nos manda o pão.

¹⁰ *Diário do Povo*: jornal comercial, noticioso, moral e per accidens político. Ano Primeiro, nº 1. Pernambuco: Tipografia da Voz do Brasil. 2 de janeiro de 1850, p. 1. APEJE.

¹¹ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco*. (1821-1954). Recife: Imprensa Universitária - UFPE, 1966. Vol. II – Diários do Recife 1829/1900, p. 64-65.

Nesta última edição do *Diário do Povo*, o seu redator explicou o motivo do seu silêncio sobre a conjuntura política da província: o medo de represálias da parte do governo, pois os acontecimentos da Revolta Praieira ainda estavam bem frescos na memória dos recifenses. Mesmo assim fez questão de registrar a sua identificação com o ideário liberal:

Qualquer que seja a redação do *Diário do Povo*; qualquer que seja a nossa posição; qualquer que seja enfim a nossa sorte, nunca seremos *saquaremas*, ou *corcunda* nunca, nunca; porque estamos intimamente convencidos, que dessa política do *regresso* nos tem vindo a fome, a guerra, a peste, o vilipêndio, a miséria, a morte, e finalmente a desgraça de todo Brasil.¹²

Esta declaração soa como um desabafo de uma redação que estava presa ao discurso vazio de publicações envolvidas com assuntos corriqueiros. Nela, seu posicionamento político aparece com nitidez: o *Diário do Povo* nunca seria “saquarema” ou “corcunda”, designações para os conservadores.

No mesmo ano, 1850, circulou pelo Recife *O Formigão*, um periódico impresso na Tipografia Liberal com a intenção clara de atacar os “guabirus”, designação com a qual os liberais se referiam aos conservadores, sendo estes vistos pejorativamente como “ratazanas” que surrupiavam os cofres públicos. Explicitamente crítico, ele diferiu do supracitado *Diário do Povo*, pois os seus ataques à administração provincial foram feitos sem máscaras e sem medo.

Ao narrar um assassinato ocorrido na comarca do Brejo, em que um soldado atirou em um tenente-coronel, o seu redator utilizou a situação como gancho para criticar o grupo político opositor: “Está estabelecida a política do tempo do Barão da Boa Vista, e Thomaz Xavier; a política do roubo, e do assassinato! Os sicários são os soldados de linha!”¹³. O governo de Honório Hermeto Carneiro Leão, conservador, era o alvo deste jornal; o seu governo era comparado aos de dois outros conservadores: Francisco Rego Barros, o Barão da Boa Vista, e Thomaz Xavier.

De forma geral o partido político representa a mediação entre o problema concreto e o discurso. Partindo de insatisfações sociais, o partido articula e direciona para o campo da opinião pública, as aspirações populares de forma organizada e lógica,

¹² *Diário do Povo*: jornal comercial, noticioso, moral e per a'ccidens político. Ano Primeiro, n° 3. Pernambuco: Tipografia da Voz do Brasil. 4 de janeiro de 1850, p. 3. APEJE.

¹³ *O Formigão*: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico, n. 4. Recife: Tipografia Liberal. 19 de setembro de 1850, p 1. APEJE.

sendo estas lançadas como base para o programa político¹⁴. No caso, o periódico O Formigão foi um veículo dessa mediação do Partido Liberal. Os redatores liberais utilizaram o assassinato do tenente-coronel por um soldado como suporte para mobilizar os leitores em torno da sua crítica ao governo conservador.

O Formigão enfatizou bastante a polícia e suas formas de trabalho, criticando a conduta dos policiais por corrupção e maus tratos aos cidadãos, sendo vistas mais adiante. A imagem 05 a seguir retrata a capa do impresso: um formigão atacando um rato, “guabiru”, mostrando que, mesmo pequeno em relação à ratazana, o formigão iria atacar, acabando com a paz do outro de forma crítica, satírica e cômica. E, ainda com a Revolução Praieira fresca na memória dos cidadãos e das autoridades, essa era a proposta do periódico.

IMAGEM 05



Fonte: O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico, n. 4. Recife: Tipografia Liberal. 19 de setembro de 1850. Capa. APEJE.

Na década de 1860, conforme já salientamos, muitos periódicos circulavam no Recife, alguns com o teor panfletário e partidário, em meio a um novo panorama político que se desenhava no Império e, conseqüentemente, na Província de Pernambuco. Indo além da dicotomia entre liberais e conservadores, entraram em cena os “ligueiros”, membros da Liga Progressista, propondo uma alternativa para os

¹⁴ RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 61.

dissidentes destes dois partidos. Para este “novo” partido convergiram vários políticos conservadores moderados e também os liberais exaltados, que não viam no Partido Liberal espaço para a política de crítica ao centralismo do governo imperial, principalmente em relação ao Poder Moderador.¹⁵ O que se vê em alguns dos jornais ditos liberais da década em questão são ironias e oposições à Liga, sendo esta vista por alguns como a junção de conservadores com os “falsos” liberais que só estavam interessados nos cofres públicos.

Tratando deste novo contexto entre políticos dos dois partidos que se organizaram na Liga, a imprensa mostrou-se um palco de explicações de acordo com os interesses partidários defendidos pelos jornais. Vejamos a descrição do periódico *A Opinião* sobre a Liga:

Em todo país de governo representativo há duas grandes divisões na opinião. Uma quer a liberdade, quer o progresso da nação, o seu desprendimento das fórmulas decrépitas, e a adoção das que se prendem aos novos direitos e interesses sociais. A outra quer a conservação; ainda mais a reconquista de um estado social que a razão e os fatos tem condenado há muitos séculos.

No princípio da fundação dos governos essas duas divisões da opinião são exageradas. A luta das ideias é visível: é sangrenta até. As revoluções se sucedem com todas as suas consequências lógicas, com todos os seus corolários racionais. Tanto mais encarniçada a luta, tanto maior o abismo que separa os dois campos inimigos. Há uma suspeita continua permanente, de uma opinião a respeito da outra.

[...]

Do meio dos destroços dos dois partidos primitivos surge um novo partido, que representa o pensamento da nação: é o partido progressista; é o grande partido nacional.

Nesse partido se fundam todas as ideias moderadas, todas as aspirações generosas de um e outro lado primitivo.

É o que vemos atualmente no Brasil.

O ministério atual representa esse pensamento: inaugurou a fundação das ideias novas.¹⁶

Na descrição em defesa da Liga, o conservadorismo é visto como algo atrasado, retrógrado. Como diz a frase que serve de epígrafe para este capítulo, os redatores do periódico defendiam que “a primeira necessidade dos governos é governar com o progresso”. Daí se deduzia que o Partido Conservador não tinha mais espaço “lógico” na política da época. O “progresso” e a liberdade ficariam a cargo dos liberais. Entretanto, os dois partidos estariam desgastados pelos enfrentamentos de ideias

¹⁵ Cf. COSTA Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 164.

¹⁶ *A Opinião*. nº 6. Recife: Tipografia da Opinião. 18 de outubro de 1862, p. 3 e 4 [A Situação]. APEJE.

(muitos deles armados) e, segundo o documento, até mesmo o Partido Liberal não teria forças para construir sozinho a estrada que levaria ao progresso.

O novo “partido”, Progressista, seria o representante do “pensamento da nação”, uma nova alternativa. E o mesmo periódico se posicionava a favor da Liga Progressista como uma forma de acabar com o controle do conservadorismo, publicando que “o partido liberal mostra-se disposto a aceitar a Liga, pois que se houve sinceridade em matéria, a província terá muito a ganhar”, enfatizando que esta era a melhor forma de governo para Pernambuco: “o partido liberal está pronto a concorrer para livrar a província de ferrenho jugo oligarca, que tanto a abala, e assim o que cumpre antes de tudo é que se dirijam convenientemente os negócios relativos a tal assunto”¹⁷.

No entanto, outros periódicos liberais, ou mesmo que se diziam livres de amarras partidárias, não comungavam do mesmo posicionamento d’A Opinião. Eles atacavam o governo de forma satírica e, muitas vezes, irônica, mostrando sem meias palavras o quanto não concordavam com a nova política, ou seja, o governo da Liga, e indicando que esta ainda representava os oligarcas conservadores. Estes periódicos liberais insistiam em defender o partido, negando qualquer tipo de aliança com os “ligueiros”.

IMAGEM 06



Fonte: A Careta. Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife. Ano segundo, nº 18, 20 de janeiro de 1870. Capa. APEJE.

¹⁷A Opinião. n.º 6. Recife: Tipografia da Opinião. 18 de outubro de 1862, p. 4. [Comunicado]. APEJE.

Circulando nos anos de 1869 e 1870, o periódico A Careta, associou igualmente o humor à crítica. Utilizando a ironia como forma de expressão, ele tratou de vários problemas de ordem pública e política em Pernambuco. O fato de ter imagens em seus exemplares possivelmente ampliou o alcance das suas informações entre os leitores. Não somente os letrados poderiam acompanhar as sátiras sobre as autoridades da província; os analfabetos poderiam folhear suas páginas e, a partir da leitura das imagens, tomar conhecimento das notícias sobre os “figurões do governo”. Entre discussões nas tabernas, nas praças e outros logradouros da cidade, entre leituras em voz alta e troca de informações, o conhecimento sobre política e a inserção no campo da opinião pública certamente foi feito por grande parte da população recifense, sendo ela alfabetizada ou não.

O próprio nome do periódico foi montado de forma interessante: várias figuras de pessoas entravam na composição do título “A CARETA”. (Imagem 06) Uma metáfora de que a população formava a opinião pública. Uma de suas publicações que merecem destaque, a qual provavelmente causou um forte efeito de verdade, teve como proposta fazer o contraponto entre o que é divulgado e o que não é dito ao público:

O QUE SE DIZ E O QUE SE NÃO DIZ

- O que se diz é que o povo morre à fome, e falta de recursos sem ter em que se empregue. O que se não diz é que o governo tome isso em consideração e providencie.
- O que se diz é que a companhia dos trilhos urbanos tem tido um lucro fabuloso com a emissão de seus bilhetes. O que se não diz é que a polícia procure por termo à semelhante abuso, dando lugar a que qualquer espelunca faça o mesmo.
- O que se diz é que o governo está em negociações com John Donelly para comprar a ilha de Santo Aleixo por 500:000\$000 e ai fundar um lasareto. O que se não diz é que este negócio seja ilícito, uma vez que ela não vale 10:000\$000.
- O que se diz é que o aquartelamento da guarda nacional é bom negócio para a oficialidade. O que se não diz é que os pobres guardas lucrem com esta indústria.
- O que se diz é que os carneiros e farinheiros da ribeira, além do preço exagerado por que vendem estes gêneros, roubam escandalosamente no peso e medida. O que se não diz é que nem o fiscal, nem a polícia procurem evitar este roubo.¹⁸

A Careta denunciava a negligência das autoridades em relação ao desemprego e a fome da população mais humilde, o abuso no valor e no monopólio lucrativo da venda de bilhetes do transporte ferroviário. O superfaturamento nas obras públicas e a

¹⁸ A Careta. Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife. Ano segundo, nº 18, 20 de janeiro de 1870. APEJE.

incompetência da polícia e da fiscalização municipal em relação aos roubos nos pesos e medidas, protagonizados por comerciantes da Ribeira. Em suma, esta publicação trazia aos seus leitores notícias sobre a política pública, suas ações e “não-ações” quanto o dever de proteção e respeito ao cidadão.

Seguindo a mesma linha de crítica política estava o periódico Alabama, também em circulação no ano de 1863; mas, em vez de publicações negativas, ele imprimiu saudações aos progressistas:

REGOZIJÓ POPULAR

No dia 26 a noite grande parte do partido progressista, tendo a sua frente o seu prestimoso membro Dr. João Francisco Teixeira, saindo do pátio do Terço com uma banda de música marcial, percorreram as freguesias de São José, Recife, Boa Vista e Santo Antônio: entre entusiástico vivas a S. M. o Imperador, ao ministério de 30 de maio, ao preclaro estadista Marquez de Olinda, ao presidente da província, Ottoni, Saldanha Marinho, Feitosa, João Teixeira, e outros, subiam ao ar girândolas de foguetes.

Os acadêmicos em número de duzentos e tantos, entusiasmados pela notícia davam vivas ao partido liberal, a memória do mártir Nunes Machados, e da esperançosa mocidade, que pretende subir, pela escada da ilustração, ao poder, não por que o poder em si tenha valia, mas porque serve ele de meio para garantir as liberdades públicas.

Posto que o entusiasmo desenvolvido fosse extraordinário, com tudo reinou a melhor ordem possível, e o partido progressista mostrou que sabe compreender os seus direitos.

Honra ao partido progressista, e louvores ao Dr. João Teixeira, pela iniciativa que tomou no regozijo popular.¹⁹

A narrativa mostrou admiração em relação aos progressistas e os membros desse novo partido. E ainda o entusiasmo da população de forma geral, dando-se destaque à participação dos acadêmicos liberais. O acréscimo dos letrados nos “vivas”, possivelmente gerou mais credibilidade ao evento. Afinal, eles representavam os jovens que tinham chances de serem bem sucedidos politicamente, “não que o poder em si [tivesse] valia”, fazia a ressalva o redator, “mas porque [servia] ele de meio para garantir as liberdades públicas”. E finalizou agradecendo o excelente governo dos progressistas, que gerou vibrações populares.

O Alabama mostrou também que os periódicos inflamados poderiam até estar em circulação, mas não teriam o espaço que desejavam na opinião pública:

Olá da grei oligarca
Tomem cuidado com a gente
Escrevam seu papeluxo
Gritem nele fortemente.

¹⁹ Alabama: periódico noticioso, crítico e alusivo. Recife. Tipografia Liberal. Ano I, nº 4, 30 de maio de 1863, p. 2. APEJE.

Mas não espalhem no povo
Receios e vãos temores:
Já passou aquela era
Dos “rachados” escritores.

Não revivam “Tempestades”,
“Uniões”, Brados e tais,
Que se escreviam outr’ora
Contra antigos liberais.

Hoje a missão é diversa.
Mudou-se a senda ao escritor
Quer-se ideias e princípios,
Sustentados com ardor.

Dizei as vossas sandices
Mastigai vosso “calão”
Mas em tudo sede honesto,
Respeitai a opinião.

Se isto é sôfrego desejo
De embarcardes no Alabama,
Nem para isto servis,
Que aqui não se embarca lama.

Vós sois a escoria mais negra
Da nossa sociedade,
A vossa grei é o centro
Do despejo da cidade.²⁰

Os liberais exaltados foram renegados ao “despejo” e seus periódicos não serviam para as novas perspectivas políticas, baseadas no ideário do partido progressista. Essa era a visão do periódico Alabama, simbolizado por um barco na ilustração da capa, onde os exaltados não poderiam embarcar. Essa posição é importante no que se refere às opções de opiniões vigentes nesse período. A opinião pública, em sua pluralidade, abarca argumentações distintas; nesse caso, contra ou a favor da política progressista, e também os quem se colocaram como “neutro”, sendo um posicionamento político a ser incluso nesse campo.

3.2. “Dever (nem sempre) cumprido” e a ausência da autoridade policial

Representantes da sua instituição, os policiais andavam entre os espaços públicos da cidade com o poder da farda e das armas para a manutenção da ordem

²⁰ Alabama: periódico noticioso, crítico e alusivo. Recife. Tipografia Liberal. Ano I, nº 4. 30 de maio de 1863. p. 2. APEJE.

pública. Como aponta Thomas Holloway é através da polícia que “o poder do Estado [invade] o espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas.”²¹ A coibição de vadiagens, badernas, vandalismos, infrações de posturas, vozerias e crimes (além do combate a incêndios e outras funções de cunho mais social que policial) eram da competências da polícia na segunda metade do oitocentos. Entrementes nem sempre o seu trabalho era feito de forma eficaz. E parte da população do Recife em muito reclamava da ineficiência (ou mesmo da ausência) dos policiais nas ruas. Teremos uma ideia dessa insatisfação a partir das publicações nos jornais do período pesquisado.

Muitos eram os desajustes entre a prática policial e as necessidades dos moradores da cidade do Recife. Embebida do que Robert Reiner denomina de “fetichismo da polícia”²², ou seja, a pressuposição ideológica de que a polícia é um pré-requisito essencial para a ordem social, e que, sem a força policial, o caos viria a se instalar, grande parte da população, principalmente da elite, se sentia insegura e desprotegida com a ineficiência do policiamento ou a insuficiência de soldados para fazer as rondas pelos logradouros públicos.

A sensação de insegurança da população aparecia diariamente nos jornais coetâneos – que criticavam a ação (ou falta de ação) da polícia no concernente ao controle do crime. Uma correspondência enviada pelo subdelegado suplente de São José ao delegado do 1º distrito do Recife e publicada no Diário de Pernambuco, em 1850, nos mostra isso:

Ilm. Sr. - Por muitas e repetidas exigências, que os moradores do Aterro de Afogados me tem feito, e considerando que eles tem suma justiça em suas pretensões, e querem ser garantidos em suas vidas e propriedades, porquanto, estando ameaçadas por pessoas suspeitas que efetivamente estão aparecer já atacando os viajantes que por ali transitam, e já também o fazendo a diversas pessoas que ali moram, devendo a polícia estar munida dos necessários meios para prevenir os delitos, e capturar os criminosos garantindo a pessoa e vida dos cidadãos.

[...]

Convindo remediar tudo isso e remover esses obstáculos que impedem o curso ordinário da marcha regular da polícia; eu vou requisitar ao Exm.Sr. presidente da província por intermédio de V. S. um patrulha de três homens de cavalaria para rondar de dez horas da noite até as cinco da madrugada o sobredito lugar do Aterro de Afogados

[...]

²¹ HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 19.

²² REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.19.

Deus guarde a V.S. Subdelegacia de S. José do Recife, 8 de outubro de 1850 – Exm. Sr. tenente-coronel Rodolpho João Barata de Almeida, delegado suplente em exercício do termo – (Assinado) O subdelegado suplente em exercício, *Francisco Batista de Almeida*.²³

Em outras partes da publicação o subdelegado disse que havia apenas duas patrulhas para rondar o aterro, o qual era extenso, possuindo aproximadamente uma légua. Os três homens a cavalo, seriam necessários para percorrer esse longo trecho da freguesia de São José com mais rapidez, podendo haver na localidade uma vigilância mais eficaz. Tratando-se do Corpo de Polícia, percebe-se a falta de pessoal para suprir as necessidades da população. Este problema acompanhava a instituição policial desde a sua formação e os principais motivos foram descritos no segundo capítulo entre eles, o baixo soldo e a conseqüente falta de recrutas novos.

Um jornal que também indicou a ausência ou a ineficiência da polícia recifense no combate à criminalidade foi *A Província*. Em um exemplar do ano de 1872, este jornal narrou uma agressão envolvendo dois “homens de bem” da sociedade recifense, numa das ruas comerciais da capital, “em pleno dia”, e à hora que esta rua era mais freqüentada por transeuntes. A agressão deu-se, como podemos depreender da leitura do jornal, por um motivo fútil. Ao dirigir a palavra a João Hygino para perguntar-lhe sobre a saúde da sua cunhada, que, por sinal, era tratada por ele, Santos Mello foi atacado pelo mesmo com uma cacetada por cima da orelha direita, golpe que o fez desmaiar. A violenta reação de Hygino, segundo o jornal, explicava-se pelo fato de que estava “certo da impunidade com a qual, graças à incúria e as desleixo da polícia, [contavam] de antemão todos os criminosos”;²⁴

A certeza da incúria policial teria feito com que, segundo o jornal, o Sr. Hygino atacasse o médico, mesmo estando ambos na Rua Barão de Vitória (até o ano de 1870 chamada de Rua Nova), caracterizada por um intenso movimento por ser um espaço de comércio. No momento da agressão não havia um rondante por perto. Mas uma questão interessante notada pelo redator foi que “se bem que se desenvolvesse vivo interesse pelo ofendido, não houve quem se lembrasse de dar voz de prisão no ofensor”. A população poderia intervir e segurá-lo até a polícia chegar ao lugar do delito; no

²³ Diário de Pernambuco. Recife, 12 de outubro de 1850, capa (Publicação a Pedido). FUNDAJ. (Microfilmes)

²⁴ *A Província*: órgão do Partido Liberal. Recife, 4 de outubro de 1872, p. 2 [Audacioso Atentado]. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/128066/per128066_1872_00009.pdf. Acesso em: 20/08/2012.

entanto, nenhum cidadão se dignou a fazer isso. E a crítica à polícia continuou: “Semelhante falta com que pode ser atribuída à certeza, que em todos domina, de que perde o tempo e o trabalho quem quer que, na quadra atual, apela para a ação dos agentes da policia em casos, nos quais não há uma vindicta a tomar por motivo meramente político”.²⁵ A relação entre polícia e política é enfatizada, sendo indicada pelo jornal como o motivo para a ação ou não dos policiais.

De acordo com este periódico, os crimes contra a propriedade eram frequentemente “cometidos ou tentados nesta terra, que [parecia] achar-se em plena acefalia policial”²⁶. E citou como exemplos, na edição supracitada, o assalto a um negociante da freguesia São Frei Pedro Gonçalves, o qual não teve o nome mencionado e, a ameaça de invasão de propriedade na casa do Sr. Coronel Antônio Pedro de Sá Barreto, na povoação da Torre. A polícia, no entanto, não tinha quaisquer pistas sobre estes criminosos. Para finalizar, o redator afirmava que o governo malbaratava o dinheiro público ao despender a máxima parte da renda da província com a manutenção de um corpo de polícia que [...], de nenhum modo [prestava-se] ao mister a que [era] destinado”.²⁷ Mesmo assim, a população (ou parte dela) continuava a reclamar a presença de um policiamento mais efetivo na cidade.

Retomando o que já foi mencionado acima devemos observar nessa publicação a maneira como o subdelegado se apresenta: “Por muitas e repetidas exigências, que os moradores do Aterro de Afogados me tem feito, e considerando que eles têm suma justiça em suas pretensões [...]” A autoridade policial toma aqui a forma de um porta-voz de parte da população local, registrando na sua correspondência com o delegado um incômodo (que aparece como opinião coletiva) dos residentes do lugar. Mas, como aponta a moderna historiografia sobre o tema, é bastante questionável a eficácia da polícia no concernente ao controle do crime e dos desvios em qualquer sociedade. Em suma, não bastava a presença da policia nas ruas para se instaurar a ordem e a segurança tão almejada pelo governo.

E as opiniões sobre o trabalho da policia seguiram estampando parte das folhas de periódicos em circulação na cidade. De forma ácida, os impressos denunciavam – ou

²⁵ A Província: órgão do Partido Liberal. Recife, 4 de outubro de 1872, p. 2 [Audacioso Atentado]. Biblioteca Nacional.

²⁶ A Província: órgão do Partido Liberal. Recife, 4 de outubro de 1872, p. 2 [Salve-se quem puder]. Biblioteca Nacional.

²⁷ A Província: órgão do Partido Liberal. Recife, 4 de outubro de 1872, p. 3 [Salve-se quem puder]. Biblioteca Nacional.

mesmo poderiam editar as informações para as tornarem mais polêmicas – as falhas dos policiais e as deficiências organizacionais da própria instituição policial. Questões políticas eram levadas em consideração, sendo tomado como um pano de fundo para os posicionamentos críticos de cada periódico. Como foi discutido, esses impressos se apresentavam como divulgadores de opiniões, com o intuito de apontar os erros do grupo dominante ou mesmo da oposição, para defenderem formas políticas e serem aceitos pelos leitores – que estavam insatisfeitos, além de outras questões, com a polícia da cidade.

A análise das publicações do periódico *O Formigão*, em circulação no ano de 1850, contribuiu muito para a nossa pesquisa. Isso se deve à coluna chamada *Ferroadas do Formigão*, na qual eram feitos os mais diversos comentários sobre a polícia no Recife e seus problemas cotidianos. A maior parte das reclamações recaía sobre a ausência da polícia nos lugares públicos da cidade e a relação desta falha com o aumento da criminalidade, como mostra a publicação a seguir:

Consta-nos, por informações de pessoas respeitáveis, e fidedignas, que nos subúrbios desta Cidade transitam livremente quadrilhas de ladrões que atacam casas de famílias pobres, roubam cavalos, e cometem toda a laia de depredações, e ataques à propriedade do mais fraco, por isso que deles nenhuma perseguição receiam.

A Polícia parece dormir um sono profundo, por enquanto não é possível lhe não tenha chegado ao conhecimento o grande número de roubos praticados pelos tais ladrões formigueiros, pois a nós, que residimos no centro da Cidade, muitos se nos tem referido, e alguns de não pequena monta.²⁸ (Grifos nossos)

O redator de *O Formigão* expôs o problema enfrentado pela população dos subúrbios recifenses, sempre às voltas com ladrões que praticavam furtos e roubos sem preocupação com represálias das suas vítimas, por elas serem mais humildes e até mesmo porque a polícia não se fazia presente de forma eficaz para a defesa das mesmas. Como destacamos no texto, a ênfase era a de que “a polícia [parecia] dormir um sono profundo” – estando (ou mesmo se fazendo) alheia aos acontecimentos que afetavam a segurança dos cidadãos que moravam nos arrabaldes da capital pernambucana. Como as autoridades não se mobilizavam para resolver a situação, *O Formigão* se viu no dever de alertá-las:

²⁸ *O Formigão*: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 11 de novembro de 1850, p.1. APEJE.

Agora, porém, um fato recente praticado, há quinze dias, nos obriga a despertar a atenção da Polícia, afim de ver se conseguimos, que esta desenvolva alguma atividade na captura dos salteadores. Foi atacada uma pobre mulher no lugar de St. Amarinho, freguesia da Várzea, a quem roubaram 8\$000 réis, único recurso que possuía, e isto em dia pleno, e publicamente. Nesse mesmo tempo passou a tal quadrilha também de dia pelo meio da Povoação da Várzea conduzindo oito cavalos furtados, sem que nesse trânsito encontrasse obstáculo algum. [...] os ladrões passeiam publicamente conduzindo os objetos roubados, e nenhum embaraço os detém por parte das Autoridades encarregadas de garantir a segurança individual e o direito de propriedade.²⁹

A polícia, no caso da publicação citada, não tomou nenhuma atitude quanto aos assaltos em plena luz do dia, tendo os ladrões a liberdade de circular pelas ruas com objetos, animais e dinheiro furtados ou roubados. Segundo o redator, a polícia vinha falhando na sua função “de garantir a segurança individual e o direito de propriedade.”

A ausência de soldados de polícia em seus postos nas ruas ou mesmo nas rondas diárias aguçava as “alfinetadas” nos impressos. Era, pois uma crítica voltada para o não policiamento por parte da instituição, para o não cumprimento do seu papel de mantenedora da ordem pública – uma função que tanto os redatores destes periódicos quanto alguns segmentos da população, particularmente os que possuíam algum letramento ou recursos financeiros, acreditavam ser da alçada exclusiva da polícia.

Mas se existia quem, dando corpo e forma no Oitocentos ao que Reiner denominou de “fetichismo da polícia”, cobrasse das autoridades uma maior presença policial nas ruas, outros tantos recifenses queriam distância destes homens fardados e armados que invadiam o espaço público para controlar-lhes os passos e o comportamento. Estamos falando em particular das pessoas dos estratos subalternos da sociedade, justamente as que mais sofriam com a ação truculenta dos policiais. Havia também os que criticavam a instituição por suas relações diretas com a política vigente – transformando-se em um instrumento eleitoreiro nas mãos dos grupos políticos que estavam no controle da máquina administrativa. Embora, convenhamos, esta crítica fosse comum a quem estivesse na oposição.

Também foi cobrada por O Formigão uma maior atuação das autoridades policiais civis, como foi o caso da publicação do redator sobre o comportamento do subdelegado da freguesia do Recife:

²⁹ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 11 de novembro de 1850, p.1. APEJE.

Mais cuidado na Policia, e menos em passear, Sr. Subdelegado do Recife!

Os becos do Porto das Canoas, e das Miudinhas estão intransitáveis para as familias honestas, e pessoas sisudas.

Não só as palavras obscenas e nojentas se jogam aí todos os momentos em altas vozes, como a imoralidade tem chegado a ponto de as mulheres públicas atravessarem os becos e ruas à moda de Venus!

Não é possível que o Sr. Subdelegado deixe de ignorar tanto escândalo; mas como assim não há de suceder se sua mercê reside mais no sítio, de que no distrito! Se sua mercê sai para o sítio às 4 horas da tarde, e volta às 9 do dia abandonando a policia aos Inspectores de Quarteirão; que, se por acaso prendem alguma dessas impudicas, e a manda para o Quartel do corpo de policia, não é recebida, salvo se tem belas feições... Sr. Oliveira, quem quer ser Subdelegado passeia menos e trabalha mais.³⁰

Esses becos, do Porto das Canoas e das Miudinhas, localizados na freguesia do Recife, ou seja, na área portuária, estavam inseridos em um universo pontuado por tabernas e lupanares – onde as prostitutas saciavam os desejos tanto de marujos estrangeiros quanto dos próprios moradores da cidade. O periódico apresenta estes becos como um cenário luxurioso, imersos em um clima de perversão comportamental dos que ali estavam tanto nas formas de falar e se vestir quanto, principalmente, no tocante às meretrizes.

O dever do subdelegado era colocar ordem no ambiente, afim de que as “familias honestas e pessoas sisudas” pudessem transitar sem receios pela localidade. Porém, a autoridade não se encontrava no seu posto no horário da noite, indo para seu sitio no final da tarde e retornando apenas pela manhã do dia seguinte. Os inspetores de quarteirão eram as autoridades responsáveis na ausência do subdelegado. Entretanto, segundo a publicação, eles não conseguiam levar a ordem a tais lugares. E mesmo quando um ou outro cumpria com as suas obrigações e prendia alguma dessas impudicas e a levava para o quartel do Corpo de Polícia, ela não era recebida – a não ser, por razões óbvias, quando tinha belas feições. Com isso, a publicação insinuava que os soldados de polícia compactuavam com a situação de meretrício.

Outro caso de ausência da ação da policia foi no caso do senhor de engenho que, em novembro de 1850, mantinha um escravo em cárcere privado e sofrendo açoites diários:

³⁰ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 2 de Dezembro de 1850. p. 4. APEJE.

Corre como certo, que Antônio de Souza Leão, senhor do engenho Serraria, Comarca de St. Antão, conserva preso em sua casa um escravo, pardo, de nome Prudêncio, que degolou a outro, de nome Raymundo, e todos os dias lhe manda dar uma surra de bacalhau, a fim de o matar em açoites. Barbarismo! Onde está a Polícia, a justiça!³¹

As surras constantes no escravo, mesmo este tendo assassinado outro, causou aparente indignação por parte do redator do periódico. É possível que esta sua indignação acompanhasse o (ou se refletisse no) pensamento de pelo menos uma parte dos cidadãos recifenses. A Lei Eusébio de Queiroz, proibindo o tráfico negreiro, já havia sido assinada no mês de setembro de 1850. As discussões abolicionistas ainda não permeavam as conversas no espaço urbano, mas a sociedade ia lentamente desenvolvendo uma nova visão em relação ao sistema escravista. Segundo o periódico liberal, a polícia deveria ter tomado uma atitude em relação ao comportamento do senhor Antônio de Souza Leão para acabar com este “barbarismo”.

Podemos perguntar o que levou o redator deste periódico a denunciar o tratamento desumano de Antonio de Souza Leão ao seu escravo: seria uma prova de que o mesmo agiu movido por princípios humanitários (que, saliente-se, não desapareceram da sociedade escravista recifense) ou seria mais uma maneira de se atingir o grupo político a quem ele fazia oposição? Se o referido senhor de engenho pertencesse às hostes políticas contrárias as do redator do jornal, isso poderia explicar tanto a leniência policial para tratar da questão (afinal, a ação policial geralmente costumava ser rápida e dura apenas com quem não era correligionário do governo) quanto a presteza d’O Formigão em denunciá-lo à opinião pública

Ainda tratando da falta de ação dos policiais, o periódico *A Crise*, que circulou no Recife nos anos de 1864 e 1865 abordou essa questão. Mesmo sendo o periódico de consolidação do Partido Progressista, seus redatores afirmavam não ter a intenção de tomar posicionamento político: “[...] em primeiro lugar convém dizer, que não temos parcialidade política; e o nosso fim é tão somente satirizar e criticar o que estiver sob esse ponto de vista, guardando-se as conveniências necessárias.”³² Para isso se valiam de ilustrações de humor satírico.

³¹ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 25 de novembro de 1850. p. 4 [Ferroadas do Formigão]. APEJE.

³² *A Crise*: periódico caricato, crítico, faceto e literário. Recife, 12 de dezembro de 1864. p. 1 [Prospecto]. APEJE.

Entre suas críticas, uma ilustração chama atenção por se referir ao Corpo de Polícia da cidade (Imagem 07). Nela podemos ver a representação de um incêndio em uma loja de trastes da Rua das Cruzes. Enquanto o prédio ardia em chamas altas, os policiais, “em exercício das suas funções”³³ não faziam nada para debelar o sinistro: um apenas observando, outros conversando entre eles, olhando outro que tropeçou na rua, simplesmente alheios ao grave acidente.

IMAGEM 07



Fonte: A Crise: periódico caricato, crítico, faceto e literário. Recife, 08 de janeiro de 1864, p. 3. APEJE.

³³ A Crise: periódico caricato, crítico, faceto e literário. Recife, 8 de janeiro de 1864. p. 3. APEJE.

Um diálogo fictício entre “Garibaldi e seu senhor” retrata o acontecimento visto pela primeira personagem, a qual indica que “o incêndio já estava em um estado bem avançado” e “ainda não tinha chegado ao conhecimento da polícia.” E prossegue:

Ri-me à ficar doente, de ver um certo inspetor de quarteirão semelhante a um doudo, apitando continuamente, e a percorrer o espaço de 10 passos em torno de si. Oh! Meu senhor! A cena estava engraçada. Já as labaredas saíam pelas portas quando a matriz de S. Antônio deu o primeiro sinal, e quando não havia mais fogo à apagar, eis que chegaram as bombas.³⁴

Debelar os incêndios na cidade do Recife era encargo da Repartição de Polícia. Esta, entretanto não tinha estrutura para este trabalho.³⁵ Um dos problemas recorrentes era a dificuldade de se conseguir água suficiente para apagar incêndios de grande proporção.³⁶ Por não haver uma organização para este serviço, na maioria das vezes ele era falho, como foi visto na citação acima, ocasionando transtorno para os que eram vítimas da calamidade e para as pessoas que moravam na vizinhança do(s) prédio(s) sinistrado(s).

A falta de atitude de alguns policiais em meio aos problemas cotidianos da cidade do Recife em muito incomodava os cidadãos. Parte da imprensa fazia questão de divulgar essa ausência expondo implicitamente críticas sobre a administração da província.

3.3. “Que polícia temos nós!”: críticas nos periódicos a ações policiais.

Ao passo que alguns policiais não mantinham a ordem na cidade por ineficiência ou falta de ação, outros contribuíam para aumentar a desordem, utilizando a autoridade que a farda lhes conferia para intimidar quem quisessem ou para agir com truculência contra quem era preso por eles. Como denunciou O Formigão em princípios de outubro de 1850, ao citar o caso do espancamento do pardo Benedito das Chagas e Silva,

³⁴ A Crise: periódico caricato, crítico, faceto e literário. Recife, 8 de janeiro de 1864. p. 2. [Garibaldi e seu senhor]. APEJE.

³⁵ Foi somente no ocaso do império, em 1887, que o governo provincial de Pernambuco organizou uma Companhia de Bombeiros. Esta, como sugere a sua denominação, possuía uma vertente militar – sendo composta por “um comandante, um tenente coadjuvante, um alferes almoxarife, um 1.º sargento chefe de serviço, um 2.º dito chefe da turma, dois cabos de esquadra chefes de bombas, 23 bombeiros e um corneteiro”. Um ano depois, o presidente da província avaliou que os seus serviços vinham sendo prestados “de modo satisfatório.” Relatório do presidente da província Joaquim José de Oliveira Andrade, em 15 de setembro e 1888. Anexo B, p. 5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/707/000022.html>. Acesso em: 27 dez. 2012

³⁶ ARRAIS, 2004. p. 139.

ocorrido dentro do quartel do Corpo de Polícia, sem que nenhuma providência fosse tomada pelas autoridades. Segundo o jornal, “muitos fatos semelhantes aos indicados” estavam ocorrendo no Recife e o presidente da província vinha demonstrando “uma indiferença digna do maior reparo, e censura.”³⁷

Outro exemplo de poder discricionário dos agentes da polícia foi o caso ocorrido na Rua Nova, quase dois meses depois do espancamento de Benedito das Chagas e Silva dentro do quartel do Corpo de Polícia. Mais uma vez soubemos da arbitrariedade policial pelas páginas d’O Formigão:

Corre por certo, que no dia 20 do corrente mês travando-se na Rua Nova uma questão entre um soldado do Corpo de Polícia, e um matuto, e passando nessa ocasião o Sr. Barros, mandou este espancar o matuto, isso publicamente, em pleno dia! Que polícia temos nós!³⁸

Vemos aqui expressamente, uma situação de abuso do poder praticado por um integrante da instituição policial. O Sr. Barros, que não sabemos se era um simples cidadão ou alguma autoridade policial (um delegado, um subdelegado ou até mesmo um inspetor de quarteirão), seria o mandante da agressão. Uma agressão que o periódico destaca como algo absurdo, não somente pela violência perpetrada pelo soldado e pela atitude do Sr. Barros, que o incitou a agir com violência, mas pelo fato da mesma ter acontecido em via pública e em plena luz do dia.

Uma publicação anterior deste mesmo periódico informou que o subdelegado da freguesia da Boa Vista prendeu o português Manuel de Carvalho Moura por que este se recusava a pagar uma dívida ao caixeiro. Razão pela qual ele foi criticado em O Formigão por abuso de autoridade. A sua ação foi vista como despótica, pois o mesmo teria se intrometido em assunto particular, o qual só diria respeito ao devedor e ao cobrador da dívida: “a Policia, arrogar-se atribuições civis, servindo-se da Cadeia para a execução de sentenças, é despotismo. Há muita forma de caçar galegos sem se lhes fazer injustiças.”³⁹ Inclusive a expressão “caçar galegos”, mencionado pelo redator, pode indicar lusofobia por parte do subdelegado, explicando o porquê de Manoel de Carvalho Moura ter sido detido,

³⁷ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 3 de outubro de 1850, p. 1. (Capa) APEJE.

³⁸ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 25 de novembro de 1850. p. 4 [Ferroadas do Formigão]. APEJE

³⁹ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 7 de novembro de 1850. p. 1 [Ferroada do Formigão]. APEJE.

Conforme já salientamos, uma das funções da polícia era manter a ordem pública, procurando deter os que a perturbassem. Entretanto, pela forma que foi publicado o caso do português, pode ter sido um exagero do subdelegado em encarcerá-lo. E também contra a atitude da polícia, o periódico progressista *Alabama*, publica um boato contra o subdelegado da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves⁴⁰:

Corre há dias a notícia de que a ordenança do senhor subdelegado Leal anda escorando a dois moradores do Recife, que se tem pronunciado contra o tal subdelegado, e que são, pelo mesmo, apontados como tripulantes do *Alabama*. Será exato semelhante boato?

De tudo são capazes os vermelhos, e não admira que eles queiram se vingar dos seus desafetos; o que admira, porém, é que se lhes dê força para conseguirem seus fins!

Até quando se quererá sustentar um subdelegado sem força moral e aborrecido de toda a freguesia?!⁴¹

Segundo o redator do *Alabama*, tratava de uma vingança dos “vermelhos”, ou seja, os conservadores. E o subdelegado estaria a favor desses, perseguindo dois prováveis progressistas. Além da denúncia contra esta perseguição, motivada por questões políticas, o referido redator aproveitou para desqualificar o subdelegado (“sem força moral”) e malquisto pelos moradores “de toda a freguesia”. A relação entre a política e a polícia era constante, incluindo os jogos de interesses políticos presentes também no Corpo de Polícia, como apresenta Wellington Barbosa ao tratar da organização inicial da instituição:

Era mais do que importante que os altos escalões e outros postos mais graduados fossem ocupados por homens que tivessem a plena aceitação dos governantes. O comandante geral da corporação, por ser cargo de inteira confiança, era de livre nomeação e escolha do presidente da província.⁴²

O ideal era que todo o Corpo de Polícia estivesse em consonância com o governo. E na imprensa quanto mais houvesse a incompatibilidade política com a instituição policial, mais seriam enfatizadas as falhas dos seus integrantes. Inclusive, outros tipos de comportamentos praticados por eles foram apontados como incorretos

⁴⁰ Ver informação em: **Almanack**: administrativo, mercantil e industrial da Provincia de Pernambuco para o anno de 1860. Organizado por José de Vasconcelos. 1º ano. Pernambuco: Typ. Commercial de Geraldo H. de Mira & C. 1860, p.105.a

⁴¹ *Alabama*. Ano I, nº 4. 30 de maio de 1863. Tipografia: Liberal. p. 4 [Boato]. APEJE.

⁴² SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 96.

ou mesmo inadequados para a instituição. A seguir serão apontados alguns casos publicados no recorte cronológico aqui utilizado.

3.3.1. Falhas de conduta.

Voltando ao periódico O Formigão. Este não perdia a oportunidade de dar suas “ferroadas” na polícia, criticando a sua ineficiência no concernente ao policiamento do cotidiano. E também na guarda das cadeias – cuja vigilância não costumava ser das mais eficientes. Um exemplo citado pelo periódico supracitado foi o caso de dois detentos que saíram das celas para circular pelas ruas: “Será certo, que o Navalhão, e o Moreira Lopes, presos, e pronunciados por cédulas falsas, passeiam de noite na Cidade, dormem em casa, e até tem chegado a passar fora da Cadeia três dias? Que boa Polícia!”⁴³

De forma irônica, o redator critica a falha da instituição em não assegurar a permanência dos presos na cadeia. É possível até se pensar, como algo implícito a esta denúncia, na existência de prováveis acordos entre os infratores e o carcereiro que os vigiava, trocando recompensas pelo cárcere menos rígido. Além desse tipo de corrupção, outras questões ocorriam em relação aos funcionários da polícia. Muitas vezes os cargos eram exercidos por pessoas que não deveriam, por questões burocráticas, mas que assumiam principalmente devido a acordos políticos. Segue a publicação no periódico Alabama, em 1863:

Exerce o cargo de 1º suplente do subdelegado do 2º distrito da freguesia de Afogados o Dr. Campello, que reside na Rua Imperatriz da freguesia da Boa Vista, onde é qualificado votante.
Será legal esse exercício?
Esperamos que o Sr. Dr. chefe de polícia acabe com tão inqualificável abuso.⁴⁴

O redator do Alabama questionou a nomeação do Dr. Campello para o cargo de 1º suplente do subdelegado do 2º distrito de Afogados visto que ele não morava nesta freguesia. E alertou o chefe de polícia para que o mesmo corrigisse a situação. Essa questão que envolvia os delegados e subdelegados apareceu também em O Formigão, que discorre sobre esse primeiro cargo:

⁴³ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 7 de outubro de 1850. p. 4 [Ferroadas do Formigão]. APEJE.

⁴⁴ Alabama – Ano I, nº 1. Sábado, 16 de maio de 1863. Tipografia: Liberal P. 2 [Para o Sr. Dr. chefe de polícia]. APEJE.

É uma miséria, que na Capital desta Província tão cheia de ilustração, Província de primeira ordem, [...] não encontrassem os nossos adversários um de sua confiança para o importante lugar de Delegado de Polícia.

É na verdade, ou o circulo d'esta gente é tão limitado, que nele se não pode achar um homem jurisperito para o lugar de Delegado, ou então muito de propósito laçarão mão de um idiota, de um quase analfabeto como bom instrumento para toda a laia de atentados, que a seu bel-prazer quisessem praticar; por isso que o individuo ignorante é sempre o mais asado para a perpetração dos maiores escândalos.

Visivelmente o Delegado de Polícia, Sr. Barata, não era bem quisto pelos liberais d'O Formigão. Ele foi taxado de ignorante, idiota, quase analfabeto e propositalmente colocado no cargo. Era procurador de causas, como foi destacado no trecho seguinte:

É mais que ridículo ver na populosa, e civilizada Cidade do Recife um *procurador de causas* ocupando o lugar imediato ao Chefe de Polícia; ver o Delegado Barata atravancado com um imenso calhamaço de autos, de ordenança atrás, subindo as escadas de advogados, e escrivães, requerendo nas audiências, e finalmente praticando todos os atos forenses de solicitador, sendo apontado como a primeira autoridade policial desta rica Cidade, na ausência do Chefe de Polícia!⁴⁵

O ideal, segundo o periódico, era que o cargo de Delegado fosse ocupado por um jurisperito. Entretanto, os postos mais altos da polícia tinham outras relações, como a indicação ao cargo por amizades ou, principalmente, por interesses políticos. Vale ressaltar que a função deste periódico era criticar os conservadores que, neste contexto, governavam a província. E O Formigão continua a publicação descrevendo o quanto era vergonhoso se colocar alguém despreparado para ocupar um cargo de importância na instituição policial:

Isso só por si é vergonhoso, e dá aos estrangeiros, que entre nós habitam, uma triste ideia do atraso, em que nos achamos, provando amplamente a falta, que há entre a gente da atualidade, de homens com a capacidade precisa para os lugares públicos de maior importância, vendo-se na necessidade de nomear um procurador de causas (cuja importância no foro, no nosso entender, pouco dista de meirinho) para o importantíssimo lugar de Delegado de Polícia da Capital de Pernambuco. [...]⁴⁶

⁴⁵ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 4 de novembro de 1850. p. 1 (O Delegado da Capital). APEJE.

⁴⁶ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 4 de novembro de 1850. p. 1 (O Delegado da Capital). APEJE.

O delgado de polícia, procurador Barata, também foi descrito na continuação dessa publicação como não cumpridor dos deveres do seu cargo, prendendo cidadãos inocentes e de família sem motivação aparente que não fosse o seu próprio querer. Uma semana depois dessa publicação foi retomado o mesmo tema no periódico:

Corre por certo, que o Sr. Rufino, subdelegado da Boa Vista, insultara publicamente com o epíteto de ladrão, e outros semelhantes, ao cidadão Luiz Bento Rodrigues de Castro, porque este fez apreender a africana Cândida, por mandado do Juiz de Africanos, cujos serviços arrematara o falecido José da Costa Pinto, sogro daquele Castro! Dizem, que o Sr. Rufino tomou tanto a peito este negócio, porque a tal africana estava servindo gratuitamente a José Francisco de Souza Lima, de quem o Sr. Sub-delegado é Procurador. Valha-nos Deus; até quando teremos nós nesta Capital Procuradores de causas como empregados policiais?!⁴⁷

Esta publicação aborda uma relação direta entre a autoridade, então ocupando o cargo de subdelegado da Boa Vista, e suas vantagens repercutindo nas funções pessoais do Sr. Rufino, enquanto procurador de causas. Coberto pela capa de cargo policial de relativa importância, ele viu-se no direito de agir de acordo com sua função de procurador. Seria este, pois, um motivo plausível para embasar as críticas às autoridades policiais que exerciam a funções desse tipo. Dessa maneira se tornaria inevitável o choque de interesses e o abuso de poder, dependendo da situação.

Ainda sobre essa questão da ocupação de cargos, o periódico A Opinião, no ano de 1862, publicou artigos com ar de denúncia:

Em relação às nomeações para os cargos policiais o escândalo subia de ponto. Sim, porque, apesar de toda a importância dessas nomeações, apesar da influência imediata que ela exercem sobre a ordem pública, de ordinário, a escolha só fazia recair sobre a escória da sociedade.

Indivíduos cobertos de crimes, e que bem mereciam uma severa punição, como por encanto de um dia para o outro, se achavam senhores dos mais importantes cargos policiais.

E continuou:

Esse modo de proceder ainda produz hoje suas terríveis consequências. é assim que presentemente se acham confiados alguns desses cargos a indivíduos perdidos na opinião pública. Ladrões, assassinos, homens sem o mínimo conceito, se acham hoje, em alguns lugares da província, revestidos de cargos policiais, oprimindo aqueles a quem não puderam igualar em merecimento.

⁴⁷ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 11 de novembro de 1850. p. 1 (Ferroadas do Formigão). APEJE.

Pela publicação se tem uma ideia de que os cargos na polícia independiam de competência ou mérito. Estavam atrelados a escolhas com outros tipos de pré-requisitos não exatamente descritos no documento. Na continuação da publicação é dito que esta prática era mais comum principalmente em localidades do interior da província. O que é afirmado no jornal é a repercussão nociva dessas nomeações, visto o comportamento desses funcionários perante a população. Uma citação na mesma publicação é feita, deixando no campo do não dito um fato envolvendo a reputação do delegado:

Assim, por exemplo, com pasmo vê a população no exercício da delegacia o Sr. Bacharel João Maria de Moraes Navarro.

Razão de sobra tem a população em pasmar diante desse fato.

[...]

O público dessa capital se recorda dos estonteamentos praticados pelo Sr. Dr. Navarro, não há muito. Estão gravados na memória de todos a parte tomada por S. S. em fatos bem tristes, que se deram em teatros públicos e particulares, em um dos quais S. S. até representou. Algumas peripécias, sobre as quais ainda nos conservamos silenciosos, tornaram-se bem patentes.

A população não pode ver, de boa vontade, o cargo de delegado por S. S.⁴⁸

Mesmo não explicitando os feitos praticados pelo delegado Navarro, foi mencionado de forma clara e crítica que era um absurdo ele estar ocupando esse cargo de grande importância na instituição policial. Sem contar as corriqueiras queixas e insinuações sobre a instituição policial. Até mesmo a estrutura da prisão interna, destinada à reclusão dos soldados indisciplinados ou criminosos, foi descrita como falha e inadequada:

Será certo, que a prisão dos Inferiores do Corpo de Polícia não tem um cabide, uma cama, uma jarra para água, nenhum daqueles objetos indispensáveis a uma prisão descente? – Onde está a cota destinada para estas despesas? não será bastante Pajeú, Sr. Barros! Ainda mais a caixa da Polícia, hein?⁴⁹

A falta de estrutura da prisão reservada aos policiais transgressores foi questionada, já que havia uma cota destinada a estas despesas. E o destino do dinheiro destinado para este fim é colocado sob suspeita na publicação. Aliás, o desvio ou a malversação de verbas públicas, bem como o benefício de pessoas em determinados cargos, se convertiam constantemente em munição panfletária contra o sistema policial da província na segunda metade do século XIX.

⁴⁸ A Opinião. n° 6. Recife: Tipografia da Opinião. 18 de outubro de 1862. p. 1. APEJE.

⁴⁹ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 30 de setembro de 1850, p. 2. APEJE.

3.3.2. Policiais, escândalos e bebedeiras

Sendo os policiais representantes da ordem, a eles era cobrada – pelas elites – boa conduta como exemplo de civilidade. Uma das funções do policial era contribuir, com a vigilância e ação repressiva, para a normatização da sociedade nos moldes do progresso. Em tese, este progresso deveria ser comportamental e moral. Na realidade, muitas vezes não se levava em consideração que os guardas (tanto os civis quanto aqueles engajados no Corpo de Polícia) eram em sua grande parte advindos das camadas mais pobres da população e que, como consequência, muitas vezes o lado pessoal impedia certas ações de repressão a conhecidos, com os quais os policiais compartilhavam os mesmos espaços de sociabilidade quando não estavam de serviço. Outra questão que os desviava de uma conduta exemplar era a corrupção – algo presente também entre os comandantes mais graduados.

Um caso apontado em O Formigão sobre o comércio de carne na cidade apresenta-se em forma de denúncia:

No expediente do Governo do dia 25 do passado se lê um ofício de S. Exc. o Sr. Souza Ramos dirigido à Câmara Municipal, digno sem dúvidas de nossos encômios, para que esta tome em séria consideração o monopólio da carne verde feito por certa sociedade, e que redunde em prejuízo, para não dizermos roubo, de todo o público da Capital, e principalmente da pobreza, que já não pode comer uma libra de carne pelo enorme preço, a que a tem elevado os monopolistas.

Desejamos também, que S. Exc. se informasse da veracidade do que por aí corre, que o Subdelegado de S. José é o presidente da tal sociedade, assim como que tem abusado do emprego para afastar por meio do terror aqueles, que, não pertencendo à sociedade, querem manter algum boizinho para venderem a carne mais barata.⁵⁰

O próprio subdelegado da freguesia de São José tornou-se suspeito de coordenar um grupo que monopolizava a venda de carne bovina na capital, sendo mais um funcionário da polícia a se utilizar da autoridade do cargo para fins pessoais. Como anunciou o periódico A Careta, em sua edição de 1870, mencionada no início desse capítulo: “[...] o que se diz é que os carnicheiros e farinheiros da ribeira, além do preço exagerado por que vendem estes gêneros, roubam escandalosamente no peso e medida.

⁵⁰ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 3 de outubro de 1850, p. 1. (Capa) APEJE.

O que se não diz é que nem o fiscal, nem a polícia procurem evitar este roubo.”⁵¹ Vê-se que vinte anos após a denúncia do Formigão ainda se discutia os altos preços e até mesmo a fraude na venda da carne e também da farinha de mandioca.

Na mesma publicação d'O Formigão foi feita esta outra denúncia:

Outro escândalo: conserva-se o Athayde exercerem o lugar de Escrivão de Crime e Civil! S. Exc. devia proceder a uma minuciosa pesquisa, para entrar no verdadeiro conhecimento de uma tratada, ou roubo de africanos, em que dizem achar-se esse Escrivão envolvido com Autoridades de Policia.⁵²

Mais uma questão sobre quem ocupava os cargos policiais e a utilização dos mesmo para fins particulares – em específico, para a obtenção de ganhos ilícitos. O escrivão, ironicamente de Crime e Civil, Athayde, juntamente com outras autoridades policiais estariam a frente de roubos de africanos, o que gerava o incômodo de parte da população que acreditava no papel da instituição em manter a ordem, contribuindo para o progresso moral da província.

E em se tratando de desajuste na postura dos policiais, também foram registrados casos onde os mesmos estavam envolvidos em bebedeiras:

Será certo, que um tal Inspetor Manoel Felix, saído de faixa a recrutar *mulambos*, como ele disse, embebedou-se a ponto de ser conduzido em braços para casa?! Que polícia pipa!
Será certo, que o mesmo Inspetor já foi processado por ladrão, pelo Snr. Barata, por ter ido furtar o peixe no viveiro do Sr. Muniz? É polícia tubarão!
(...)
Olhe para isso, senhor sub-delegado de São José!..menos cuidado na caixa dos marchantes, e mais na polícia.⁵³

E posteriormente, o inspetor aparece em outra publicação:

Será certo, que o célebre Manoel Felix, Inspetor *Pipa*, na noite de 16 do corrente com 10 praças, e um sargento do segundo do 2º batalhão estado de borracheira, recrutou indistintamente toda a qualidade de pessoas, que passavam pela Rua Imperial.
Sr. Seara, olhe para isso; veja, que força de linha não se deve prestar a Inspetores borrachos, ou não borrachos sem ordem superior.
Será certo que o mesmo Inspetor *Pipa* respondia às vitimas de sua bebedeira, quando dele exigiram o motivo da prisão.

⁵¹ A Careta. Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife. Ano segundo, nº 18, 20 de janeiro de 1870. APEJE.

⁵² O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 3 de outubro de 1850, p. 1. (Capa) APEJE.

⁵³ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 16 de setembro de 1850, p. 3. APEJE.

Vá perguntar ao Formigão, que me pôs de bebarrão?

E o tal *cachaça* não dá para Poeta? Isto é polícia de borrachos, Sr. Barata!

Será certo, que a Maricas da Rua dos Martírios, lado do nascente, no dia 16 do corrente gritará na porta, para que todos ouvissem: - a que não fazia caso da polícia, porque *a tinha toda na barriga?! Se assim é, lá está o Barata, o Barros, o Topo Tudo, o Carneiro, o Gato Brabo, o Pipa, et reliqua!*

Quando o Barros, e *Topo Tudo* andarem com esporas, como se acomodarão?!

Oh! Que salão será preciso para acomodar toda a polícia! E que *portão!*⁵⁴

O desregrado comportamento do inspetor, segundo o articulista ia de encontro à ordem moral pública que ele mesmo deveria zelar pela sua manutenção. Encontrado bêbado, sendo carregado para ser levado para casa, além de acusado de ser ladrão, esses fatores abalavam a credibilidade do policial em questão e, inclusive, por representar uma instituição, ele acabava colaborando para macular a imagem da mesma.

Os policiais, como foi mencionado anteriormente, em sua maioria adivinham das camadas mais populares. Estas últimas eram justamente as que mais se confrontavam com a polícia e, certamente, se incomodavam ao ver os policiais reprimindo ações que eles também praticavam nos seus momentos de folga (e até mesmo quando estavam de serviço), como foi o caso da embriaguez. A figura do policial, principalmente se o mesmo estava fardado ou se portava alguma insígnia da sua autoridade, representava simbolicamente o poder, mas nem sempre ele era respeitado pelos cidadãos – fossem estes livres ou escravizados. Como podemos depreender do caso acima citado, no qual a “maricas” não reconhece a autoridade policial, dizendo que “não fazia caso da polícia, porque a tinha toda na barriga”.

A polícia tinha seus percalços, que apenas a passos lentos foram sendo ajustados – embora não tenham sido eliminados. E esses problemas refletiam diretamente no cotidiano de trabalho e vida pessoal das autoridades, dos guardas, delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão. Os periódicos, embebidos de opiniões basicamente políticas, não perdoavam esses deslizes, publicando e gerando posicionamentos que poderiam ser acolhidos e interpretados pelos leitores recifenses. À

⁵⁴ O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife, 23 de setembro de 1850, p. 4. APEJE.

polícia era cobrada, além da presença efetiva – com número de soldados suficiente para a vigilância nos espaços urbanos da província –, uma postura envolta em moral e civilidade. Como representantes da ordem e da lei, qualquer deslize no cumprimento de suas funções acabava respingando na administração provincial, pois este deslize rapidamente servia de substrato para reforçar o discurso da oposição nas páginas dos jornais recifenses.

Considerações Finais

A imprensa é um exército de 26 soldados de chumbo com o qual se pode conquistar o mundo.

Johannes Gutenberg,
inventor alemão (1397-1468).

Entre os anos de 1850 e 1874, malgrado a eclosão da Guerra do Paraguai (1865-1870), o Brasil passou por momentos de estabilização política, suas instituições políticas e administrativas ganharam mais solidez e os ventos do progresso chegaram, mesmo com intensidades diferentes, em suas diversas províncias. Como ocorreu no Recife, cujo progresso podia ser vislumbrado em uma série de “melhoramentos materiais”, como a construção de edifícios públicos, a implantação de vias férreas que interligavam a capital e algumas cidades interioranas, a introdução de um novo sistema de iluminação pública etc. As lembranças da Revolução Praieira ainda estavam frescas na memória coletiva, permaneciam acesas como brasas embaixo da cinza, mas a vida política se reorganizava e se tornava mais complexa, como podemos deduzir do surgimento do Partido Progressista.

A preocupação com a modernização da cidade era o pano de fundo deste cenário da segunda metade do século XIX e ao Corpo de Polícia, na condição de agência estatal que se relacionava diretamente com as pessoas no espaço público (mas também os aparatos de vertente civil: delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão) era reservado um papel essencial: o de manutenção da tranquilidade e da segurança individual e de propriedade. Uma função social que caminhava par a par com o ideal das elites governantes de se construir uma cidade civilizada. Afinal, como definiu de maneira lapidar um dicionarista coevo: “Meter em polícia uma nação é o mesmo que civilizá-la e urbanizá-la”.¹

A cidade do Recife foi apresentada ao leitor por meio de alguns dos seus espaços de sociabilidades, desde o burburinho das ruas, tabernas e botequins ao luxuoso salão do Teatro de Santa Isabel. Percorrendo a capital no recorte cronológico aqui utilizado, ele encontraria o passeio público, as lojas de produtos importados, as confeitarias e sorveterias, as livrarias, a biblioteca pública, locais estes que se mostravam como pontos

¹ VIEIRA, Frei Domingo, 1873, apud PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 95.

de encontros e conversas para os recifenses. Neles, as pessoas podiam trocar ideias sobre a política imperial e, mais especificamente, sobre a política provincial, as dificuldades e as melhorias evidenciadas no desenvolvimento local, ou mesmo para mostrarem-se inteirados dos modos e modas europeias com suas vestimentas, gestos e comportamentos. O terraço do Teatro de Santa Isabel, um aristocrático espaço de sociabilidades da época, revelava-se um ambiente propício para que as damas e cavalheiros recifenses pudessem mostrar suas roupas e comportamentos civilizados – leia-se europeizados.

Entretanto, como já deixamos entrever no parágrafo anterior, nem só de espaços elitizados ou aristocráticos era formada a paisagem urbana do Recife. As tabernas e os botequins eram bastante frequentados pelas pessoas pobres e até escravos e, não raramente, se transformavam em espaços propícios para a eclosão de brigas, confusões e badernas. Por isso, não eram bem vistos pelos setores mais afortunados da população, nem tampouco pelas autoridades policiais. As diversas posturas municipais criadas para proibir os ajuntamentos de negros escravizados nestes espaços de divertimento e culto a Baco, bem como as constantes batidas policiais realizadas com o objetivo de dar cumprimento a estas posturas, demonstram o quanto eles preocupavam as autoridades policiais. No entanto, mesmo em meio às chamadas “bebidas espirituosas”, batuques e vozerias eles serviam de local para a discussão e a crítica dos problemas da cidade e da política, dentre eles a malversação do dinheiro público e as doenças que assolavam e preocupavam os moradores do Recife no período em tela.

Foi nesse contexto que procuramos estudar o que podemos chamar da formação de uma opinião pública no Recife sobre o trabalho da polícia. Ou de diversas “opiniões públicas” sobre este assunto, para sermos mais coerentes. Mas o ponto fulcral dessa discussão girou em torno da polícia. Tomando como ponto de partida os espaços de sociabilidades dos recifenses procuramos acentuar a importância que as conversas desenroladas nas praças, bancos de pontes, tabernas e botequins (nestas últimas, entre o consumo das chamadas “bebidas espirituosas”, pilhérias e vozerias) ou nas bibliotecas, cafés, sorveterias e teatros tiveram na formação de opiniões públicas sobre a polícia e, por extensão, sobre a política. Mas também, e principalmente, demos especial atenção às notícias, editoriais, correspondências dos leitores etc. que eram publicadas pelos jornais da época.

A imprensa pode não ser um instrumento tão poderoso quanto afirma Gutenberg na frase que nos serve de epígrafe, mas no contexto aqui estudado já se constituía em

um instrumento importante para a divulgação do ideário dos grupos partidários que disputavam os cargos e espaços políticos da província. E, como tal, muito utilizado pelos opositores para criticar as ações do grupo político que administrava a província, ou, por este último, para fazer frente aos ataques dos primeiros – cada qual pretendendo influenciar a opinião pública com os seus discursos (geralmente panfletários) e pontos de vista conflitantes.

Conforme já salientamos, as instituições policiais, enquanto representantes da ordem pública, ou, como escreveu Thomas Holloway, enquanto a principal agência através da qual o poder do Estado “invade o espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas”², teve um papel importante na tentativa de construção deste “projeto civilizatório”. Entre os anos de 1850 e 1874, espaço temporal aqui analisado, a principal destas instituições (o Corpo de Polícia) apresentou dificuldades estruturais (quartéis inapropriados, falta de armamentos, de munição, de fardamentos novos e, principalmente, de soldados) que dificultavam sobremaneira o seu trabalho de policiamento em toda a província. No decorrer do período em tela, no entanto, ajustes foram feitos e a instituição foi se estabilizando, mas a ausência de policiais nas ruas ainda continuou sendo um ponto crítico e praticamente insolúvel – devido, em grande parte, à falta de vontade demonstrada por boa parcela dos homens livres de se engajarem na força pública.

O ano de 1874 foi tomado como o marco cronológico final da pesquisa. Trata-se de um período anterior à formação da Guarda Cívica, uma força policial, como sua própria denominação deixa-nos entrever, de vertente civil que, mudando a dinâmica do policiamento na capital, se estendeu até o final do Império. Os relatórios dos presidentes da Província foram a fonte para a construção dessa trajetória sobre a instituição policial, principalmente sobre o Corpo de Polícia, sendo seguido ano a ano de cada década o que foi descrito sobre o trabalho da polícia e sua estrutura organizacional. Devido à escassez de uma bibliografia mais volumosa sobre a temática da polícia no Recife, a construção desta análise, formando, assim, um fragmento da história da instituição policial, foi baseada quase que exclusivamente em fontes arquivísticas.

A força policial não deixou, mesmo com suas renitentes falhas organizacionais e o desleixo corriqueiro de parte dos seus integrantes, de realizar o policiamento do cotidiano na província pernambucana. E, em particular, nas freguesias e arrabaldes de

² HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 19.

sua capital: o Recife. No entanto, as críticas, duras e diretas, ao trabalho dos seus agentes eram igualmente corriqueiras. Para isso, basta darmos uma olhada nas partes policiais enviadas diariamente ao chefe de polícia, nos relatórios anuais dos presidentes de província e, principalmente, em algumas matérias publicadas nos jornais da época – que ressaltavam o aumento da criminalidade diária e a inércia dos policiais no concernente ao seu controle.

Estes periódicos, inclusive, viviam enleados nas discussões e disputas políticas. E a polícia, na qualidade de instituição estatal que está diariamente em contato com a população, em muito recebia o reflexo das críticas ao governo. Esses posicionamentos impressos foram apresentados em forma escrita e imagética nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. Para termos uma noção sobre os construtores dessa “opinião” ou das “opiniões públicas” tomamos como ponto de partida a análise sobre a formação deste meio de comunicação, inclusive atentando para o contexto da criação dos jornais que serviram de fonte para a pesquisa, seus posicionamentos políticos e seus públicos alvos. A relação entre a polícia e os jornais, no contexto do processo de modernização da província, constituiu a nossa pesquisa. Com isso, nós tivemos a intenção de contribuir para a historiografia sobre o aparatos policiais do século XIX e mostrar a importância dos discursos veiculados na imprensa no referente à formação da opinião pública no Oitocentos.

Com essa investigação pudemos perceber, de maneira geral, que a instituição policial, inserida no “projeto civilizador” vigente na província de Pernambuco e, em específico, no Recife conviveu com uma série de problemas estruturais; mas também experimentou fases de mudanças importantes no decorrer do recorte temporal de 1850 a 1874 e tentou aumentar o seu nível de burocratização – ainda muito incipiente em uma sociedade patrimonialista como a pernambucana. Mas não quisemos afirmar, a partir de uma perspectiva linear, que a mesma caminhava, com passos lentos, mas constantes, na direção de uma instituição ideal.

Em suma, nesta dissertação procuramos analisar a história da instituição policial a partir da leitura de uma bibliografia de apoio, dos jornais da época e documentos de arquivo (em particular, os Relatórios de Presidentes da Província e seus anexos especificamente redigidos pelos comandantes do Corpo de Polícia) do período estudado. Devemos perceber, pois, que ainda são apresentadas lacunas quanto ao tema, como em toda pesquisa historiográfica, o que demonstra que a investigação felizmente ainda tem

muito a ser explorada e muito a contribuir na formação do conhecimento da ciência histórica sobre a polícia em Pernambuco.

Fontes e Referências

APEJE

Periódicos

A Careta. Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife. 1870.

A Crise: periódico caricato, crítico, faceto e literário. Recife: Tipografia Commercial. 1865.

Alabama. Recife: Tipografia: Liberal. 1863

A Opinião. Recife: Tipografia da Opinião. 1862.

Dona Liga: periódico liberal e jocosório. Recife: Tipografia de João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão. 1863.

Diário do Povo: jornal comercial, noticioso, moral e per a'ccidens político. Pernambuco: Tipografia da Voz do Brasil. 1850.

O Barrigudo: periódico satírico. Recife: Tipografia Popular. 1863.

O Capão: político e noticioso. Recife, Tipografia Popular. 1866.

O Clarim da Fama: periódico satírico. Recife: Tipografia Popular 1863.

O Espectador: publicação teatral, crítica e literária. Pernambuco Tipografia; de M.F. Farias. Recife. 1851.

O Formigão: periódico político e moral; crítico, satírico e cômico. Recife: Tipografia Liberal. 1850.

O Linguarudo: periódico crítico e jocoso. Recife: Tipografia Republicana Federativa Universal. 1863.

FUNDAJ

Micro-filmes

Diário de Pernambuco. 1851. Recife.

Obras Raras

Almanack: administrativo, mercantil e industrial da Provincia de Pernambuco para o anno de 1860. Organizado por José de Vasconcelos. 1º ano. Pernambuco: Typ. Commercial de Geraldo H. de Mira & C. 1860.

Sites

A Província: órgão do Partido Liberal. Recife, 4 de outubro de 1872, p. 02 [Audacioso Atentado]. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/128066/per128066_1872_00009.pdf. Acesso em: 20 ago. 2012 23:02.

BLUTEAU, Raphael. Dicionário da Língua Portuguesa, 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/Pol%C3%ADcia>. Acesso em: 05 set. 2012. 22:31.

CASTILHO, Celso. O “25 de março” e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife, p. 02. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628970_ARQUIVO_Castilho.ANPUH.25demarco.pdf Acesso em: 05 Ago. de 2012. 21:47.

FARIAS, Rosilene Gomes. **Recife nos tempos do cólera In**. Revista de História.com.br, **01/07/2012.**, <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/recife-nos-tempos-do-colera> Acessado em 15 set. 2012. 21:04.

PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In. **Rev. Bras. Hist.** vol. 27, n. 53. São Paulo, Jan./Jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext&tlng=esja.org Acesso em: 05 de agosto de 2012. 22:20.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Portuguesa, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/3/Pol%C3%ADcia> . Acesso em: 05 set. 2012. 22:31.

Relatório do presidente de província, entre os anos de 1850 a 1874. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: de 05 ago a 17 nov.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa, 1789. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/Pol%C3%ADcia>. Acesso em: 05 set. 2012. 22:31.

SILVA, Wellington Barbosa da. A Guarda Urbana no Brasil Império: o caso do Recife (1876-1889). **Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos**, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299111845_ARQUIVO_AGuardaUrbanoBrasilImperio.pdf. Acesso em: 8 out. 2012. 19:47.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

CASTILHO, Celso. O “25 de março” e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife, p. 02. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária., 2006. p. 66.

_____. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

COSTA Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FARIAS, Rosilene Gomes. “O Khamsin do Deserto” – cólera e cotidiano no Recife (1856). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. 2ª. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

GAMA, Lopes. **O Carapuceiro: crônicas de costumes**. Organização de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (org). **O Brasil Imperial: volume II, 1831-1870**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. São Paulo: companhia das Letras, 2010.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência** numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. Transportes Urbanos no Recife (1850-1870). In. SILVA, Wellington Barbosa da. **Uma Cidade, várias histórias: O Recife no século XIX**. Recife: Bagaço, 2012.

MATHEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquerema**. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 2011. (Coleção Estudos Históricos, 10).

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste**. Recife: [s. e.], 1975, v. 2.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

MOUILLAUD, Maurice. **O Jornal: da forma ao sentido**. Sérgio Dayrell Porto (org.), Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa de Pernambuco. (1821-1954). Recife: Imprensa Universitária - UFPE, 1966. Vol. II – Diários do Recife 1829/1900.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSAS, Suzana Cavani. **Os emperrados e os ligueros: a história da conciliação em Pernambuco, 1849 – 1857**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **“Moças Honestas” ou “Meninas Perdidas”**: um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **Castro Alves: um poeta sempre jovem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, José Amaro Santos da. **Música e ópera no Santa Isabel: subsídio para a história e o ensino da música no Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SILVA, Maciel Henrique. No tabuleiro das escravas: trabalho e resistência no Recife (1840-1870). In. SILVA, Wellington Barbosa da. (Org.) **Uma Cidade, várias histórias: O Recife no século XIX**. Recife: Bagaço, 2012.

SILVA, Sandro Vasconcelos da. **O Costume da praça vai à casa**: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830 – 1880). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. “Um cemitério de vivos”: as prisões recifenses na primeira metade do oitocentos (1830 -1850). In. SILVA, Wellington Barbosa da. (Org.) **Uma Cidade, várias histórias**: o Recife no século XIX. Recife: Bagaço, 2012.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.